

RELATÓRIO & CONTAS 2025



tratolixo
gestão de resíduos urbanos
www.tratolixo.pt

ÍNDICE

ÍNDICE.....	1
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRECÇÃO EXECUTIVA GERAL	3
1. QUEM SOMOS	5
1.1. A TRATOLIXO, EIM, SA	5
1.2. PERFIL TRATOLIXO	9
1.3. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	10
1.4. ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA	12
1.5. MISSÃO, VISÃO E POLÍTICA INTEGRADA.....	13
2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2025.....	15
2.1. RESÍDUOS RECEBIDOS.....	15
2.2. TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS	27
2.3. EMPREITADAS E NOVAS INFRA-ESTRUTURAS	37
2.3.1. Novo Edifício Social da Abrunheira	37
2.3.2. Armazém da Abrunheira.....	39
2.3.3. Projecto de Reengenharia das CCT da Abrunheira	40
2.3.4. Novo Aterro do Sistema AMTRES	41
2.3.5. Requalificação da cobertura do TM de Trajouce	41
2.4. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	43
2.5. MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MELHORIA.....	54
2.6. LICENCIAMENTOS E REQUISITOS LEGAIS	55
2.7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	56
2.8. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	58
2.9. COMUNICAÇÃO E IMAGEM	60
2.10. APOIO SOCIAL	69
2.11. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	70
3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	78
4. PERSPECTIVAS FUTURAS.....	87
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	90
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	91
7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	150
8. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	153

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRECÇÃO EXECUTIVA GERAL

O percurso que a TRATOLIXO tem vindo a consolidar nos últimos anos reafirma a sua liderança, resiliência, capacidade de evolução e de adaptação contínua às exigências de um sector que tem vivido grandes transformações e enfrenta, nos próximos anos, desafios estruturantes. Os resultados apresentados no presente Relatório e Contas demonstram, de forma inequívoca, a robustez da estratégia implementada, a determinação na modernização contínua e a maturidade de uma organização que se posiciona hoje como uma referência nacional e internacional no sector da gestão de resíduos.

O ano de 2025 ficou marcado por avanços particularmente significativos. Destaca-se, desde logo, a continuidade do investimento na capacitação infra-estrutural dos dois Ecoparques, permitindo alcançar um marco histórico: o tratamento interno de 100% dos resíduos provenientes do Sistema AMTRES. Pela primeira vez, apenas foi enviado para aterro a fracção residual obtida após o tratamento dos resíduos recepcionados que foram integralmente todos sujeitos a tratamento prévio, reforçando o compromisso da empresa com a sustentabilidade e a conformidade ambiental.

Este resultado é fruto de uma aposta consistente na inovação, que incluiu a implementação de soluções de Inteligência Artificial na unidade de Tratamento Mecânico de Trajouce e uma constante melhoria contínua ao nível operacional. Esta modernização e reformulação de processos permitiu aumentar de forma expressiva a recuperação de materiais recicláveis, elevando a eficiência global do sistema.

O ano de 2025 foi igualmente notável no que respeita aos indicadores de actividade: atingiram-se os maiores volumes de resíduos recebidos, bem como os mais elevados valores de recolha selectiva multimaterial e de biorresíduos. Estes progressos, aliados às melhorias operacionais e à actualização dos valores de contrapartida, resultaram no melhor desempenho de sempre em vendas de produtos, com um crescimento superior a 45% e um volume global acima de 17,6 milhões de euros.

No que concerne à estratégia para o futuro, foi aprovado o Plano Estratégico TRATOLIXO 2025-2035, que define os eixos estruturantes para a próxima década. Entre as prioridades destacam-se a reengenharia e optimização do actual aterro da Abrunheira, o desenvolvimento futuro de um novo aterro complementar à valorização energética, a transição da valorização do biogás para biometano e a valorização da fracção resto proveniente dos processos de triagem, nomeadamente através da produção de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR).

A eficiência energética e a descarbonização progressiva da actividade constituíram igualmente áreas de evolução relevantes, com a introdução, pela primeira vez, de camiões 100% eléctricos na logística e transporte de resíduos — um passo firme rumo a uma operação mais sustentável e eficiente.

A rede de parcerias da TRATOLIXO continua a expandir-se, reforçando o papel da empresa em grupos de trabalho e plataformas sectoriais, inclusive além-fronteiras. Este reconhecimento externo evidencia a importância das redes colaborativas na construção de soluções integradas e ambientalmente responsáveis.

A certificação do Sistema Integrado de Gestão (Qualidade, Ambiente e Segurança) foi novamente confirmada na auditoria de acompanhamento de 2025, que validou a conformidade do sistema e consolidou o seu alargamento a todos os serviços e infra-estruturas da empresa.

No âmbito social, 2025 marcou a conclusão do tão aguardado Acordo de Empresa celebrado com o STAL, após mais de seis anos de negociações. A sua aplicação a todos os trabalhadores representa um marco significativo na valorização das condições laborais. Paralelamente, teve início a construção do Edifício Social no Ecoparque da Abrunheira, uma infra-estrutura há muito desejada e que reforçará substancialmente o bem-estar dos colaboradores.

Num contexto internacional exigente e perante metas cada vez mais ambiciosas para o sector dos resíduos, os próximos anos apresentarão desafios relevantes. A TRATOLIXO, em articulação com os seus 4 Municípios, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, que se constituem um pilar fundamental para alcançar as tão ambicionadas e exigentes metas de recolhas selectivas, encontra-se, contudo, preparada e cada vez mais capacitada para os enfrentar, sustentada por uma estratégia clara, uma equipa competente e um compromisso inabalável com o serviço público, a sustentabilidade e a excelência operacional.

Por último, gostaríamos de agradecer e reconhecer o empenho, profissionalismo e dedicação demonstrados por todos os colaboradores(as), a par da confiança do accionista, que foram o garante dos bons resultados alcançados.

1. QUEM SOMOS

1.1. A TRATOLIXO, EIM, SA

A TRATOLIXO, que completou 36 anos recentemente, assume-se como uma empresa que representa um dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) mais importantes de Portugal, em termos de população servida, resíduos geridos, capacidade infra-estrutural, desempenho ambiental e experiência no sector.

Refere-se que a TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, SA é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

Historicamente, a origem da TRATOLIXO remonta ao início dos anos 80, quando os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos urbanos.

Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB) por compostagem, cujo concurso público foi então lançado a 1 de Julho de 1985.

Foi igualmente definido em caderno de encargos que a gestão e exploração dessa unidade deveria ficar a cargo duma empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária da obra ou por quem esta indicasse (49%).

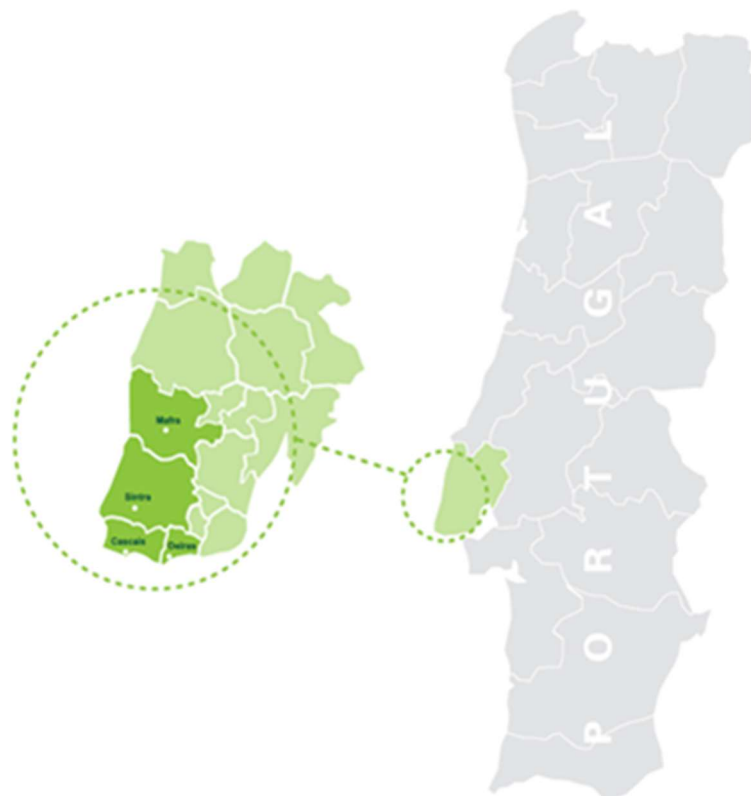
A TRATOLIXO, que foi entretanto constituída em Julho de 1989, iniciou actividade em 1990 e passou a assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992.

No ano de 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o SGRU alcançado a configuração que mantém até hoje.

Em 2003, a AMTRES adquiriu a totalidade do capital social da TRATOLIXO, passando a ser a sua única accionista.

De seguida, em 2004 é assinado o Contrato-Programa entre a AMTRES e a TRATOLIXO relativo à gestão e exploração integrada do Sistema de Resíduos Sólidos dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

A TRATOLIXO, à data, não tem quaisquer sucursais.



Área geográfica abrangida pela TRATOLIXO

Assim sendo, a TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km², presta serviço a estes quatro municípios e a uma população de mais de 890.000 habitantes, o que constitui cerca de 8% do total de Portugal.

	População* (2024)	Capitação (kg/hab.dia)**	Produção RU *** (2025)
Cascais	222 339	1,846	149 820
Mafra	91 248	1,924	64 086
Oeiras	177 866	1,283	83 287
Sintra	400 947	1,389	203 335
Sistema AMTRES	892 400	1,537	500 528

*Dados PORDATA, tendo por base dados do INE e do Eurostat do ano de 2024, actualizados a Outubro de 2025

**Dados de produção relativos a 2025 (toneladas)

***Toneladas correspondentes à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos, a comercialização dos materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos resíduos. Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector.

Com mais de três décadas de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento.

Estas infra-estruturas distribuem-se pela sua sede no Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais), pelo Ecoparque da Abrunheira (Concelho de Mafra) e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra).



Localização das infra-estruturas da TRATOLIXO

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança.

O âmbito proposto contempla todos os processos e unidades da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU.

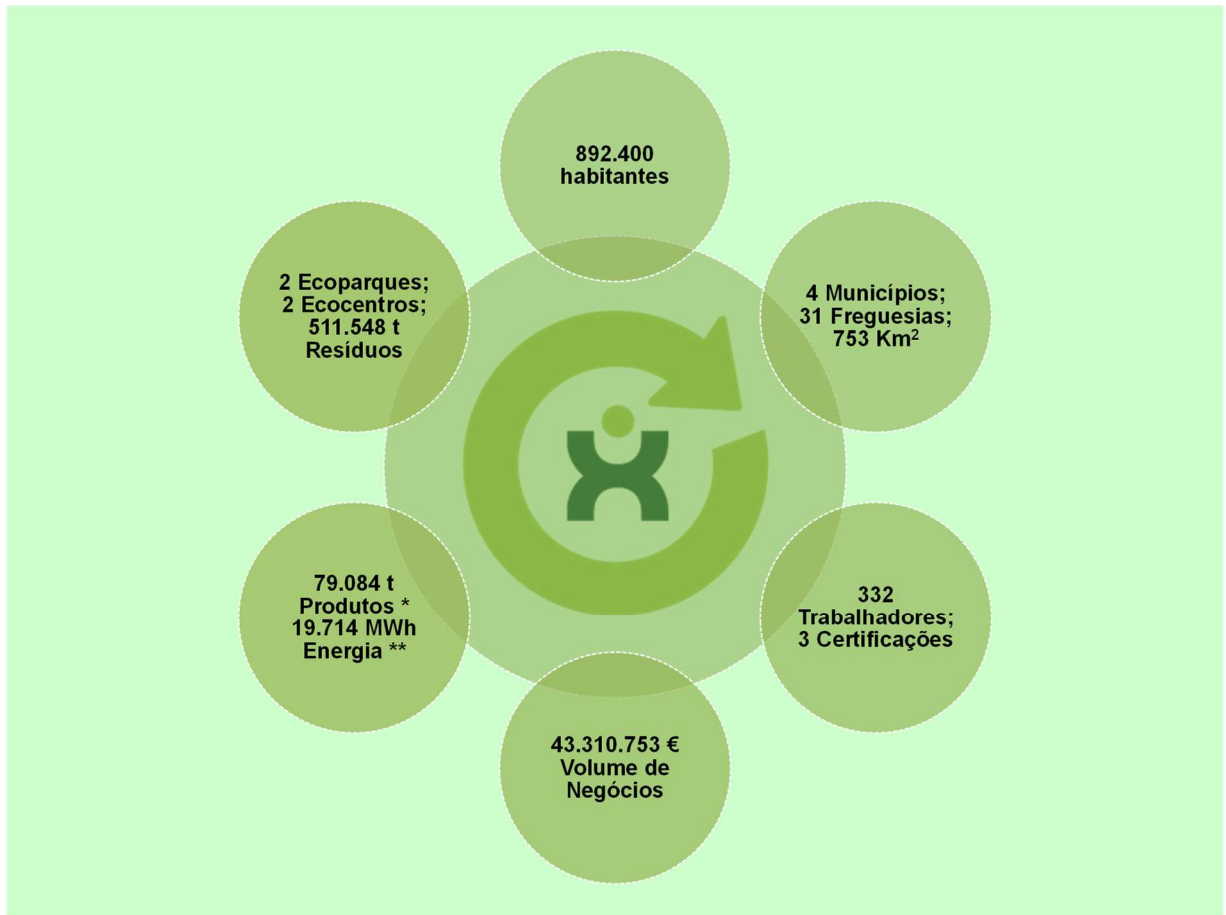
A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade – pela NP EN ISO 45001 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho – e pela norma NP EN ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental.

A empresa tem vindo a realizar um conjunto de acções e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o tratamento dos RU numa óptica de sustentabilidade.

Com um longo e vasto know how no domínio do tratamento de resíduos, a empresa faz questão de colaborar e participar activamente na troca de experiências e partilha de conhecimento a nível nacional e internacional, por intermédio das associações sectoriais das quais é associada.

Por essa razão, a TRATOLIXO é Silver Member da International Solid Waste Association (ISWA), é associada da Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA) de modo a estar a par dos principais desenvolvimentos no sector dos resíduos, associada da Smart Waste Portugal (SWP) – para efeitos de participação em projectos e discussão pública de temas estratégicos para a empresa – associada da European Biogas Association (EBA) – organização europeia não governamental promotora de gás renovável na Europa – é associada da Associação para a Gestão de Resíduos ESGRA – associação que tem como missão a promoção dos interesses dos seus associados no âmbito da gestão e tratamento de resíduos e o seu desenvolvimento estratégico a nível nacional – associada da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB) – entidade nacional vocacionada para o estudo, desenvolvimento e divulgação de conhecimentos nos sectores ambientais de águas e resíduos – associada do Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias (Colab BIOREF) – associação cujo principal objectivo é a valorização e transferência de conhecimento científico, tecnologias e inovação no desenvolvimento de biorrefinarias – associada da Associação Portuguesa da Energia (APE) – associação que promove a reflexão, o conhecimento e o debate qualificado sobre a transição energética e digital sustentável em Portugal – associada da Associação Portuguesa para a Eficiência Energética e Promoção da Cogeração COGEN (Portugal) – associação que tem por objectivo promover a utilização eficiente da energia, através de processos de cogeração ou através da produção descentralizada da energia – associada da Associação Portuguesa de Manutenção e Gestão de Activos (APMI) – associação que fomenta a divulgação da importância da Manutenção como factor do aumento da produtividade e competitividade das empresas – e ainda dos Bombeiros Voluntários da Ericeira, Malveira e Parede.

1.2. PERFIL TRATOLIXO



*Inclui produtos recicláveis, composto, estilha e Resíduos de Embalagem valorizados organicamente.

** Referente a produção de energia na Abrunheira.

1.3. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – um Fiscal Único Efectivo e um Fiscal Único Suplente.

Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 o Conselho de Administração da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 membros.

A partir de 1 de Janeiro de 2026, a composição dos órgãos sociais da TRATOLIXO passou a ser a seguinte:

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Dr. Hugo Manuel Moreira Luis

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Marco Paulo Caldeira Almeida

Secretário: Eng.º José Manuel Alves Crespo Afonso

Conselho de Administração

Dr. Nuno Miguel de Oliveira Custódio– Presidente Não Executivo (Câmara Municipal de Oeiras)

Dr. Guilherme Manuel da Silva Dórdio Rodrigues – Administrador Executivo (Câmara Municipal de Cascais)

Dr.ª Ana Barreto Albuquerque - Administradora Não Executiva (Câmara Municipal de Sintra)

Em 2025, os órgãos sociais da TRATOLIXO apresentaram a seguinte composição.

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras

Secretário: Eng.º José Manuel Alves Crespo Afonso

Conselho de Administração

Eng.º Nuno Manuel Vicente Esteves Soares – Presidente (Câmara Municipal de Mafra)

Dr. João Filipe Crisóstomo Dias – Administrador Executivo (Câmara Municipal de Oeiras)

Dr.ª Zilda Maria Espedita Costa da Silva – Administradora Não Executiva (Câmara Municipal de Cascais)

Dr.ª Maria da Piedade de Matos Pato Mendes (Câmara Municipal de Sintra, Observador)

Fiscal Único

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., N.º SROC 223, representada por Ana Isabel Calado da Silva Pinto, ROC n.º 1103.

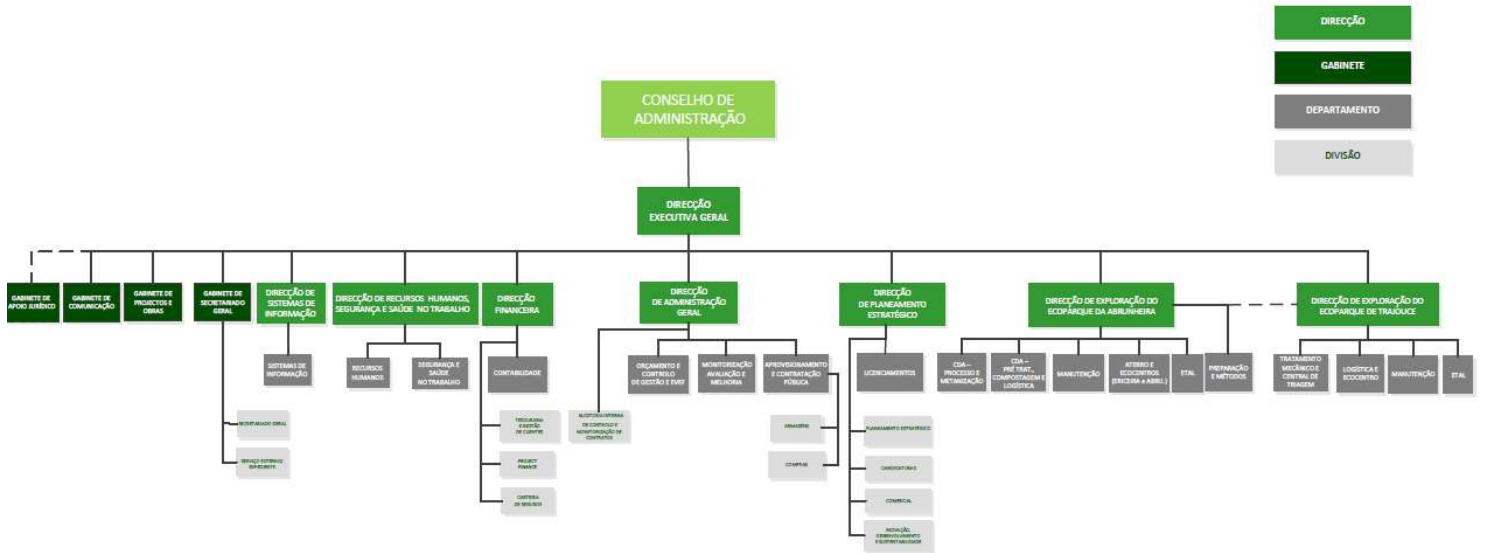
Alexandre Vieira Roque de Campos Machado, ROC n.º 1318.

Fiscal Suplente

Pedro Alexandre Vieira Roque de Campos Machado, ROC n.º 1318.

1.4. ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

A estrutura funcional da empresa é apresentada no organigrama seguinte.



Estrutura a 2 de Janeiro de 2026

1.5. MISSÃO, VISÃO E POLÍTICA INTEGRADA

A TRATOLIXO tem como missão assegurar o tratamento e a valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos produzidos nos quatro Municípios integrantes da AMTRES (Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra), tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade.

Tem como visão utilizar as técnicas mais avançadas, seguras e ambientalmente adequadas, no tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, dando especial ênfase à valorização e considerando-os como fonte de potencial matéria-prima.

De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:



1. Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Urbanos.
2. Estabelecer e implementar as acções necessárias para o cumprimento dos objectivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria prima) e o crescimento sustentável.
3. Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.
4. Proteger o ambiente e a biodiversidade, prevenindo a poluição e promovendo o restauro de ecossistemas, assegurando o uso sustentável de recursos, a adopção de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, bem como de controlo e monitorização sistemáticos, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e entidades externas.
5. Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia.

6. Proporcionar aos trabalhadores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.
7. Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratados para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.
8. Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.
9. Proporcionar mecanismos, tempo e recursos necessários à consulta e à participação dos trabalhadores.
10. Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.
11. Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho da Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la. Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objectivos da TRATOLIXO.

Revisão 7, aprovada a 30 de Outubro de 2024

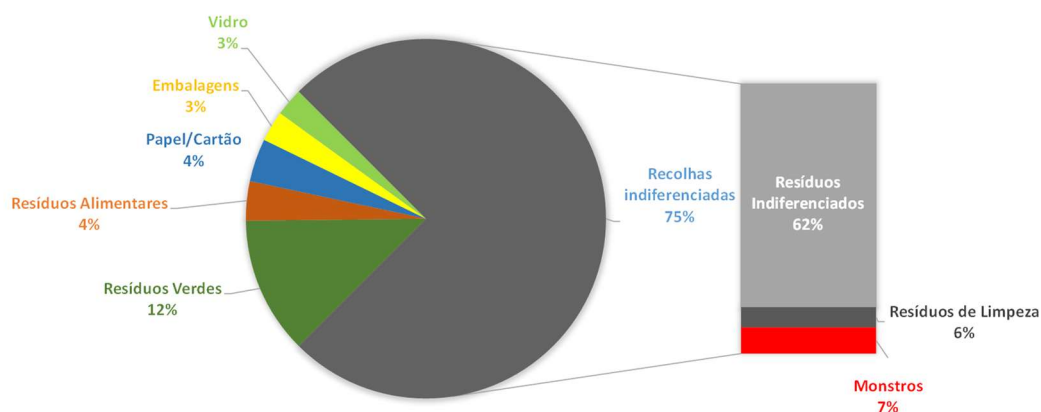
2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2025

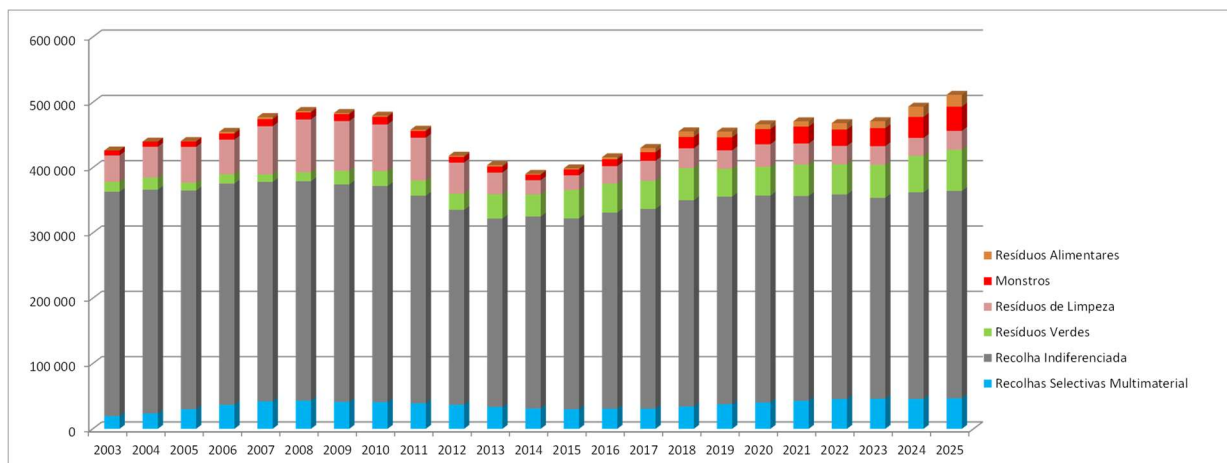
2.1. RESÍDUOS RECEBIDOS

A actividade base e negócio da TRATOLIXO assentam na recepção e consequente admissão para processamento de resíduos urbanos provenientes da sua área geográfica de intervenção, resíduos esses aos quais é necessário proporcionar um tratamento ambientalmente adequado, de acordo com as capacidades e especificidades técnicas das suas diversas instalações, seguindo a ordem hierárquica de gestão de resíduos prevista nos instrumentos nacionais legislativos e de planeamento sectorial.

Neste processo estão, assim, em causa os resíduos produzidos pelos municípios que integram o Sistema AMTRES e que são divididos, quanto ao seu tipo de recolha, em Resíduos Urbanos provenientes de recolha selectiva – tipologia de recolha que engloba os resíduos oriundos de recolha selectiva multimaterial (RSMM) de vidro, papel/cartão e embalagens de plástico, metal e ECAL e também os resíduos advindos de recolha selectiva de biorresíduos (tipologia de recolha onde recaem os resíduos verdes e também os resíduos alimentares) – e divididos ainda em resíduos provenientes de recolha indiferenciada – categoria na qual se incluem os resíduos indiferenciados, monstros e resíduos de limpeza.

A proporção de cada tipo de resíduo e a sua evolução quantitativa encontra-se representada nos gráficos seguintes.





No decorrer de 2025 verificou-se sempre um comportamento de incremento na produção de resíduos, observando-se consecutivamente em todos os meses desvios positivos, quer na comparação do período homólogo quer na avaliação da previsão em orçamento.

Esta realidade reflectiu o comportamento da economia nacional, onde Portugal foi eleito a “Economia do Mundo 2025” e registou, segundo uma estimativa provisória do barómetro de Conjuntura Económica CIP – Confederação Empresarial de Portugal/ISEG, um aumento de 1,9% no PIB, revelando convergência com a União Europeia e a manutenção da trajectória de crescimento superior à média da zona euro pelo quarto ano consecutivo.

De acordo com a mesma fonte, apesar do abrandamento no final do ano – que resultou da moderação do contributo da procura interna – foi o consumo privado que manteve a dinâmica recente, sustentada no desempenho muito positivo do mercado de trabalho, em custos de financiamento moderados e no impacte das medidas orçamentais no rendimento disponível das famílias, enquanto o investimento terá beneficiado da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Mais uma vez foram então as famílias portuguesas que causaram impacte à economia nacional, o que é comprovado pela evolução da produção de resíduos no Sistema AMTRES no decurso do ano de 2025, que voltou a registar novo histórico recorde para o valor de produção total de resíduos verificado na TRATOLIXO.

Como referido anteriormente, desde o início do ano ocorreu sempre uma variação positiva mensal na produção de resíduos face a períodos homólogos, tendo essa tendência atingido o seu máximo no segundo trimestre do ano – nomeadamente em Junho – em consonância com as medidas de redução do IRS, que explicam parte do crescimento do consumo privado e terão conduzido a um maior poder de compra e consumo.

E esse poder de compra reflectiu-se não só na produção total de resíduos, tal como já referido, mas também na produção de resíduos indiferenciados e resultado das recolhas selectivas, que voltaram a registar um crescimento.

No ano de 2025, a quantidade total de resíduos recolhidos no Sistema AMTRES com origem nos municípios e particulares atingiu o maior valor de sempre desde que a TRATOLIXO iniciou a sua actividade – mais de 511.000 t – representando um recorde histórico e um aumento de +3,7% e +18.177 t face ao ano anterior, conforme se observa no quadro seguinte.

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Δ 2024-2025
Cascais (t)	138 709	140 098	137 819	141 487	145 441	149 820	3,0%
Mafra (t)	48 263	51 469	51 981	54 934	58 693	64 086	9,2%
Oeiras (t)	79 596	78 785	77 672	76 928	79 819	83 287	4,3%
Sintra (t)	191 358	190 549	187 456	186 187	194 196	203 335	4,7%
Particulares (t)	8 443	10 116	13 264	11 574	15 222	11 020	-27,6%
TOTAL DE RESÍDUOS (t)	466 369	471 017	468 192	471 111	493 371	511 548	3,7%

Atingido em 2025 maior valor de produção total de resíduos desde que a TRATOLIXO iniciou actividade!

O valor de produção total de resíduos atingido é superior ao registado em época de pré-crise financeira espoletada ainda em 2008, sendo também o maior valor de produção de resíduos de sempre na história da empresa.

O acréscimo acima reportado verificou-se também em todos os Municípios da área de intervenção da TRATOLIXO, sendo de destacar a evolução de +9.139 t (+4,7%) em Sintra atendendo às respectivas características populacionais.

O total de resíduos recebidos em 2025 deveu-se, principalmente, aos aumentos registados nas recolhas de resíduos verdes (+7.217 t e +12,9%) e de monstros (+5.028 t e +15,6%) que, em conjunto, apresentaram um desvio total de +12.246 t face ao ano de 2024.

Esse facto pode ser observado na análise individual de cada tipologia de recolha de resíduos por município que se demonstra de seguida, primeiramente nos dados referentes às recolhas indiferenciadas apresentadas abaixo.

	RECOLHAS INDIFERENCIADAS						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Δ 2024-2025
RESÍDUOS INDIFERENCIADOS (t)	316 824	313 569	313 365	307 705	316 519	317 553	0,3%
Cascais (t)	87 811	86 366	86 489	84 689	84 230	85 370	1,4%
Mafra (t)	35 285	36 341	36 000	35 606	37 326	37 547	0,6%
Oeiras (t)	57 127	56 025	55 512	52 985	53 608	53 957	0,7%
Sintra (t)	136 419	134 084	132 973	131 298	137 992	139 692	1,2%
Particulares (t)	182	754	2 392	3 126	3 362	987	-70,6%
RESÍDUOS DE LIMPEZA (t)	34 460	32 099	28 194	28 438	27 406	28 735	4,8%
Cascais (t)	6 607	6 030	3 190	4 258	6 143	6 059	-1,4%
Mafra (t)	3 835	3 152	4 147	3 726	3 464	3 570	3,0%
Oeiras (t)	4 703	4 208	2 830	3 568	2 864	3 099	8,2%
Sintra (t)	19 256	18 606	17 912	16 521	14 553	15 749	8,2%
Particulares (t)	58	102	115	366	381	258	-32,2%
MONSTROS (t)	23 271	26 094	25 129	27 706	32 205	37 233	15,6%
Cascais (t)	4 896	5 012	4 524	5 005	6 053	6 479	7,0%
Mafra (t)	3 164	3 813	3 060	4 708	6 372	10 364	62,7%
Oeiras (t)	4 348	4 944	4 291	3 185	2 872	3 228	12,4%
Sintra (t)	7 813	8 830	8 059	9 309	10 394	12 330	18,6%
Particulares (t)	3 050	3 495	5 195	5 500	6 514	4 832	-25,8%
TOTAL RECOLHAS INDIFERENCIADAS	374 556	371 761	366 688	363 849	376 130	383 521	2,0%

Da análise do quadro anterior verifica-se, assim, um aumento no conjunto das recolhas de origem indiferenciada (+7.391 t e +2,0%) a qual se deve ao incremento na recolha de monstros já mencionada (+5.028 t e +15,6%) – realidade observada em todos os municípios onde se destacou Mafra (+3.993 t e +62,7%) mas com excepção dos particulares, onde se registou uma diminuição de -1.682 t e -25,8% – e ao aumento nas recolhas de resíduos de limpeza (+1.329 t e +4,8%), sendo de referir igualmente o crescimento observado nos resíduos indiferenciados (1.034 t e 0,3%).

A acompanhar o acréscimo na recolha de resíduos indiferenciados, verifica-se igual comportamento nas recolhas selectivas.

Com efeito, no que às recolhas de origem selectiva diz respeito e, em concreto, na recolha selectiva multimaterial, registou-se um aumento de +2,5% (+1.141 t) em 2025, como se pode verificar no quadro seguinte.

	RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Δ 2024-2024
PAPEL E CARTÃO (t)	16 757	17 326	18 489	18 655	18 775	19 747	5,2%
Cascais (t)	5 006	5 267	5 686	5 641	5 814	6 173	6,2%
Mafra (t)	1 779	1 816	2 244	2 466	2 046	2 310	12,9%
Oeiras (t)	4 168	4 341	4 456	4 455	4 613	4 889	6,0%
Sintra (t)	5 768	5 841	6 064	6 051	6 277	6 343	1,1%
Particulares (t)	37	61	40	42	25	32	25,0%
EMBALAGENS DE PLÁSTICO, METAL E ECAL (t)	11 007	12 285	12 991	13 870	13 629	14 120	3,6%
Cascais (t)	3 226	3 506	3 742	3 985	4 204	4 418	5,1%
Mafra (t)	1 113	1 725	1 803	2 180	1 487	1 470	-1,1%
Oeiras (t)	2 631	2 817	2 898	2 970	3 111	3 274	5,2%
Sintra (t)	4 007	4 230	4 518	4 700	4 809	4 948	2,9%
Particulares (t)	29	8	28	34	18	11	-36,5%
VIDRO (t)	12 542	13 360	14 072	13 532	13 263	12 941	-2,4%
Cascais (t)	3 756	4 106	4 588	4 443	4 309	4 233	-1,8%
Mafra (t)	1 422	1 539	1 615	1 635	1 632	1 569	-3,9%
Oeiras (t)	2 902	2 918	2 948	2 817	2 712	2 785	2,7%
Sintra (t)	4 462	4 798	4 921	4 636	4 606	4 343	-5,7%
Particulares (t)	1	0	0	0	3	11	234,9%
TOTAL RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)	40 306	42 970	45 551	46 057	45 667	46 808	2,5%

O total registado em 2025 nas recolhas selectivas multimaterial foi, assim, de 46.808 t – o máximo até à data atingido – tendo beneficiado dos desvios positivos observados nas recolhas dos materiais papel/cartão (+5,2% e +972t) e embalagens de plástico, metal e ECAL (+3,6% e +491 t), não obstante o decréscimo obtido na recolha de vidro (-2,4% e -321 t).

Histórico recorde obtido em 2025
para o resultado das recolhas
selectivas multimaterial!

Ao efectuar-se uma análise evolutiva individual dos materiais recolhidos no ecoponto, continua efectivamente a verificar-se uma tendência negativa no vidro. De acordo com o RARU 2024 da APA, apesar da TRATOLIXO superar a meta de reciclagem prevista pela União Europeia para este material fixada em 70% para o ano de 2025, o desempenho a nível nacional permanece abaixo desta meta.

Para reverter a tendência de decréscimo que se tem vindo a observar neste material, a TRATOLIXO em conjunto com os seus municípios e apoio da SPV, lançou em 2025 uma campanha de sensibilização específica para a separação do vidro no sector HORECA designada “No HORECA, o vidro tem um serviço 5 estrelas!”.

Nesta campanha foi instalado um sistema inovador nos vidrões, um kit de baldeamento assistido que permite despejar de uma só vez os contentores de duas rodas dos

estabelecimentos HORECA directamente nos referidos ecopontos, poupando tempo, facilitando a separação e tornando o processo mais prático e eficiente para os estabelecimentos.

Foi ainda lançada a campanha de sensibilização “Tudo no seu lugar” dirigida à recolha selectiva multimaterial – a qual divulgava também uma mensagem sobre o vidro.



Deve ser destacado que o desempenho das recolhas selectivas está intimamente ligado com a aposta que quer a TRATOLIXO quer os municípios tem feito ao longo dos últimos anos nesta temática.

Isso é particularmente evidente na componente de sensibilização dos cidadãos, no incremento de contentorização de deposição selectiva pelos municípios, bem como no desenvolvimento por estes de novos projectos de recolha selectiva nas suas áreas de intervenção, tais como apostas em processos de potenciação de triagem e reciclagem de embalagens de plástico metal e vidro – caso do Projecto Mafra Reciclar a Valer + – os projectos ligados ao Sistema de incentivo de embalagens de bebidas não reutilizáveis de plástico, metal ou vidro (Projecto Mafra Reciclar a Valer +: Rua-a-Rua), projectos de recolha selectiva de fracções valorizáveis de resíduos (Projecto “Ecocentro Móvel” dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra, Projecto “Mais Vidro Mais Reciclagem” do município de Cascais) e Recolha Selectiva Porta-a-Porta (em Cascais e Oeiras), entre outros.



Projectos de Recolha Selectiva Multimaterial nos municípios do Sistema AMTRES.

Já no respeitante à recolha selectiva de biorresíduos, esta continuou a apresentar um franco desenvolvimento, registando a proeza de conseguir o melhor quantitativo de sempre em 2025, mais de 81.000 t, um incremento de +13,5% e +9.645 t, como atestado no quadro seguinte.

	RECOLHA SELECTIVA BIORRESÍDUOS						
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Δ 2024-2025
RESÍDUOS ALIMENTARES (t)	7 387	8 093	9 791	10 551	15 684	18 112	15,5%
Cascais (t)	1 031	1 208	2 144	4 170	6 051	5 516	-8,8%
Mafra (t)	671	563	515	790	977	924	-5,5%
Oeiras (t)	635	642	1 177	1 752	2 655	2 349	-11,5%
Sintra (t)	0	0	568	1 393	1 502	4 460	196,9%
Particulares (t)	5 050	5 680	5 388	2 446	4 499	4 863	8,1%
RESÍDUOS VERDES (t)	44 121	48 192	46 161	50 654	55 889	63 106	12,9%
Cascais (t)	26 375	28 603	27 458	29 296	28 636	31 573	10,3%
Mafra (t)	994	2 520	2 597	3 823	5 388	6 333	17,5%
Oeiras (t)	3 083	2 892	3 559	5 196	7 384	9 705	31,4%
Sintra (t)	13 634	14 161	12 440	12 279	14 063	15 471	10,0%
Particulares (t)	35	16	106	60	418	24	-94,2%
TOTAL BIORRESÍDUOS (t)	51 508	56 286	55 953	61 205	71 574	81 219	13,5%

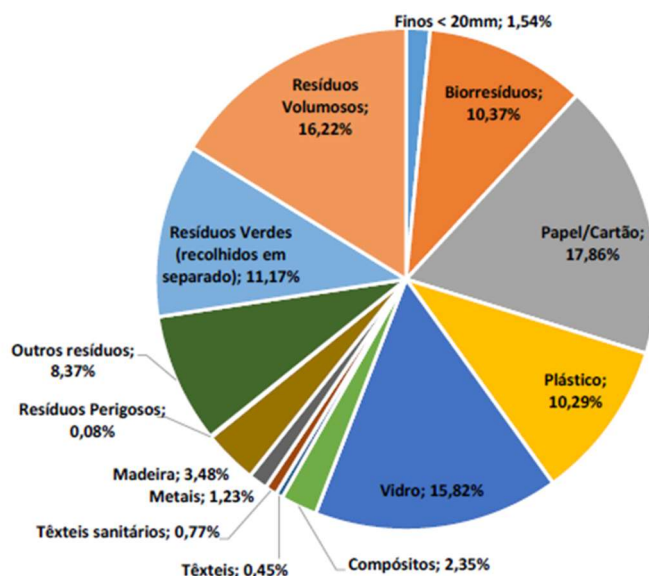
Aumento pelo 3º ano consecutivo na recolha selectiva de biorresíduos conquista resultado máximo da actividade!

Este resultado deve-se ao aumento observado nos resíduos verdes (+7.217 t e +12,9%) – comportamento observado em todos os municípios com excepção dos particulares – e a um franco desenvolvimento nas recolhas de resíduos alimentares (+2.428 t e +15,5%) – cujo contributo se deveu ao município de Sintra – coadjuvado pela prossecução dos projectos dos sacos verdes, que só por si contribuíram com mais de 6.500 t para este resultado favorável, num crescimento de +31,71% face ao ano anterior.

O resultado global obtido nas recolhas de resíduos orgânicos é, por isso, muito animador.

Recorda-se que a obrigatoriedade de recolha selectiva de biorresíduos começou em 2024. Por isso, segundo o RARU 2024, esta recolha a nível nacional tem ainda uma expressão reduzida,

de 10,37% conforme gráfico seguinte, pois é uma recolha recente – que cresceu ligeiramente face ao resultado de 8,17 % do ano anterior – e ainda não se encontra totalmente disseminada a nível nacional, já que somente em 2024 todos os SGRU do país passaram a contar com este tipo de recolha (a TRATOLIXO iniciou essa recolha em 2022, ainda antes do prazo de obrigatoriedade legal para o fazer), embora em apenas 200 municípios face ao total de 308 existentes em Portugal.



Composição física da recolha selectiva e outras recolhas, dos RU produzidos em Portugal Continental, em 2024.

(Fonte: RARU 2024, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.)

Refira-se que, na TRATOLIXO esta tipologia de recolha tem já um peso total de 16%, o que representa 49% do objectivo definido para 2030 (166.000 t de biorresíduos a recolher selectivamente).

TRATOLIXO já atingiu 49% do objectivo de recolha selectiva de biorresíduos definido para 2030!

A recolha selectiva de biorresíduos, conjugada com o contributo através do seu tratamento na origem, tem um peso muito significativo para atingir os objectivos impostos nas metas comunitárias de gestão de resíduos.

Note-se que as políticas nacionais em matéria de gestão de resíduos deram enorme relevância aos biorresíduos e atendendo à obrigatoriedade legal de proceder à sua recolha selectiva, esta deveria iniciar o seu funcionamento a 01 de Janeiro de 2024, o que representa um grande desafio para todos os municípios do País.

No caso do Sistema AMTRES, em 2025 todos os municípios da área de intervenção da TRATOLIXO continuaram a expandir os seus respectivos projectos já no terreno para garantir o cumprimento desta legislação, que no final do ano apresentava uma adesão de cerca de 54% do total de população dos municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.



Taxa de adesão ao projecto de recolha selectiva de biorresíduos em saco verde atinge 54% da população do Sistema AMTRES, um aumento de 21% face ao ano anterior. Em 2025, o projecto conquistou +24% de famílias!

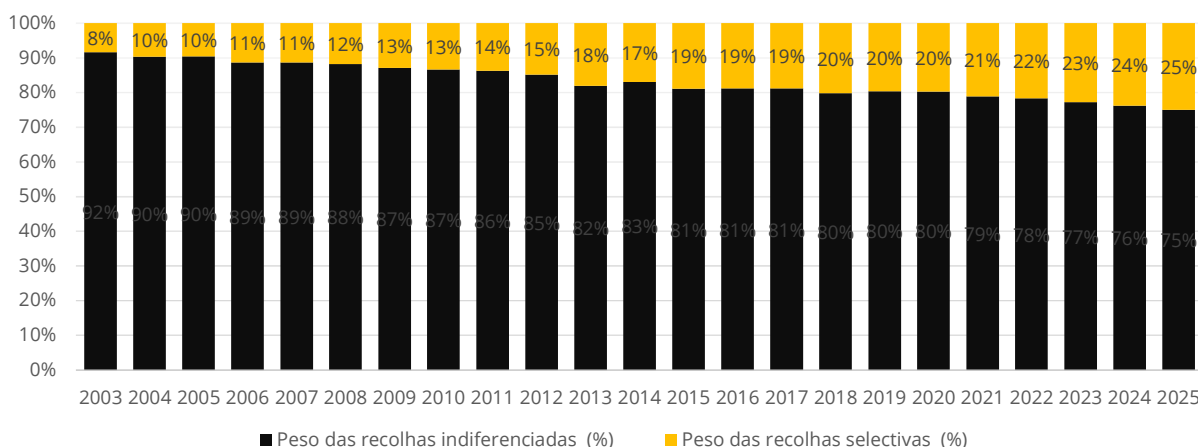
A evolução destes projectos continuou a ser acompanhada durante o ano de 2025 no âmbito do Grupo de Trabalho dos Biorresíduos, o qual conta com a participação conjunta duma equipa de técnicos da TRATOLIXO e dos seus municípios.



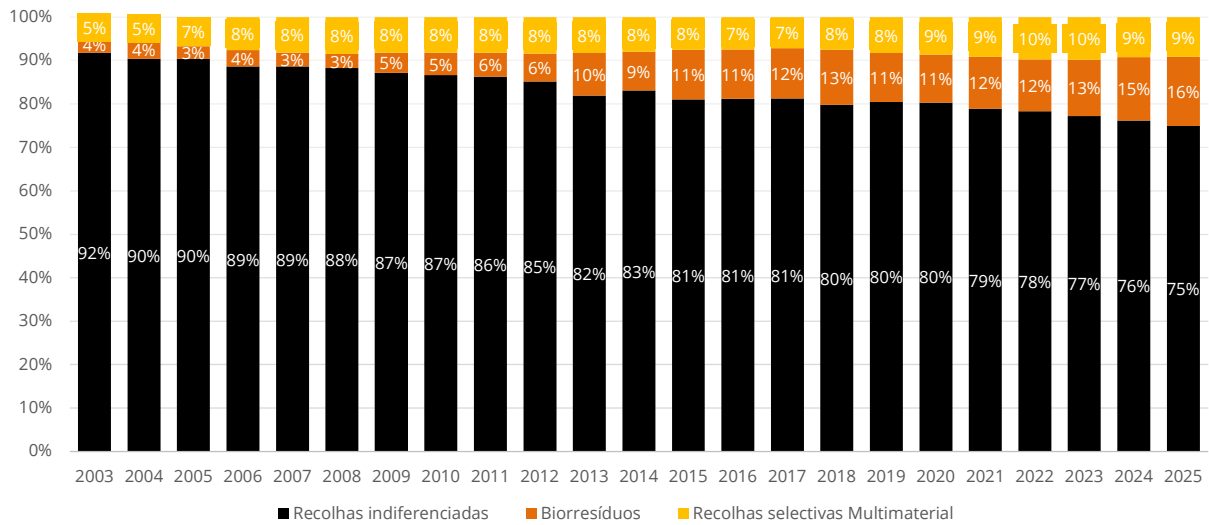
Expansão e dinamização dos projectos de recolha selectiva de biorresíduos nos municípios do Sistema AMTRES.

O esforço dos municípios do Sistema AMTRES em incentivar as recolhas selectivas em geral é, assim, inquestionável e compatível com as principais metas de gestão de resíduos que se preconizam para o período pós 2020, nomeadamente a prevenção da produção de resíduos, a obrigatoriedade de recolha selectiva de resíduos perigosos de origem doméstica, a diminuição da deposição em aterro, as retomas de recolha selectiva e, de forma indirecta, também a preparação para reutilização e reciclagem.

Com base no trabalho que os municípios do Sistema AMTRES têm vindo a desenvolver, a representatividade das recolhas indiferenciadas face à representatividade das recolhas selectivas tem vindo a diminuir gradualmente – fruto das alterações comportamentais nos cidadãos e padrões de consumo – sendo que em 2025 essa representatividade foi de 75% vs 25%, respectivamente, como é comprovado pelo gráfico abaixo.



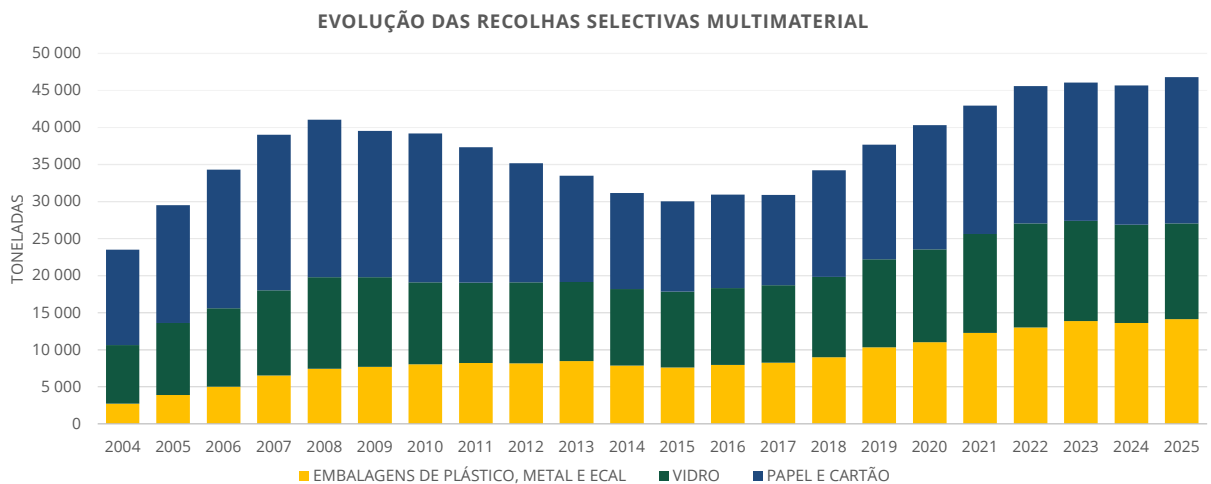
Particularizando a análise nas recolhas selectivas representadas no gráfico anterior, em 2025 verificou-se que a recolha selectiva de biorresíduos atingiu 16% do total de recolhas, sendo que a representatividade da recolha selectiva multimaterial representou 9%, conforme consta do gráfico seguinte.



Analisando mais detalhadamente o comportamento evolutivo das recolhas selectivas multimaterial no Sistema AMTRES, denota-se uma quebra entre 2009 e 2015 na sequência da crise económica seguida de um crescimento gradual.

Esse crescimento só em 2021 viria a suplantar os valores do período pré-crise, registando-se continuamente até 2023 valores máximos históricos da actividade da TRATOLIXO.

Em 2024 obteve-se um ligeiro decréscimo nos resultados, voltando esta tipologia de recolha a aumentar em 2025, atingindo novamente um valor recorde na história da empresa.



Esta evolução deve-se, mais uma vez, aos vários investimentos que, quer a TRATOLIXO quer os municípios desenvolveram ao longo dos anos nas suas áreas de intervenção, em termos de

sensibilização ambiental, reforço de contentorização selectiva e de novos projectos municipais de recolha selectiva.



Exemplos de iniciativas de sensibilização ambiental desenvolvidas pelos municípios da AMTRES

2.2. TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Como já referido, a actividade principal da empresa centra-se na gestão de resíduos urbanos e é executada atendendo aos inputs desta matéria-prima potencialmente valorizável nas diversas instalações de tratamento da TRATOLIXO.

Enquadrado na estratégia definida pela TRATOLIXO, com vista a assegurar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no sistema AMTRES, em 2022 deu-se início a um conjunto de empreitadas de adaptação e aumento da capacidade de tratamento das actuais infra-estruturas de tratamento de resíduos indiferenciados e de biorresíduos da TRATOLIXO, que contaram com a aprovação e financiamento do POSEUR, entre elas a adaptação da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) – unidade de Tratamento Mecânico de Trajouce – e da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira – unidade de valorização orgânica.

Estas são unidades complementares e que funcionam, no seu conjunto, como uma unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB), não funcionando uma sem a outra, pelo que qualquer alteração de funcionamento que ocorra numa das duas unidades, acaba por ter implicações na outra.

Com a entrada em pleno funcionamento do novo Tratamento Mecânico (TM) de Trajouce e sua laboração a três turnos implementada em 2025, a empresa garantiu uma capacidade de processamento total dos resíduos produzidos na sua área geográfica do Sistema AMTRES, permitindo consecutivamente um aumento de 30% na recuperação de matéria orgânica e 56% de outros resíduos valorizáveis face ao regime de funcionamento de 2 turnos.

Garantida em 2025 a capacidade infra-estrutural da TRATOLIXO para tratamento de 100% dos resíduos produzidos no Sistema AMTRES!

A visão de estratégia da TRATOLIXO sempre se baseou no pressuposto de garantir um funcionamento operacional otimizado e suportado em metodologias certificadas, promovendo anualmente a melhoria contínua da actividade desenvolvida nas suas infra-estruturas, de modo a maximizar a produção de material valorizável e minimizar os refugos operacionais.

Este trabalho é, por um lado, fundamental para a redução de custos, mas é sobretudo de primordial importância para o cumprimento das metas de gestão de resíduos do PERSU 2030.

Como é sabido, os processos operacionais da empresa estão suportados no tratamento e na triagem dos vários materiais e resíduos recebidos, potenciando, assim, a sua valorização e o seu encaminhamento para reciclagem ou outras formas de valorização e reduzindo a deposição em aterro.

Os recentes investimentos nas construções da nova Central de Triagem (CT) de Resíduos de Embalagem e da nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes (CCRV) de Trajouce, bem como na requalificação das unidades de TMB de Trajouce e Abrunheira, constituem os exemplos mais relevantes de medidas implementadas nos últimos anos para fazer face a estas preocupações, potenciando uma gestão tecnológica mais eficiente e conducente ao aumento da circularidade dos resíduos urbanos.

Tendo por base estes dois propósitos e procurando sempre estar na vanguarda do sector, a aposta na inovação é uma constante na actividade da TRATOLIXO.

Neste sentido, e no decorrer do período de exploração da nova unidade de Tratamento Mecânico de Trajouce, foi possível identificar algumas oportunidades de melhoria, pelo que esta infra-estrutura em 2025 foi alvo de importantes adaptações e melhorias fabris, com o objectivo de melhorar a eficiência da mesma e otimizar a recuperação de materiais valorizáveis.

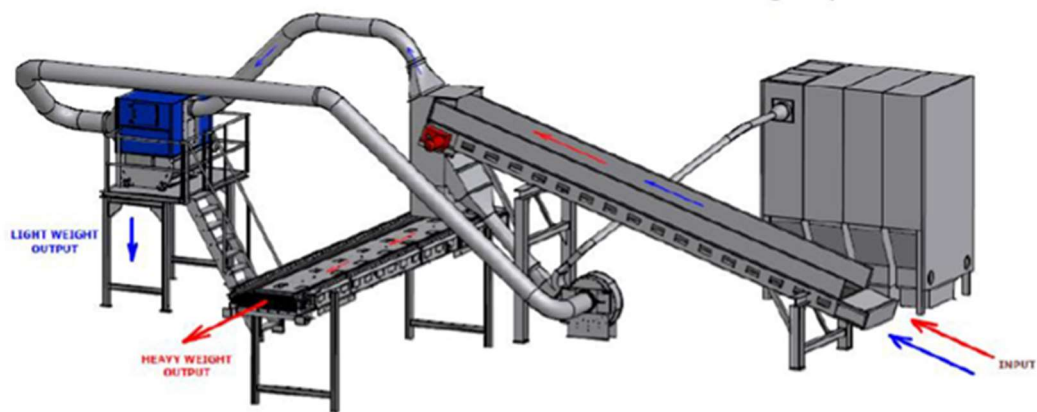
Destas – e para além do funcionamento da unidade ter passado a 3 turnos, como já referido – há a destacar a adaptação da linha de processamento de resíduos para receber a instalação de dois braços robóticos, dotados de Inteligência Artificial (IA) e munidos dum conjunto de sensores.



TRATOLIXO dá novo salto inovativo, modernizando o TM de Trajouce com Inteligência Artificial!

Estes braços robóticos são equipamentos de alta precisão que identificam os materiais valorizáveis não recuperados no separador óptico, através de espectrómetros de infravermelho e câmaras de espectro visível, permitindo a sua extracção do fluxo rejeitado e aumentando a eficiência da unidade.

Ainda com o intuito de aumentar a recuperação de resíduos valorizáveis, instalou-se um aspirador de filme plástico para recuperar este material na etapa de crivagem secundária – equipamento que quadruplicou a recuperação de filme plástico proveniente do resíduo indiferenciado – e promoveu-se a realocação do separador magnético desta unidade que permitiu um aumento de cerca de 50% na recuperação dos metais ferrosos, e possibilitou a recuperação da totalidade dos metais ferrosos que passam na linha de tratamento.



Já na CT de Trajouce foram também realizadas algumas melhorias, tendo sido instalada uma nova tecnologia num dos separadores ópticos (deeplearning), de modo a otimizar a recuperação de PET garrafa, que se traduziu num incremento de 12% na recuperação deste material.

Grande aposta em 2025 na modernização e reforço de infra-estruturação de gestão de resíduos.

Após triagem nos respectivos processos operacionais, os materiais recicláveis obtidos nas várias infra-estruturas da empresa – CITRS, CDA, CT, CCRV e Ecocentros – são retomados para reciclagem directamente através de retomadores ou então através de Entidades Gestoras de fluxos de resíduos.

Atendendo aos resíduos entrados, em 2025 foram encaminhados para reciclagem um total de 49.698,75 t de resíduos – um desvio de -4,56% face ao ano anterior – distribuídos pelas categorias de produto que se apresentam no quadro seguinte.

Produto	Quantidade (t)
Papel/Cartão *	16 409,92
Plásticos/Metais **	13 205,26
Vidro	13 127,49
Outros ***	6 956,08
TOTAL	49 698,75

* Inclui fracção embalagem e não embalagem proveniente das recolhas selectiva e indiferenciada;

** Inclui materiais das recolha selectiva, indiferenciada e ecocentros;

*** Inclui RE valorizados organicamente, estilha, REEE's, pilhas e acumuladores, óleos e outros resíduos. Não inclui composto.

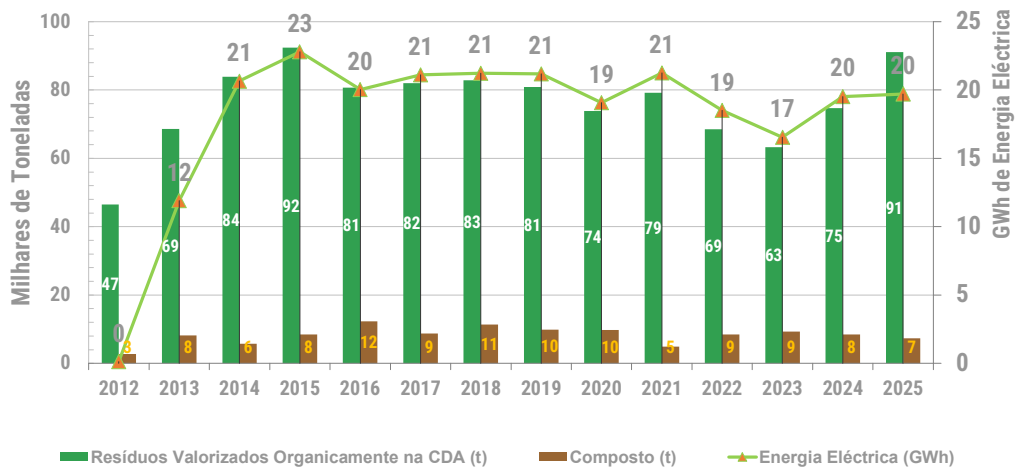
Não obstante o incremento da eficiência de recuperação de fluxos materiais nas diversas unidades, o resultado global acima obtido está associado aos decréscimos nas vendas de estilha – uma vez que os resíduos verdes passaram a ser todos enviados para valorização orgânica na nova CCRV de Trajouce – e nos resíduos de embalagem valorizados organicamente.

Para além dos materiais e/ou resíduos recicláveis obtidos nos processos de triagem, destaque também para a produção de composto na CDA da Abrunheira, efectuada a partir da etapa de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos desta instalação.

Durante o ano de 2025, foram produzidas cerca de 7.350 t de composto na CDA, um valor que representa um decréscimo de cerca de -13% face ao ano anterior, o qual é atribuído às paragens técnicas para manutenção no sistema de arejamento dos túneis de compostagem.

Por sua vez, em 2025 foram também produzidas cerca de 18.912 t de composto Campoverde Premium Green® a partir dos resíduos verdes processados na nova CCRV de Trajouce co-financiada pelo POSEUR, o que representa uma ligeira diminuição de cerca de -3% face ao ano anterior, devido a um maior teor de rejeitados do processo.

Por outro lado, resultante do processo de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos na CDA, obteve-se a produção e venda de cerca de 19.700 MWh de energia eléctrica, valor que representa um ligeiro acréscimo de cerca de +1% face ao ano de 2024, sendo este desvio justificado pela maior quantidade de resíduos entrados nos digestores para tratamento.



Atendendo às reestruturações e investimentos praticados nas instalações e equipamentos referidos anteriormente, foi, como já mencionado, possível otimizar a eficiência processual e incrementar a recuperação de matéria orgânica e de materiais recicláveis.

Assim, no conjunto de vendas de todos estes produtos da TRATOLIXO – nos quais se incluem ainda os materiais valorizados organicamente – verificou-se um aumento de proveitos de cerca de +45% face ao ano anterior que resultou, em 2025, num proveito superior a 17,6 M€ para a empresa, atingindo um valor recorde de desempenho da actividade da TRATOLIXO.

Ano de 2025 responsável pela obtenção de proveitos inigualáveis anteriormente, acima de 17,6 M€!

Para este incremento de proveitos contribuiu naturalmente, para além das melhorias operacionais alcançadas e da evolução das recolhas selectivas, também a revisão dos Valores de Contrapartida (VC) do SIGRE.

No respeitante à actividade desenvolvida nos Ecocentros da TRATOLIXO, há que salientar a importância dos mesmos para a entrega dedicada, por parte dos cidadãos e outros produtores, de vários fluxos de resíduos especiais – REEE, óleos minerais, tintas e solventes, têxteis, etc. – e outras tipologias de resíduos com potencial de reciclagem mas cujas características os impedem de serem recolhidos através dos habituais meios de remoção, tais como monstros, resíduos verdes e resíduos de limpeza.



Alguns destes resíduos passam a ser incorporados na contabilização de recolhas selectivas da APA – com metas de recolha obrigatória – para efeitos de acompanhamento do desempenho e execução do PERSU 2030 e da meta de preparação para reutilização e reciclagem.



Atendendo à múltipla variedade de resíduos com possibilidade de serem recepcionados nestas infra-estruturas, considera-se ser uma excelente oportunidade para intensificar a deposição das tipologias de resíduos já entregues, bem como de continuar a promover através destas infra-estruturas a deposição e recolha selectiva de, por exemplo, têxteis e pequenas fracções de resíduos perigosos domésticos, cuja meta estabelecida no novo Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) – publicado no Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de Dezembro na sua versão actual – impõe a obrigatoriedade de recolha a partir de 2025, ao abrigo da aprovação do Pacote da Economia Circular e revisão da Directiva-Quadro de Resíduos.

Por outro lado, existem já a partir de 2026 objectivos e metas anuais de recolha selectiva definidas no UNILEX – publicado no Decreto-Lei n.º 152-D/2017 de 11 de Dezembro na sua versão actual – para o fluxo das mobílias, colchões e respectivos resíduos (vulgarmente designados por monstros), bem como metas de reciclagem do mesmo, não obstante ainda não ter sido criada uma Entidade Gestora para este fluxo.

Há ainda que ter em consideração outros fluxos emergentes identificados na Directiva SUP – Directiva (UE) 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Junho – tais como copos para bebidas, toalhetes, balões, artes de pesca e produtos do tabaco, para os quais ainda se aguarda definição de regras de gestão e criação do mecanismo de responsabilidade alargada do produtor e, mais recentemente no Regulamento de Embalagens e Resíduos de Embalagens (PPWR), adoptado em 2024, que reforça e altera a SUP, estabelecendo metas mais rigorosas para a reciclagem, conteúdo reciclado e reutilização.

A elevada utilização destas infra-estruturas reforça a importância dos ecocentros tradicionais no circuito de gestão de resíduos do Sistema AMTRES, enquanto instalações de proximidade dos cidadãos para deposição e armazenagem de resíduos urbanos e equiparados com vista ao posterior encaminhamento para destino adequado, contribuindo para a sua valorização e sustentabilidade dos recursos naturais.

Por outro lado, proporcionam um enorme contributo para o cumprimento da meta de preparação para reutilização e reciclagem, sendo este tipo de infra-estruturas devidamente reconhecidas no PERSU 2030 – em conjunto com os ecocentros móveis municipais e outros modelos de recolha – como uma abordagem correcta para aumentar a recolha selectiva de diversos tipos de resíduos recicláveis (em termos de quantidade e qualidade dos mesmos), bem como para a promoção de um tratamento adequado desses resíduos.

Denota-se que a meta nacional de preparação para reutilização e reciclagem é extremamente ambiciosa (55% para 2025, 60% para 2030, 65% para 2035) e o PERSU 2030 definiu objectivos de contributo por SGRU para o efectivo cumprimento desta meta, sendo que para o Sistema AMTRES essa meta corresponde a 61%.

É importante referir que, mesmo com o atingimento das metas do PERSU 2030 e com o cumprimento das metas de recolhas selectivas, haverá sempre a necessidade de aterro de apoio para deposição de RU rejeitados não passíveis de valorização.

Para além do óbvio desvio de resíduos de aterro por via do aumento das recolhas selectivas e do incremento da eficiência dos processos de tratamento, deverá proceder-se ao desvio da fracção resto de aterro através do estabelecimento de protocolos e relações comerciais necessárias para que, no curto prazo, seja possível minimizar a deposição de resíduos nas Células de Confinamento Técnico (CCT) da Abrunheira.

Neste âmbito, importa ressaltar que por todo o país os SGRU têm vindo a enfrentar desafios semelhantes, o que também condiciona o seu potencial contributo para a mitigação desta limitação operacional. Aos níveis de produção actuais, a grande maioria dos aterros de RU nacionais deverão atingir o seu fim de vida até 2027.

A optimização da gestão das CCT da Abrunheira foi uma preocupação desde o início da sua exploração tendo sido adoptadas medidas que aumentaram a taxa de compactação dos resíduos nelas depositados. Tendo como objectivo optimizar ainda mais o volume disponível das CCT com o consequente prolongamento da vida útil do aterro, desde 2023 que a TRATOLIXO se encontra a concretizar várias medidas conducentes a uma melhor operacionalização desta infra-estrutura e incremento da sua vida útil.

No seio dessas medidas encontram-se o uso de inertes da crivagem dos resíduos de limpeza em detrimento de terras de cobertura; a tripla compactação com recurso à utilização simultânea de três compactadores; e a captação intensiva de biogás para utilização na produção de energia, permitindo a aceleração da degradação dos resíduos em aterro e obtendo capacidade adicional de deposição de novos resíduos, para além de diminuir a geração de odores e garantir maior retorno financeiro em termos de receitas para produção de biometano.

A implementação conjugada destas medidas de optimização da exploração do aterro permitiram ganhar tempo, traduzindo-se em cerca de mais 2,5 anos de vida útil das células face à estimativa inicial.

Porém, em 2025 a capacidade utilizada das CCT atingiu os 87%. Caso se mantenham os níveis actuais de recolhas indiferenciadas, mesmo com todas as optimizações de exploração e sem uma solução mais interventiva, o aterro chegará ao fim da sua vida útil em 2027.



Salienta-se ainda que, pela primeira vez na história do Sistema TRATOLIXO não foi enviada para aterro 1 tonelada de resíduos sem prévio tratamento.

Pela primeira vez na história da TRATOLIXO, foram enviadas 0 toneladas para aterro sem prévio tratamento!

A optimização e reengenharia dos aterros existentes é uma das soluções previstas no Plano de acção TERRA – grupo de trabalho a nível nacional no qual a TRATOLIXO participa – para dar resposta ao esgotamento iminente destas infra-estruturas.

Neste sentido, e após uma análise caso-a-caso por parte da entidade licenciadora da solução de reengenharia de ampliação do aterro, a TRATOLIXO está agora, através de uma empresa da especialidade, a desenvolver o projecto de execução de reengenharia das CCT da Abrunheira que permitirá o prolongamento temporal da sua utilização, que poderá ir, no limite, até 2029/2030.

Simultaneamente, e porque qualquer modelo de operação necessita sempre de aterro, têm vindo a ser desenvolvidos estudos para definição de localização para um novo aterro no Sistema AMTRES, de modo a gerir adequadamente a fracção rejeitada dos resíduos tratados.

Outra medida em análise consiste na transição da unidade de biogás para o Biometano, por via dum projecto de upgrading do Biogás para Biometano na Abrunheira.

Com o fim da tarifa bonificada já em 2027, foi desenvolvido um estudo pela BIOREF que permitiu realizar uma análise técnico-económica de diferentes alternativas tecnológicas disponíveis para a valorização do biogás produzido no Ecoparque da Abrunheira e sua reconversão, através do upgrading para biometano. O estudo em causa reforçou a ideia da TRATOLIXO sobre a necessidade de efectuar esta transição.

À data, estão em curso análises técnicas e económicas de tecnologias inerentes a todo o processo de upgrading, com visitas e pedidos de propostas a fornecedores especializados na área do upgrading do biometano.

Por fim, dar nota dum grande desenvolvimento na logística da TRATOLIXO, ligado ao serviço de transporte de resíduos.

Esta operação está suportada numa frota de veículos pesados, que efectuam o transporte interno e externo de resíduos, com o objectivo de manter as áreas de trabalho operacionais, por via da garantia de espaço, retirando principalmente os rejeitados dos diversos processos.

No final do ano conseguiu-se adoptar uma importante medida de descarbonização da actividade da empresa, dotando esta frota com duas viaturas 100% eléctricas, como parte dos esforços em reduzir os impactes ambientais, neste caso, nas suas rotas rodoviárias diárias.



Estima-se que cada uma dessas viaturas permitirá evitar a emissão dentro da sua área geográfica, em média, de 150 t de CO₂ eq. por ano.

Para além dos benefícios a nível de emissões, conseguir-se-á ainda obter ganhos em termos de redução da poluição sonora, tornando a actividade de gestão de tratamento de resíduos cada vez mais sustentável a vários níveis.

TRATOLIXO reforça descarbonização da actividade e apetrecha a sua frota de pesados com camiões eléctricos!

2.3. EMPREITADAS E NOVAS INFRA-ESTRUTURAS

2.3.1. Novo Edifício Social da Abrunheira

Em Julho de 2025 foi adjudicada a Empreitada de Construção do Novo Edifício Social do Ecoparque da Abrunheira no valor de 2,5 M €, um investimento realizado com 100% de fundos próprios da empresa.

A duração estimada da empreitada é de 18 meses, a qual dotará o Ecoparque da Abrunheira dum conjunto de infra-estruturas de apoio, nomeadamente refeitório, posto médico e balneários masculinos e femininos, que desde a abertura do Ecoparque estavam instalados em contentores provisórios.

Desta forma, o início da construção deste Edifício Social representa o colmatar duma lacuna que deixará de existir ao final de 13 anos de laboração deste Ecoparque, substituindo as actuais instalações provisórias e proporcionando um edifício moderno e ajustado às necessidades de cerca de uma centena de trabalhadores deste Ecoparque.

Esta intervenção proporcionará ainda a criação de estacionamento adequado para as viaturas dos trabalhadores.

A construção deste Edifício Social vem dar resposta a uma necessidade que perdurava há vários anos e pretende constituir-se como um caso exemplar de integração paisagística, durabilidade, sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos.

Nos arranjos exteriores junto ao novo edifício social pretende-se criar um sentido de continuidade com a envolvente, pelo que serão utilizadas espécies arbóreas e arbustivas autóctones, promovendo a renaturalização da paisagem do complexo industrial.

Até ao momento, foram já iniciados os trabalhos de escavação geral e a execução das fundações do edifício.





Início de construção do Edifício Social do Ecoparque da Abrunheira, uma obra muito aguardada e essencial para o bem estar e adequadas condições sociais do trabalhadores.

2.3.2. Armazém da Abrunheira

O procedimento concursal relativo à Empreitada de Construção do Armazém do Ecoparque da Abrunheira foi lançado em Dezembro de 2025, tendo a proposta de adjudicação para CA sido enviada no dia 13 de Janeiro de 2026.

Esta infra-estrutura de apoio permitirá melhorar a valência operacional ligada à logística de gestão de stocks, peças, EPI e produtos utilizados no Ecoparque da Abrunheira.



2.3.3. Projecto de Reengenharia das CCT da Abrunheira

Considerando a criticidade da taxa de utilização das CCT da Abrunheira e previsão do termo de vida útil previamente estimado para 2027 – período aliás consentâneo com a grande parte das infra-estruturas de deposição final de resíduos a nível nacional – e não obstante todas as medidas operacionais adoptadas internamente para otimizar a exploração do aterro e que permitiram ganhar cerca de 2,5 anos face à estimativa inicial – considerou-se estrategicamente na TRATOLIXO uma das soluções previstas no Plano Terra, a reengenharia de aterros existentes.

No ano de 2023 e 2024 foi desenvolvido o estudo preliminar, designado “Estudo de apoio à gestão do Ecoparque da Abrunheira”, que elencou opções de reengenharia do actual aterro. No ano de 2025 avançou-se com o pedido de avaliação caso a caso às autoridades CCDR e APA, que concluiu pela não sujeição a AIA para a solução preconizada – ampliação sem aumento da cota licenciada – após apresentação das possíveis soluções aos Municípios.

Ainda em 2025, foi despoletado um procedimento concursal para a contratação do projecto de execução para servir de base subsequente ao lançamento da respectiva empreitada de reengenharia, tendo-se simultaneamente iniciado a compilação dos elementos necessários à submissão do respectivo processo de licenciamento.

A notificação de adjudicação foi, entretanto, realizada no dia 9 de Fevereiro de 2026, aguardando-se à data a assinatura do respectivo contrato.

Esta solução permitirá aumentar a capacidade de encaixe das CCT – que no final de 2025 apresentava uma utilização estimada de 2.615.091 t e uma taxa de ocupação estimada de 87% – bem como garantir a existência de destino final dos resíduos até à construção de novas CCT e de uma solução definitiva de valorização energética para a fracção resto.



2.3.4. Novo Aterro do Sistema AMTRES

Atendendo à taxa de ocupação do Aterro da Abrunheira, com recurso a uma adequada compactação estima-se que venha a laborar até 2027, mediante também a evolução das recolhas selectivas vs recolhas indiferenciadas.

A data expectável de exploração do actual aterro – caso a reengenharia venha a ser efectuada nos moldes em que o pedido de licenciamento que se encontra a ser instruído está preconizado – estima-se que vá até, no limite, 2029/2030, pelo que têm vindo a ser desenvolvidos estudos para definição duma nova localização para um novo aterro no Sistema AMTRES, infra-estrutura essencial para a adequada gestão da fracção rejeitada dos resíduos do Sistema.

No âmbito de construção desta nova infra-estrutura, encontra-se em curso um estudo para identificar possíveis localizações para as novas CCT, desenvolvido pelo Instituto do Ambiente e Desenvolvimento (IDAD) da Universidade de Aveiro, que se encontra na terceira e última fase.

Este estudo vem dar cumprimento a uma indicação do accionista para que, à escala dos 4 Municípios se estudasse a ou as localizações que, sob o ponto de vista ambiental e económico, melhores condições reunissem para a construção das novas CCT.

2.3.5. Requalificação da cobertura do TM de Trajouce

O Ecoparque de Trajouce é o centro vital da operação de gestão de resíduos do Sistema, estando focado no Tratamento Mecânico e Triagem de resíduos. Para garantir a continuidade e eficiência, era crucial renovar a cobertura do edifício central da unidade de TM de Trajouce.

Assim, durante o ano de 2025 foi também efectuado um investimento na renovação da cobertura e fachadas do edifício do TM do Ecoparque de Trajouce, que reflecte compromisso contínuo com excelência operacional e sustentabilidade da infra-estrutura.

O projecto de renovação incluiu a substituição de 2.370 m² de cobertura – garantindo um isolamento muito superior ao revestimento anterior – renovação de fachadas e atribuição de nova cor, unificando a estrutura com o restante Ecoparque.

A empreitada de intervenção foi concluída num prazo de cerca de 7 semanas, tendo terminado no dia 19 de Novembro de 2025, assegurando a rápida retoma da capacidade total da actividade. O resultado foi um edifício renovado, mais eficiente, harmonioso e pronto para a missão da TRATOLIXO.



2.4. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Plano Estratégico da TRATOLIXO 2025-2035

O nível de ambição colocado nas metas europeias relativas à preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos e de deposição de resíduos em aterro coloca aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) e nos Municípios desafios de grande complexidade, tornando-se imperioso a tomada de medidas para realinhar as linhas estratégicas que permitam contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados Membros.

Neste sentido, foi elaborado o Plano Estratégico da TRATOLIXO 2025-2035 onde a empresa apresenta cenários e alternativas para a gestão de resíduos do Sistema AMTRES, que constituirão as prioridades das soluções a definir, tendo em vista não só a resolução dos problemas existentes, como a prossecução de uma gestão integrada a nível do Sistema e alinhamento para se atingirem as metas do PERSU 2030, abrindo já o caminho com soluções que deverão ser complementadas para o cumprimento dos compromisso estabelecidos pela União Europeia até 2035.

Acompanhamento de processos legislativos em curso

Durante o ano a TRATOLIXO acompanhou os desenvolvimentos legislativos que terão maior impacte na actividade, nomeadamente o Novo Mecanismo de Alocação e Compensação (MAC) e o Sistema de Depósito e Reembolso (SDR).

O Novo MAC previsto pelo regulador (ERSAR) é o instrumento que assegura a repartição equitativa das responsabilidades financeiras entre as entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos do Fluxo Específico de Embalagens e Resíduos de Embalagens (SIGRE), relativamente aos custos incorridos pelos SGRU na gestão dos resíduos que lhes são atribuídos.

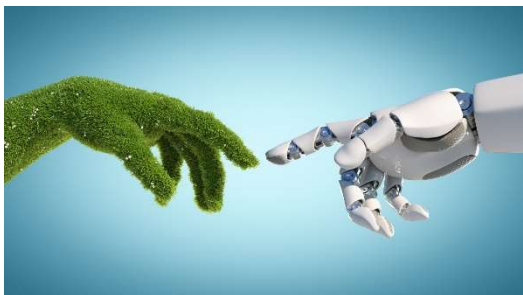
O Regulamento do MAC no âmbito do SIGRE foi aprovado pelo Regulamento n.º 1085/2025 de 24 de Setembro.

O SDR promove a economia circular através da recuperação de embalagens de bebidas de uso único em garrafas de plástico e latas de alumínio ou aço, até 3 litros, e a reciclagem de alta qualidade destes materiais, contribuindo para a redução do consumo de recursos naturais.

Previsto para entrar em vigor a 10 de Abril de 2026, este sistema representa um passo importante na promoção da economia circular em Portugal.

Este sistema consiste na aplicação de um valor de depósito sobre determinadas embalagens de bebidas de uso único (como garrafas de plástico e latas). Esse valor é pago pelo consumidor no momento da compra e reembolsado quando a embalagem é devolvida num ponto de recolha autorizado.

A concretização das regras aplicáveis a este sistema vai ao encontro da Directiva (UE) 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Junho de 2019, relativa à redução do impacte de determinados produtos de plástico no ambiente, que identifica o sistema de depósito e reembolso de embalagens como um meio para alcançar as metas de reciclagem de resíduos de embalagens, dado o impacte directo positivo nas taxas de recolha, na qualidade do material recolhido e na qualidade dos materiais reciclados, gerando oportunidades para o sector da reciclagem e para o mercado de materiais reciclados.



Projectos de Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade

Mantém-se parte importante na empresa a vertente da Inovação, essencial num sector de actividade que está em constante mudança, por via das constantes obrigações legislativas, das características e tipologias de resíduos recebidos nas instalações, das tecnologias disponíveis e das

necessidades do mercado.

A postura de constante desenvolvimento da TRATOLIXO é focada num modelo de desenvolvimento estratégico sustentável, de modo a contribuir para a contínua melhoria da saúde pública e do ambiente, bem como para a transição para a economia circular e descarbonização.

Assim, em 2025 a TRATOLIXO deu continuidade aos seus projectos de I&DT desenvolvidos em conjunto com parceiros vários, projectos que incrementam o grau de conhecimento dos cidadãos sobre os resíduos e que fomentam a deposição selectiva de resíduos.

No âmbito do Projecto “Maфра Reciclar a Valer +: Rua-a-Rua” – resultante da 1ª edição do programa de inovação colaborativa “Re-Source” promovido pela SPV e gerido pela consultora de inovação colaborativa Beta-i – a TRATOLIXO efectuou as necessárias caracterizações dos resíduos recebidos em 2025 no decorrer deste projecto.

Os resultados do mesmo foram apresentados pela Câmara de Mafra, promotora-líder do projecto, aos restantes parceiros em Março de 2025, evidenciando-se uma oportunidade de implementação dum sistema SAYT, a alta replicabilidade do projecto-piloto e a reduzida contaminação do material recolhido selectivamente.



Tendo como objectivo a análise de viabilidade de manutenção na esfera municipal do futuro Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) de embalagens de bebidas não reutilizáveis de plástico, metal ou vidro, em 2025 o município de Mafra deu continuidade ao seu projecto desenvolvido neste âmbito: o Projecto Mafra Reciclar a Valer +, inicialmente co-financiado pelos EEAGrants.

O projecto engloba a recolha de embalagens de PET e metal no município de Mafra, através do sistema de incentivo de embalagens (máquinas de reverse vending), que decorre em diferentes pontos do município, como escolas e superfícies comerciais.

O Projecto teve seguimento em 2025 testando diferentes soluções tecnológicas e logísticas, monitorizando os resultados e contribuindo para o aumento do conhecimento sobre estes sistemas, promovendo assim a sua eficiência e eficácia.

Numa óptica mais direccionada para a Sustentabilidade embora com fortes contributos para o incremento das recolhas selectivas e desvio de resíduos de aterro, a empresa manteve em 2025 a participação nos Projectos “Blue Circular Postbranding”, “Green Cork” e “Reciclagem de Cápsulas de Café”.

No âmbito do Projecto “Blue Circular Postbranding”, continuámos a receber redes de pesca durante o ano 2025, que são posteriormente destinadas para reciclagem.

No desenvolvimento do Projecto “Green Cork”, deu-se continuidade à recepção e encaminhamento de rolhas cortiça para reciclagem, tendo em 2025 sido recebidas nas instalações da TRATOLIXO cerca de 1 t de rolhas.

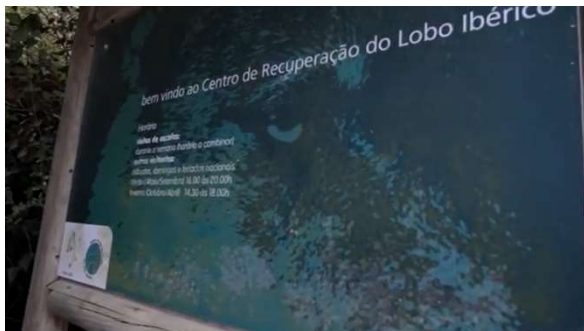
O projecto foi expandido territorialmente no Sistema AMTRES, encontrando-se a recolha desta tipologia de resíduos a abranger actualmente 3 municípios do Sistema.

Encontra-se ainda prevista a realização de uma acção de plantação de árvores ao abrigo do projecto.

Quanto ao Projecto “Reciclagem de Cápsulas de Café”, o mesmo também sofreu um alargamento, tendo o município de Sintra passado a ter a recolha selectiva destes resíduos, por via da instalação de ecocentros móveis no seu território.

Em 2025 foram encaminhadas 21,84 t de cápsulas de café para reciclagem no retomador.

Já no decorrer da participação da TRATOLIXO na iniciativa act4nature Portugal, em 2025 a empresa renovou o apadrinhamento dum lobo ibérico e promoveu uma visita de trabalhadores ao Centro de Recuperação do Lobo Ibérico (CRLI), parceiro do projecto.



Ainda na óptica da Sustentabilidade e no âmbito da integração da TRATOLIXO na United Nations Association Portugal (UNA Portugal), em 2025 a empresa voltou a participar na COP Oeiras Valley.

Esta iniciativa, dinamizada pelo Município de Oeiras, foi designada em 2025 de COP Oeiras Valley – Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

A simulação da COP foi realizada em Outubro no Auditório do Taguspark com o tema "O Papel da Energia no Clima". Nesta iniciativa foram atribuídos 15 prémios aos participantes, incluindo uma viagem à COP no Brasil, realizada em Novembro de 2025.

A TRATOLIXO fez parte do júri, tendo atribuído à delegação da Namíbia o Prémio de Valorização das Energias Renováveis.



Pacto Português para os Plásticos



No âmbito da adesão da TRATOLIXO ao Pacto Português para os Plásticos (PPP), a TRATOLIXO participou em 2025 nas reuniões colaborativas, webinars e eventos organizados por esta plataforma colaborativa, cujo objectivo é promover a transição do actual sistema dos plásticos para um modelo circular e sustentável, maximizando o valor deste material e evitando o seu desperdício e poluição, assim como outros efeitos ambientais negativos.



Plataforma Vidro+



Também no âmbito da integração da TRATOLIXO à Plataforma Vidro+, em 2025 a empresa participou nas reuniões e acompanhou os principais projectos em curso a nível nacional, momentos essenciais para fomentar a partilha de experiências e criar novas ideias que contribuam para o aumento da taxa de reciclagem de embalagens de vidro em Portugal.

Esta iniciativa colaborativa foi lançada em Maio de 2022 e é coordenada pela Associação Smart Waste Portugal, com o objectivo de criar um compromisso entre os diferentes agentes da cadeia de valor do vidro de embalagem, no sentido de definir metas e objectivos ambiciosos para promover o aumento da taxa de reciclagem do vidro a nível nacional.

A visão comum dos participantes nesta plataforma é converter Portugal num país de referência na recolha e reciclagem das embalagens de vidro, bem como na incorporação de vidro reciclado na produção de novas embalagens, sendo que esta plataforma tem como objectivo principal proceder à recolha de 90% das embalagens de vidro colocadas no mercado para reciclagem até 2030, potenciando a circularidade deste material de embalagem, num circuito fechado.

Projecto FoodLink



Rede para a Transição Alimentar
na Área Metropolitana de Lisboa

A FoodLink – Rede para a Transição Alimentar na AML – é uma plataforma colaborativa de entidades públicas e privadas, com coordenação partilhada entre a CCDR-LVT, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e o ICS-Universidade de Lisboa.

Esta plataforma encontra-se a desenvolver uma estratégia de acção que visa que até 2030, cerca de 15% do aprovisionamento alimentar da área metropolitana de Lisboa possa ser

assegurado localmente, tendo por base modos de produção sustentáveis (como a produção biológica); utilização de soluções inovadoras (nomeadamente, entre outros, na conservação do solo e no balanço de nutrientes); aposta em redes de distribuição de baixo carbono e em circuitos alimentares de proximidade; recurso a um consumo sustentável (por via da redução do desperdício alimentar e valorização dos resíduos orgânicos); e considerando a qualidade do ambiente e a conservação da biodiversidade.

A TRATOLIXO aderiu a esta rede em 2024, atendendo ao seu trabalho no âmbito da valorização de resíduos biodegradáveis (resíduos alimentares e resíduos verdes), na produção de vários tipos de composto orgânico a partir de diferentes matérias-primas que coadjuvam à reposição de nutrientes nos solos nacionais e ainda na consciencialização e sensibilização dos cidadãos para a diminuição do desperdício alimentar e correcta separação dos resíduos orgânicos.

A participação nesta rede é uma oportunidade para a empresa integrar formalmente um plano de acção ambicioso e fazer representar mais activamente no mesmo, o último componente do sistema alimentar – o sector do tratamento/valorização – muitas vezes esquecido nos modelos de governança, permitindo que o ciclo seja fechado numa verdadeira aplicação da economia circular.

Já em 2025, a TRATOLIXO participou nas reuniões de Coordenação Alargada como Entidade Coordenadora da iniciativa; participou nas reuniões Plenárias; participou na Acção de Capacitação decorrida em Janeiro; esteve presente na Apresentação pública da Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa (ETA-AML) em Março; e foi Oradora Convidada no 1º Ciclo de Conferências FoodLink – Conferência Circularidade nos Sistemas Alimentares: Como Fechar o Ciclo.





Projecto-piloto de recolha porta a porta de resíduos de equipamentos eléctricos e eletrónicos (REEE)



Em 2025 a TRATOLIXO, a Cascais Ambiente, o Município de Mafra, o Município de Oeiras, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra e o Electrão celebraram um protocolo que visa a promoção da reutilização de produtos em fim de vida, em particular equipamentos eléctricos e eletrónicos, têxteis e mobiliário, que desta forma não chegam a ser resíduo.

Este protocolo contribui para interromper o ciclo do descarte, garantindo que muitos objectos em fim de vida são reutilizados e doados a quem mais precisa.

Ao serem reparados e posteriormente doados, esses bens ganham uma nova vida e utilidade, reforçando o impacte ambiental e inclusivo da iniciativa, mitigando o desperdício e prevenindo

a produção de resíduos, podendo em simultâneo apoiar a comunidade mais carenciada e agir em favor do ambiente.

Com a celebração deste protocolo é fomentada a criação de redes de troca, de reparação e preparação para reutilização de materiais. As redes de preparação para a reutilização, que devem cumprir as melhores práticas de gestão dos resíduos, podem ser asseguradas por entidades cujo objecto social inclua a prossecução de objectivos de economia social, solidária e circular.

Os Municípios serão responsáveis por aferir as necessidades, na sua área geográfica. A TRATOLIXO fará a gestão de alguns dos bens que recebe nos seus ecocentros em articulação com os municípios de forma que os artigos possam chegar a quem mais necessita. O Electrão irá garantir a verificação e o encaminhamento dos electrodomésticos para reutilização, sendo que uma das formas que irá utilizar para o fazer será a sua plataforma de doação (<https://ondedoar.pt>).

A assinatura deste protocolo vai ao encontro do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030), que reforça que todos os municípios deverão construir o seu próprio Plano de Acção (PAPERSU), com base nas metas e objectivos exigidos pelo PERSU 2030. Este modelo de actuação que evita o resíduo é uma mudança de paradigma, com dupla importância já que, por um lado, evita a produção de resíduos, contribuindo directamente para os objectivos da economia circular e para o cumprimento das metas do PERSU 2030 e, por outro, promove a solidariedade, ao encaminhar bens reaproveitáveis para entidades sociais que os poderão redistribuir a quem mais precisa.

Protocolo de Cooperação TRATOLIXO / PIEP – Projecto Olive Pit Cutlery

No âmbito da participação da TRATOLIXO no Pacto Português para os Plásticos, a empresa foi contactada pelo Pólo de Inovação em Engenharia e Polímeros (PIEP) da Universidade do Minho, de modo a avaliar potenciais parcerias de trabalho no domínio dos materiais plásticos compostáveis.

O PIEP encontra-se a desenvolver o Projecto “Olive Pit Cutlery” ao abrigo do PRR – Agenda Mobilizadora para os Plásticos Sustentáveis – PPS14, projecto que visa a valorização de resíduos endógenos, bem como a introdução de bio-polímeros e sua posterior transformação em produtos de uso doméstico biocompostáveis.



Neste projecto, o PIEP pretende desenvolver um material a aplicar em produtos de utilização única – formas de sapato – material esse que tem por base uma mistura de polímero com caroço de azeitona triturado e aditivos para promover a sua compostabilidade.

A TRATOLIXO associou-se a este projecto no domínio dos materiais plásticos compostáveis de modo a incrementar o seu conhecimento interno e a fomentar a I&DT, impulsionar a qualificação profissional dos seus quadros, contribuir para a economia circular e valorização de sub-produtos mais sustentáveis, cooperar na redução de impactes ambientais da indústria, potenciar a competitividade da indústria verde e gerar uma maior consciencialização ambiental.

Em 2025, e no âmbito do protocolo de cooperação assinado no ano anterior, a TRATOLIXO realizou testes de biocompostabilidade nas instalações da CDA da Abrunheira a amostras dos protótipos desenvolvidos pelo PIEP, de modo a avaliar o comportamento dos seus materiais num processo de compostagem industrial.

Protocolo de distribuição de sacos verdes nos Postos de abastecimento da BP

No âmbito da expansão do Projecto de Recolha de Biorresíduos em Saco Óptico a todo o território do Sistema AMTRES, a BP tornou-se parceira da TRATOLIXO e dos seus municípios por via da assinatura de protocolos para distribuição de sacos verdes nos seus postos de abastecimento.

O objectivo desta cooperação é dotar os municípios de mais pontos de distribuição de sacos verdes aos munícipes para deposição dos referidos biorresíduos e ajudar a promover a recolha selectivas de biorresíduos em cada município.

Nestes postos de abastecimento serão colocados diversos materiais de comunicação para sensibilizarem para a importância de utilização deste sistema de recolha selectiva, incentivando a uma maior participação por parte dos cidadãos, num esforço colectivo para ajudar o país a alcançar as metas da reciclagem.

Através desta colaboração, que une o negócio de conveniência da BP (lojas) ao serviço de recolha e de tratamento de resíduos que é prestado aos cidadãos pelos municípios e pela TRATOLIXO, espera-se incentivar esta boa prática que, a nível nacional, regista o seu maior desempenho nos municípios abrangidos pela empresa.



Plano de acção TERRA – Transformação Eficiente de Resíduos em Recursos Ambientais

O Plano de acção TERRA – Transformação Eficiente de Resíduos em Recursos Ambientais – é um plano de acção do Ministério do Ambiente e Energia para os resíduos, que inclui propostas para a gestão dos aterros.

O plano preconiza que se previna a produção de resíduos e se promova a economia circular, se amplie a capacidade das infra-estruturas e se aja a nível institucional.

Há aterros que podem esgotar-se já este ano. Este novo plano para resíduos propõe, nomeadamente, instalar mais duas unidades de valorização energética, uma na região Centro e outra no Alentejo/Algarve, além de aumentar a capacidade de valorização energética na Lipor (Norte) e Valorsul (Lisboa e Vale do Tejo).

A optimização e reengenharia dos aterros existentes é uma das soluções previstas no Plano de acção TERRA para dar resposta ao esgotamento iminente destas infra-estruturas e foram já identificados projectos que vão permitir aumentar a capacidade disponível em cerca de 6 milhões de metros cúbicos.

A TRATOLIXO faz parte do Grupo de Trabalho que acompanha este assunto.

2.5. MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E MELHORIA

Atendendo às exigências crescentes no sector da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir voluntariamente às normas internacionais de gestão de sistemas, avançando para a implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança. O âmbito definido abrange todos os processos associados às actividades de gestão e tratamento de resíduos urbanos (RU) da empresa, bem como todas as suas unidades.

Em 2024, o Organismo Certificador — APCER – Associação Portuguesa de Certificação — considerou estarem reunidas as condições para a renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho.

Em 2025, a auditoria de acompanhamento veio reafirmar a conformidade do sistema, garantindo a continuidade da certificação.

Este resultado reforça o compromisso contínuo da TRATOLIXO com a melhoria dos seus processos, garantindo a prestação de

produtos e serviços de elevada qualidade, a protecção do ambiente através da gestão adequada dos seus aspectos ambientais e a promoção de condições de trabalho seguras e saudáveis para todos os colaboradores.

A certificação do Sistema de Gestão Integrado da TRATOLIXO continua, assim, a reflectir a aposta consistente da empresa na melhoria contínua dos seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, garantindo a satisfação das partes interessadas e contribuindo para a eliminação – sempre que possível – ou a mitigação dos riscos ocupacionais e dos aspectos ambientais significativos.

Num enquadramento de melhoria permanente e de cumprimento rigoroso dos requisitos legais ambientais, a empresa assegura a monitorização sistemática dos seus processos. Esta monitorização inclui a caracterização dos resíduos recebidos no SGRU, o controlo operacional em termos de desempenho ambiental e processual e a análise e optimização da qualidade do produto final gerado, com o objectivo de aumentar a satisfação dos clientes e assegurar a excelência do serviço prestado.

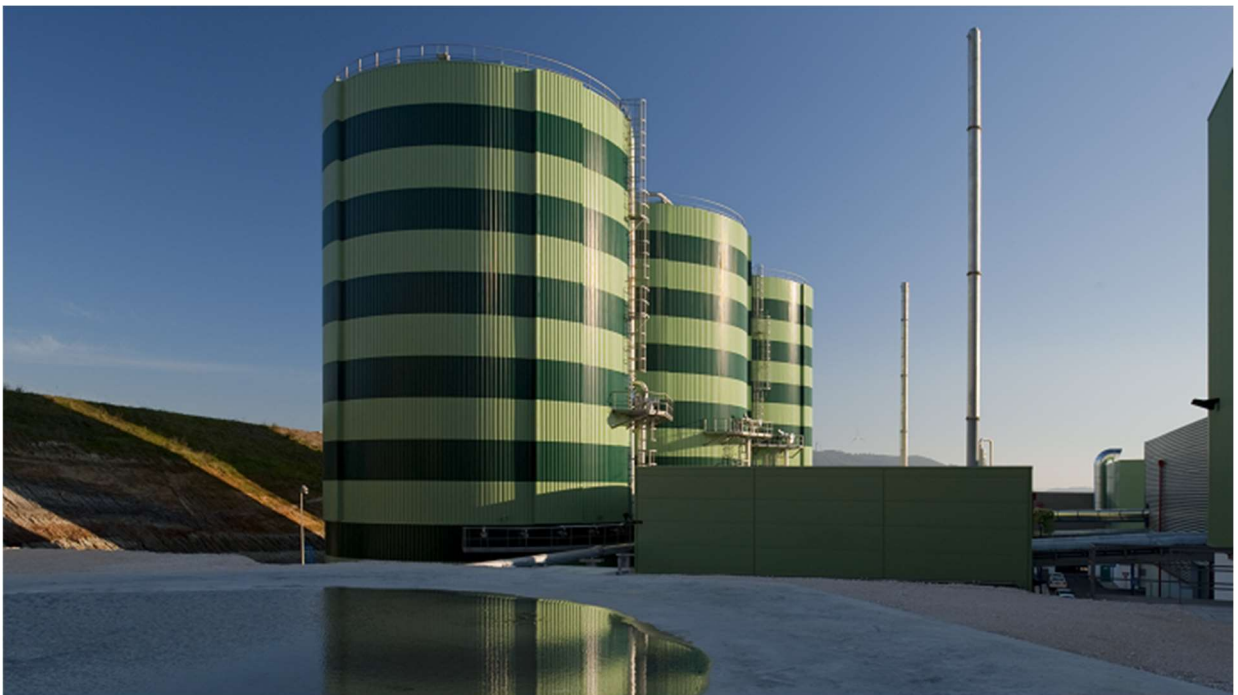


2.6. LICENCIAMENTOS E REQUISITOS LEGAIS

O processo dos licenciamentos e requisitos legais garante que a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade com a devida legitimação por parte das diferentes entidades competentes nas diversas matérias de actuação da empresa, sempre em conformidade com os requisitos legais aplicáveis à sua actividade.

Este é um dos temas mais importantes para a empresa, que consiste na instrução dos pedidos de licenciamento e acompanhamento do cumprimento das condições impostas, bem como à análise dos projectos de lei relacionados com a sua actividade.

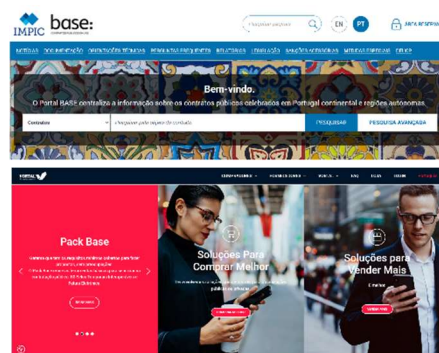
Em 2025 há a registar a emissão da Licença de Exploração resultante do pedido de alteração do licenciamento ambiental único da instalação Ecoparque da Abrunheira (TUA20220606001126), por forma a incluir as alterações preconizadas nesta infra-estrutura, enquadradas na estratégia definida pela TRATOLIXO com vista a assegurar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no sistema AMTRES, designadamente, o aumento da capacidade de tratamento biológico da Central de Digestão Anaeróbia e a requalificação dos equipamentos da etapa de afinação.



2.7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Departamento de Aprovisionamento e Contratação Pública (ACP) desempenha um papel central no funcionamento da TRATOLIXO, assegurando a aquisição de bens e serviços indispensáveis à actividade da empresa.

A sua intervenção abrange todo o ciclo da contratação pública, desde a preparação dos procedimentos até à sua tramitação e publicitação nas plataformas electrónicas “Vortal” e “Base.gov”, desenvolvida em estreita articulação com as outras áreas e com o Gabinete Jurídico, garantindo o cumprimento da legislação aplicável.



O contexto em que o ACP actua tem-se revelado particularmente exigente. A volatilidade do ambiente económico, tanto a nível nacional como internacional, impõe uma monitorização contínua do mercado e uma elevada capacidade de resposta a alterações súbitas nas condições de oferta, nos preços e na disponibilidade de bens e serviços.

Após um longo período de inflação residual, a economia portuguesa enfrentou, a partir de 2022, uma subida significativa dos preços, impulsionada por factores externos. O contexto económico internacional passou a ser marcado por uma instabilidade prolongada, associada a tensões geopolíticas e a conflitos armados com impacte nos mercados globais, como seja o conflito na Ucrânia, que ainda perdura à data de hoje.

Esta conjuntura afecta as cadeias de abastecimento, pressionando os custos da energia, das matérias-primas e dos transportes, entre outros.

Embora se verifique uma progressiva normalização dos indicadores macroeconómicos nacionais, nomeadamente da Taxa de Inflação, que, em 2025, registou um valor de 2,3%, os efeitos deste cenário continuam a influenciar, de forma estrutural, os processos de contratação pública.

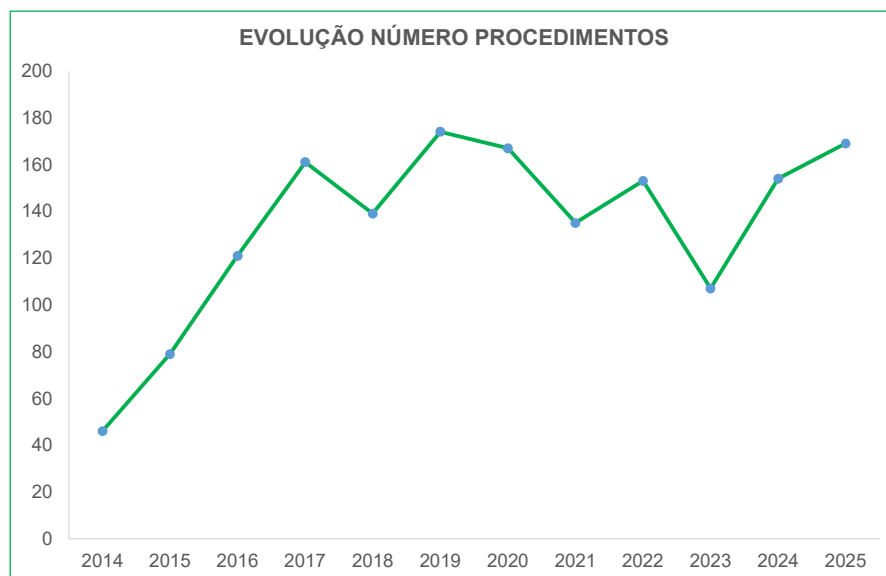
Neste contexto, os limiares previstos no Código dos Contratos Públicos revelam-se cada vez mais desajustados, em termos reais, conduzindo à necessidade de recorrer a procedimentos de tramitação mais morosa e burocrática, mesmo para aquisições de valor relativamente reduzido.

Esta realidade assume particular relevância numa empresa de natureza industrial e de serviço público essencial como é o caso da TRATOLIXO, onde a rapidez e a disponibilidade dos bens e serviços são factores críticos para a prossecução da sua missão.

A actividade do ACP em 2025 reflecte este panorama. Ao longo do ano foram emitidas 5.943 Notas de Encomenda (mais 3% face ao ano de 2024) e publicitados 169 contratos (10% acima do registado em 2024) no portal Base.gov.

Este acréscimo está relacionado também com novas necessidades decorrentes do crescimento e da evolução da actividade da empresa, designadamente com a entrada em funcionamento da nova unidade de tratamento mecânico e da nova ETAR.

Tendo o futuro em perspectiva, o ACP continuará focada na melhoria contínua dos processos de contratação e aprovisionamento, consolidando o seu papel enquanto área crítica de suporte à actividade e ao crescimento da empresa.



2.8. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

No âmbito do processo de reestruturação da Direcção, a Administração deliberou proceder à contratação de um director com experiência devidamente comprovada no sector, reforçando assim uma aposta estratégica na qualificação da gestão.



Esta decisão visa assegurar a adopção consistente das melhores práticas de governança e a elevação dos standards de desempenho dos serviços internos de Tecnologias de Informação.

Com esta nova liderança, a TRATOLIXO reafirma o seu compromisso com a eficiência operacional, a inovação contínua e o alinhamento com referenciais internacionais de qualidade e segurança, promovendo um modelo de gestão mais robusto, sustentável e orientado para a excelência.

No âmbito da modernização e reforço da infra-estrutura tecnológica, destaca-se a implementação de sistemas avançados de *vulnerability management* e *patch management*, essenciais para a mitigação pró-activa de riscos e para a garantia da resiliência dos activos digitais. Estas iniciativas encontram-se alinhadas com as recomendações internacionais, nomeadamente a ISO/IEC 27001, o NIST Cybersecurity Framework e as boas práticas de gestão de risco aplicáveis ao sector.

A renovação dos serviços de *datacenter* foi conduzida sem qualquer impacte na operação fabril, assegurando a continuidade operacional e a elevada disponibilidade dos serviços críticos. Em complemento, a adopção de uma arquitectura redundante de comunicações com o *datacenter* virtual reforçou a robustez, a tolerância a falhas e a fiabilidade das ligações, em conformidade com os princípios de resiliência recomendados por frameworks internacionais.

No domínio da segurança da informação e continuidade de negócio, procedeu-se ao reforço do perímetro digital através da implementação de um *cluster* de *firewalls* de última geração, alinhado com os controles técnicos previstos na ISO/IEC 27002.

Paralelamente, foi desenvolvido e integrado um sistema de registo e gestão de incidentes e pedidos informáticos, assegurando transparência, rastreabilidade e eficiência, em consonância com as práticas de governança definidas pelo Information Technology Infrastructure Library (ITIL) e com os requisitos de *compliance* das normas internacionais aplicáveis.

A migração do serviço de correio electrónico para a *cloud* contribuiu, adicionalmente, para o aumento da escalabilidade, da protecção dos dados e da disponibilidade operacional, garantindo uma disponibilidade elevada para um dos principais meios de comunicação internos.



No que concerne à optimização de serviços e à eficiência operacional, a TRATOLIXO procedeu à revisão e renovação dos contratos de comunicações e impressão, resultando em ganhos de produtividade, estabilidade e redução de custos.

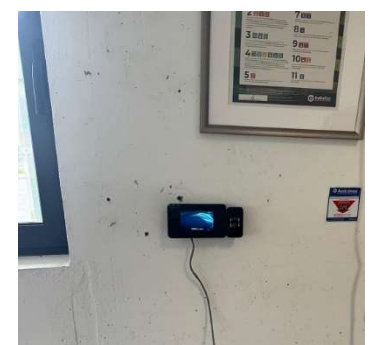
Também a implementação do portal de assiduidade modernizou os processos de gestão de recursos humanos, promovendo maior fiabilidade e rigor nos registos, de acordo com os requisitos legais e normativos aplicáveis ao sector público empresarial.

Por fim, o reforço do apoio à gestão das redes de Operational Technology (OT) e a segmentação das infra-estruturas tecnológicas contribuíram para o aumento segurança das unidades fabris e da eficiência dos processos produtivos, promovendo a adopção de modelos de referência em cibersegurança industrial.

A TRATOLIXO reafirma, assim, a sua posição na vanguarda do sector, promovendo um ambiente digital seguro, resiliente e preparado para desafios futuros, de acordo com os mais elevados padrões internacionais.

No decorrer de 2025 destacam-se ainda as seguintes acções garantindo a operação contínua da empresa:

- Migração de toda a infra-estrutura de Datacenter para Datacenter Virtual, alojado em Datacenter Externo em operador específico para este tipo de alojamento;
- Implementação de nova solução de Firewall e VPN;
- Inicialização de implementação de relógios de ponto com recurso a biometria facial;
- Integração de comunicações do armazém da Abrunheira em novo contentor noutra localização, sendo assim possível garantir o funcionamento do mesmo no decorrer da obra do novo Edifício Social da Abrunheira.



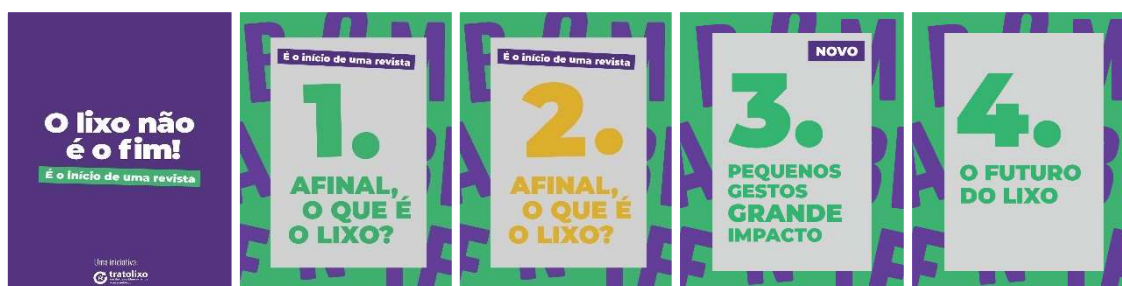
2.9. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Publicações

No âmbito desta ferramenta comunicativa destaca-se a publicação da Newsletter trimestral da TRATOLIXO, e a publicação mensal de Newsletter digital; suportes de comunicação e anúncios para publicação em media diversos.



No último trimestre do ano salienta-se o lançamento da revista “Bom Ambiente”, editada em quatro fascículos, com o objectivo de disponibilizar informação de forma acessível e descomplicada, atractiva e dinâmica, contribuindo para o incremento de visualizações no portal externo da empresa.



Audiovisuais e Multimédia

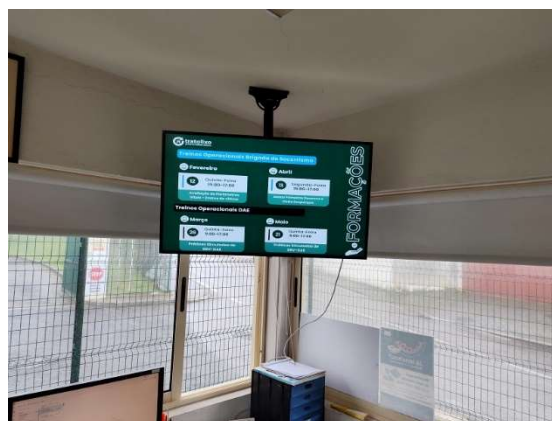
O ano de 2025 destacou-se pela significativa produção audiovisual. Foram publicados conteúdos nas redes sociais da TRATOLIXO (Facebook, Instagram e LinkedIn), assim como em outras plataformas digitais da empresa, incluindo website, quiosques digitais e newsletters, além de canais de grande alcance como Google Ads, Meta, Spotify e TikTok.

Foi produzido um filme institucional bilíngue sobre a actividade geral da empresa, destinado à apresentação em eventos institucionais, conferências e visitas oficiais. A partir do master foram criados vários filmes ilustrativos específicos por infra-estrutura e actividade diária, agregando valor informativo ao website. Para fomentar o acesso ao site e promover a literacia ambiental dos visitantes, foram ainda captadas imagens em 360º para virtual tours nos ecoparques.



Produziram-se também sete anúncios para a campanha de comunicação “Tudo no seu lugar”, um vídeo bilíngue explicativo sobre a correcta utilização dos kits de baldeamento de vidro, um registo audiovisual da participação na Feira Nacional da Agricultura (FNA), dois vídeos do evento Open Day, um filme relativo ao evento de Natal realizado durante o jantar de confraternização da TRATOLIXO, bem como outro vídeo focado nos colaboradores da empresa.

Foram desenvolvidos diversos vídeos de pequena duração para redes sociais, clusters e televisões corporativas das diferentes instalações da empresa, televisões estas cuja entrada em funcionamento ocorreu em Janeiro de 2025 e se comprovou ser um excelente meio de comunicação interna com os colaboradores.



Campanhas de comunicação e sensibilização

Foi feita a concepção criativa das campanhas “Tudo no seu lugar” e “No HORECA, o vidro tem um serviço 5 estrelas!”, co-financiadas pela SPV no âmbito do Programa Juntos a Reciclar ++ e cuja produção e divulgação foi realizada em conjunto com os municípios do Sistema AMTRES.

A campanha “Tudo no seu lugar” sensibilizou de forma disruptiva e apostou na urgência de mudar comportamentos, pois volvidas três décadas, a informação é suficiente, está disponível e, ainda assim, os resultados da recolha selectiva sobem tenuemente. Para encorajar práticas correctas, recorreu-se a um humor leve e à simplicidade do quotidiano para lembrar às pessoas que reciclar não é assim tão difícil, e que tudo corre melhor quando cada coisa está no seu devido lugar.

Foi divulgada em suportes digitais de alta abrangência através de vídeos dos diferentes fluxos:

https://www.youtube.com/@TratolixoCI/videos?view=0&sort=dd&shelf_id=1

Também foi divulgada nas redes sociais dos municípios e da TRATOLIXO, em suportes físicos como folhetos, outdoors e mupis distribuídos pelos 4 municípios e difundida semanalmente em rádios locais.



A campanha “No HORECA, o vidro tem um serviço 5 estrelas!” surgiu duma sinergia entre a TRATOLIXO e seus Municípios, cujo pensamento estratégico pretendia inverter a tendência de decréscimo das taxas de recolha selectiva do vidro, e corrigir comportamentos no público do canal HORECA da correspondente área geográfica.

Esta campanha aposta na formação de equipas para encorajar práticas correctas e aumentar taxas de reciclagem. A maioria dos vidrões disponíveis não estão adaptados aos estabelecimentos HORECA com grandes produções de vidro embalagem, pelo que se entendeu pertinente dotar os ecopontos de kits de baldeamento, fazer sensibilização porta-a-porta nestes estabelecimentos, entregar um filme e folheto explicativo, divulgar e premiar os mesmos.





PORQUÊ RECICLAR VIDRO?

- O vidro é 100% reciclável e pode ser reutilizado infinitamente com perda de qualidade, poupando energia e matéria-prima.
- E porque o seu serviço é 5 Estrelas, vai dar um exemplo que pode inspirar o próximo!
- O que sai do seu restaurante pode voltar à mesa - com menos impacto e mais consciencial.

Fale connosco para saber mais em: www.tratolixo.pt
e nos portais das Câmaras Municipais de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.


gestão de resíduos urbanos


SECRETARIA


Município de Cascais


Município de Oeiras


Município de Sintra

Se o seu serviço é
★★★★★
a gestão dos seus resíduos também pode ser.



Separe bem o vidro. Porque a excelência começa nos bastidores.

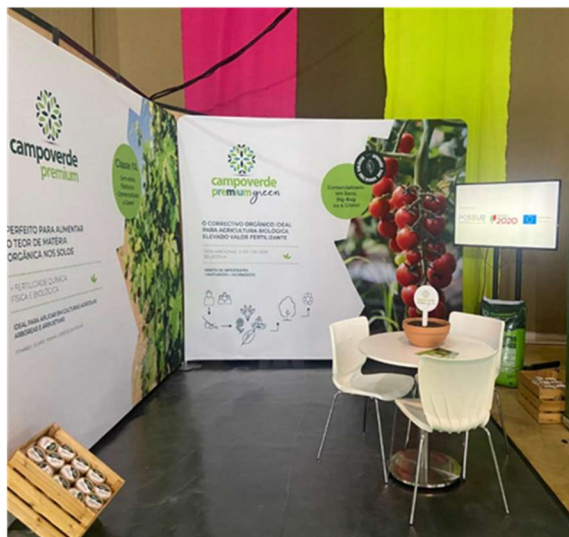

gestão de resíduos urbanos

Participação em Eventos e Feiras

Em 2025, a TRATOLIXO reforçou o seu compromisso com as questões ambientais, participando activamente em diversos eventos temáticos ligados ao ambiente, tais como o evento “Há Festa no Parque” (Mafra), evento “SintrAmbiente’25 – Feira do Ambiente e Sustentabilidade” (Sintra), evento balnear “Centros Azuis” (Oeiras) e FexpoMalveira (Mafra). Adicionalmente, a empresa foi convidada a integrar outras iniciativas, nomeadamente o “Open Day” de Oeiras dedicado à Limpeza Urbana, o “Bio Market” promovido pela Escola Aprendizizes de Cascais e a Feira Agrícola de Aruil, em Sintra.

A TRATOLIXO marcou também presença na Feira Nacional da Agricultura (FNA), em Santarém, divulgando a marca Campoverde®, através da distribuição de amostras e materiais informativos.

Para além destes eventos municipais, a empresa foi mais uma vez Coordenadora Regional da Semana Europeia de Prevenção de Resíduos (SEPR), dedicada em 2025 à temática “Liga o Valor, desliga o Resíduo”, sob o mote original “Switch off the waste”.



A TRATOLIXO participou activamente em diversos eventos do sector a nível nacional e internacional, nomeadamente: Encontro Nacional de Resíduos, organizado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (Lisboa); Semana do Desenvolvimento Sustentável promovida pelo Município da Horta (Açores); Conferência “Qualificar Portugal para uma Economia do Biometano: Criar o Mercado do Biometano”, organizada pela Axpo e pela Goldenergy (Lisboa); Eventos “Comité Smart Cities & AI” e “Comité ESG & Energias Renováveis” do World Trade Center Lisboa Business Club (Lisboa); Constituição formal do

Instituto de Desenvolvimento Sustentável (Oeiras); XV Encontro Nacional de Gestão de Resíduos, organizado pela APEMETA (Lisboa); 3º Fórum Biorresíduos, organizado pela Revista Água e Ambiente (Porto); Evento Anual do Pacto Português para os Plásticos – “Desafios para o Futuro”(Coimbra); 19.º Fórum Resíduos organizado pela Revista Água e Ambiente (Lisboa); 14º Jornadas Técnicas Internacionais de Resíduos, promovidas pela APESB (Açores).





Visitas

Em 2025 continuaram a promover-se visitas à TRATOLIXO, acolhendo várias visitas de estudo e visitas técnicas às instalações da empresa, provenientes de entidades escolares, empresas, entidades nacionais diversas, delegações internacionais e comitativas municipais.

Acções de sensibilização

A empresa ainda promoveu o desenvolvimento das acções de sensibilização nas escolas do Sistema AMTRES, incidindo sobre o impacto do consumo, correcta separação de resíduos e reciclagem.

Percorremos cerca de 4.000 quilómetros, a visitar as escolas da nossa área geográfica, 90% dos quais em carro eléctrico.



Projectos

Para além do desenvolvimento de campanhas de sensibilização específicas e dedicadas para os vários projectos em curso na TRATOLIXO e para os projectos nos quais a empresa participa – tais como o Projecto dos Sacos Ópticos Verdes e o Projecto Mafra a Reciclar + – a empresa tem planeado a construção de um Re-Use LAB em Trajouce, um espaço de educação ambiental com valências de centro interpretativo sobre a valorização de resíduos e dinamização

de actividades lúdico-pedagógicas. Dedicado a esse espaço já foi adquirido um ecocentro móvel e foi preparada a sinalética e o decor do mesmo.



Foi elaborado o Manual de + Verde, a Landing page e a Ficha de inscrição para a candidatura à certificação. Em 2025 realizaram-se diversas reuniões com ecossistemas empresariais e parceiro tecnológico, com o objectivo de definir a estratégia mais adequada para iniciar o reconhecimento de boas práticas de gestão ambiental nos 4 Municípios da nossa área de actuação.



2.10. APOIO SOCIAL

No ano de 2025, a empresa manteve o seu habitual e importante contributo no domínio social para com a sua comunidade envolvente através da participação em campanhas solidárias.

Neste âmbito, conservou as parcerias anteriores e constituiu novas parcerias com outras IPSS, tendo igualmente continuado a apoiar diversos projectos e entidades de solidariedade social, com a recepção de resíduos de acordo com o procedimento em vigor.





2.11. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O maior activo da TRATOLIXO são os seus trabalhadores.

Assim sendo, as actividades desta área são realizadas com o objectivo de promover o apoio e a informação a todos os trabalhadores da empresa, com qualidade e profissionalismo e de forma humanizada, proporcionando entre outros âmbitos, formação com a finalidade de qualificar e atribuir competências aos trabalhadores, contribuindo para a satisfação e motivação no local de trabalho.

Por outro lado, a empresa desde há muito que se preocupa com a eliminação de todas as manifestações de discriminação que possam eventualmente existir, tendo-se comprometido a trabalhar para a igualdade de oportunidades para todos os seus trabalhadores, independentemente do seu género, nacionalidade, raça, religião e idade.

De facto, a TRATOLIXO considera que a prossecução de políticas activas de igualdade entre homens e mulheres é um dever que decorre da sua responsabilidade social.

Neste sentido e considerando a importância do contributo das organizações para uma sociedade mais inclusiva e democrática, a TRATOLIXO dispõe de um Plano de Igualdade aplicável a todos os trabalhadores, homens e mulheres, pretendendo-se com o mesmo que todos sintam equidade de tratamento e igualdade na sua valorização enquanto pessoas e enquanto profissionais.

A estratégia da TRATOLIXO passa igualmente por efectuar uma gestão de recursos humanos na qual os trabalhadores sintam que fazem parte de uma empresa que se preocupa com a sua segurança, saúde e condições de trabalho.

Em 2025, e mantendo-se sensível às condições sócio-económicas dos seus trabalhadores, a TRATOLIXO manteve as seguintes medidas de apoio sócio-económico prestadas:

- Oferta de “Subsídio de Nascimento” por nascimento de filho de trabalhador, como apoio à natalidade;
- Oferta de Natal e prémio de antiguidade para os trabalhadores;
- Concessão de dia de aniversário do trabalhador;
- Consultas de Medicina Curativa.

O ano a que reporta este relatório foi igualmente um período de grandes conquistas e avanços a nível de projectos e medidas ligadas aos recursos humanos.

Deu-se início à construção do Edifício Social do Ecoparque da Abrunheira, uma obra aguardada há mais de 13 anos e cujas instalações constituirão um franco benefício das condições sociais prestadas pela empresa aos trabalhadores daquele Ecoparque.

Destaca-se igualmente a celebração do Acordo de Empresa (AE), um processo negocial que se tinha iniciado há mais de 6 anos junto do STAL.

A assinatura deste acordo permite regular as condições de trabalho e benefícios aplicáveis aos trabalhadores da empresa, nomeadamente em matérias como a organização de tempo de trabalho, remuneração e complementos salariais, direitos e deveres e segurança e saúde no trabalho.

De entre o vasto conjunto de medidas que o AE prevê, destacam-se o pagamento de Subsídio de Insalubridade e Penosidade; actualização de Subsídio de Turno; e revisão, pela primeira vez desde 2010, do Subsídio de Refeição – medidas em vigor desde o início de 2025 – sendo adicionalmente aplicadas a partir de Janeiro de 2026 medidas como o aumento do subsídio de refeição e de subsídio de transporte; aumento do período anual de férias remunerado para 25 dias; e a atribuição de um complemento ao subsídio de doença oncológica.

Apesar da sua aplicação ser obrigatória apenas para os trabalhadores associados do STAL, a empresa – determinada em prosseguir a igualdade de tratamento de todos os seus trabalhadores, sem discriminações positivas e/ou negativas – estendeu a sua aplicação ao universo de todos seus trabalhadores.

Tendo por base o Orçamento de Estado, foi igualmente realizada a actualização anual dos salários de 2025 e, com base na mesma premissa, aprovada a respectiva actualização anual dos salários de 2026 para todos os trabalhadores, passando a TRATOLIXO a proporcionar – já a partir de Janeiro de 2026 – o escalão inicial de remuneração com uma actualização de 6% face ao praticado inicialmente.

E por fim, mas de enorme relevo social, foi efectuada a reposição do seguro de saúde da empresa aos trabalhadores, com as condições anteriores novamente asseguradas.

Aprovado Acordo de Empresa entre a TRATOLIXO e o STAL, cuja assinatura concluiu uma longa negociação de condições de trabalho e benefícios para todos os trabalhadores e para a Empresa!

Repartição do Efectivo

À data de 31 de Dezembro de 2025, o efectivo da TRATOLIXO era composto por um total de 303 trabalhadores, distribuídos por 219 trabalhadores do género masculino e 84 do género feminino, acrescido de 29 trabalhadores temporários, 29 do género masculino e 0 do género feminino.

Ocorreu, por isso, um acréscimo correspondente a 4,1% face ao ano de 2024, em que o total de trabalhadores a 31 de Dezembro de 2024 era de 291.

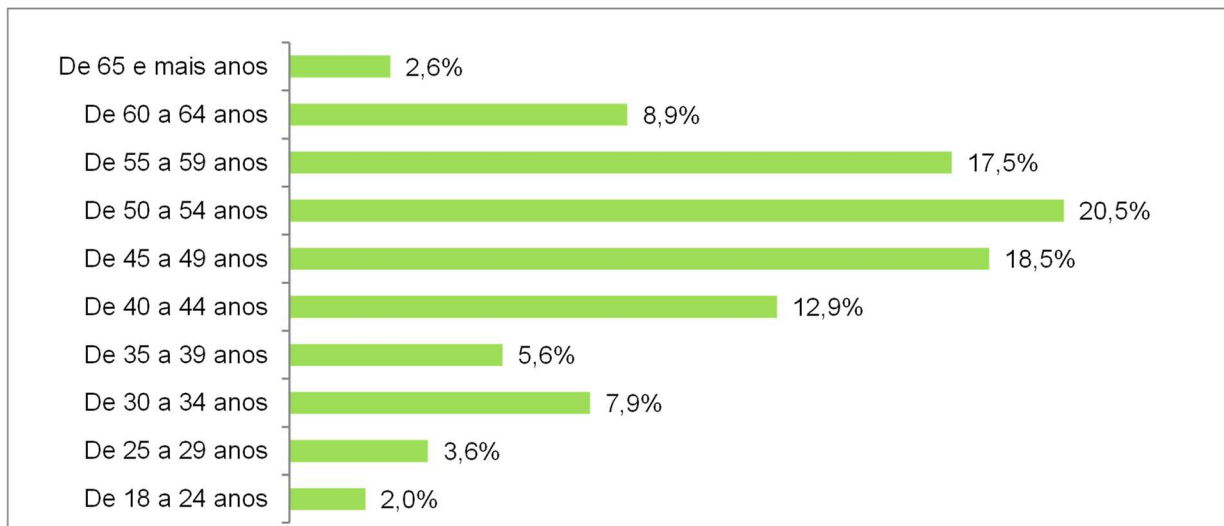
O índice de tecnicidade (1) da empresa sofreu uma alteração ligeira, passando de 24,4% em 2024 para 24,1% em 2025, correspondente a uma variação negativa de 0,3%. Isto ficou a dever-se ao facto de não se ter verificado alteração considerável no pessoal pertencente às categorias de coordenador, técnico superior e técnico e as restantes categorias, considerando o balanço entre as entradas e saídas de trabalhadores da empresa, face a 2024.



Nível Etário

Em termos de escalões etários, a 31 de Dezembro de 2025, verificou-se uma maior concentração de trabalhadores na faixa etária entre os 50 e os 54 anos, correspondente a 20,5% do total, conforme se pode constatar no gráfico seguinte, situação semelhante à verificada em 2024.

(1) O índice de tecnicidade é obtido através da fórmula (Coordenadores + Técnicos Superiores + Técnicos) / Efectivo global * 100.



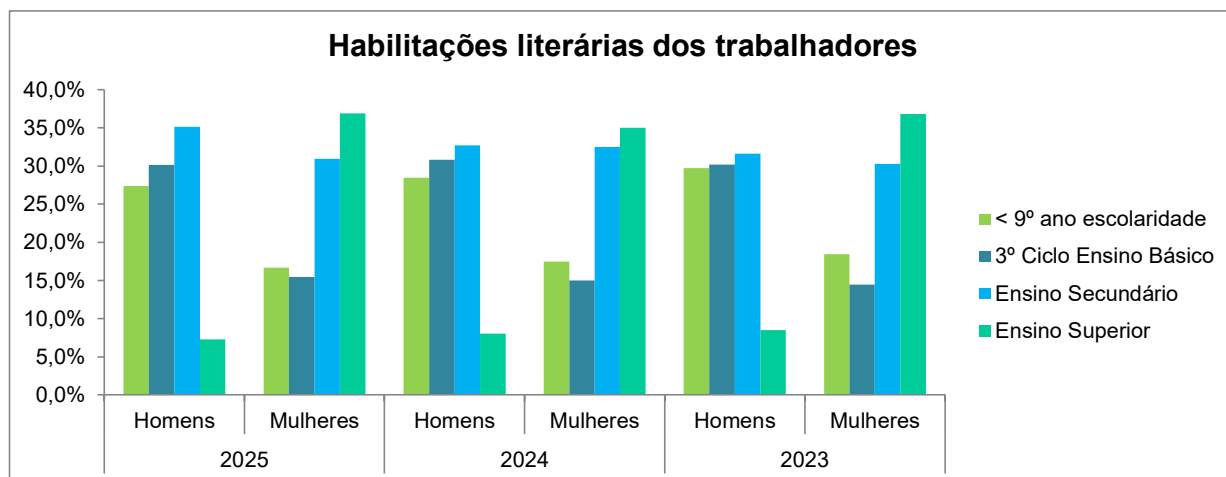
Nível de Escolaridade

A 31 de Dezembro de 2025, registou-se uma maior percentagem de trabalhadores da empresa com habilitações literárias ao nível do Ensino Secundário (10º-12º ano), 34,0%, correspondente a 103 trabalhadores, situação semelhante ao verificado em 2024.

Verificou-se ainda em 2025, que trabalhadores com habilitações literárias inferiores ao 9º ano de escolaridade e o 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano de escolaridade) apresentaram uma percentagem muito semelhante, 24,4% e 26,1%, respectivamente, contabilizando 74 e 79 trabalhadores em cada nível de escolaridade.

Por último, o nível habilitacional com menos representação na empresa correspondia ao Ensino Superior, 15,5%, com um total de 47 trabalhadores.

A evolução do peso relativo dos níveis habilitacionais pode ser analisada segundo o género, como se constata no gráfico seguinte.



Formação Geral

Durante o ano de 2025, verificaram-se 1.173 participações em 387 acções de formação interna e externa, num total de 7.339 horas, correspondente a uma média de 22,11 horas de formação por acção. Nestas horas de formação estão incluídas as formações proporcionadas no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

Nestes totais estão também incluídas as acções de formação ministradas a trabalhadores temporários, com 228 participações, correspondentes a um total de 797 horas.

Formação Realizada	2023	2024	2025
Total de Participações	1.102	1.846	1.173
Total de Acções de Formação	213	344	387
Total de Horas de Formação	5059	5 145	7.339

Em 2025, comparativamente com 2024, verificou-se uma diminuição no total de participações (-36%), verificando-se, no entanto, um aumento significativo no total de horas ministradas (43%). No total de acções dadas, observou-se um aumento, na ordem dos 13%.

As variações verificadas deveram-se ao facto da TRATOLIXO, em 2025, ter começado a ministrar, de forma sistematizada, formação “on-the-job” a todos os trabalhadores admitidos durante o ano, resultando num acréscimo significativo do total das horas de formação.

Verificou-se ainda, durante o ano de 2025, uma diminuição no número de participações, decorrente do facto da empresa ter ministrado mais acções de formação individuais, com uma maior carga horária e menos acções de formação de grupo, com menor carga horária.



Segurança e Saúde no Trabalho

É obrigação do Empregador organizar as actividades de Segurança e Saúde no Trabalho que visem a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde do trabalhador.

O Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho existente na TRATOLIXO está englobado na Direcção de Recursos Humanos.



Este Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho visa promover o incremento das condições de segurança, incentivando a criação de uma Cultura de Segurança, em todas as actividades das instalações da TRATOLIXO, promovendo um ambiente de melhoria contínua, melhoria das condições de trabalho, redução da sinistralidade, salvaguarda do património e formação das pessoas.

A TRATOLIXO monitoriza as condições de segurança e saúde laborais, de modo a proporcionar um ambiente de trabalho saudável.



Um dos instrumentos utilizados na empresa para a Monitorização de Segurança e Saúde no Trabalho é o Plano de Avaliação Anual de Agentes Físicos, Químicos e Biológicos.

É de referir também as Verificações Técnicas efectuadas aos Macroprocessos / Processos, e a Matriz de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, documento dinâmico, em constante actualização, cuja metodologia tem como objectivo suportar a identificação de Perigos, Avaliação e Controlo de Riscos para a saúde e segurança no trabalho, de forma a determinar quais deverão ser eliminados ou controlados, através implementação de medidas de controlo de riscos pela TRATOLIXO, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança.

É também efectuado um acompanhamento mensal da Sinistralidade Laboral.

Apresenta-se no quadro abaixo a informação sobre a sinistralidade laboral da TRATOLIXO em 2025, explicitando a situação dos incidentes de trabalho, sua classificação segundo a forma da respectiva ocorrência, bem como o número de dias perdidos – relativamente a acidentes efectivamente ocorridos no ano em causa – resultantes de ausência ao trabalho por baixa médica.

SINISTRALIDADE LABORAL	
Tipos de Acidente	2025
N.º de Acidentes de Trabalho com Baixa	18
N.º de Acidentes de Trabalho sem Baixa	19
N.º Total de Acidentes de Trabalho	37
N.º de Dias Perdidos	647
Quase-Acidentes de Trabalho	0

Atendendo à cultura de melhoria contínua da empresa com propósito, neste caso, de promover um ambiente de trabalho seguro e saudável para os trabalhadores e entidades externas, em 2025 foram adoptadas várias medidas relevantes tais como:

- Implementação da plataforma de gestão documental Ecoordina, solução que pretende melhorar o controlo de acessos de modo eficiente, ter uma solução personalizada, otimizar tarefas e processos de trabalho;
- Na óptica de prevenção de cenários de emergência de incêndios, adoptaram-se diversas medidas no âmbito da prevenção dos períodos quentes, tais como colocação na empresa de equipas externas de bombeiros nos dois Ecoparques durante os períodos quentes; instalação de aspersores para rega dos montes de resíduos; e escalonamento de equipas em prevenção;
- Incremento de câmaras no sistema de vídeo vigilância dos Ecoparques de Trajouce e Abrunheira;
- Reforço e maior proximidade na relação com os Representantes dos Trabalhadores;
- Reforço de sinalização;
- Realização de Simulacros em todas as instalações da empresa;
- Cultura de proximidade e diálogo entre SST e os trabalhadores;
- Reforço do programa de Segurança e Saúde no Trabalho;

- Incremento da formação ministrada pela área, tendo sido dada formação específica em SST aos elementos da equipa e formação em Noções Básicas na Resposta à Emergência – nos módulos de socorrismo / combate incêndios / evacuação / comunicação rádio e em caso de emergência – com o propósito de dotar os formandos de competências para o desempenho de funções de primeira intervenção, em caso de emergência.



3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

SUMÁRIO

O exercício de 2025 decorreu num contexto de progressiva normalização da política monetária na área do euro, após o início da trajectória de redução das taxas de juro directoras pelo Banco Central Europeu em junho de 2024, com o objectivo de assegurar a convergência da inflação para a meta de 2%.

Este enquadramento traduziu-se numa redução significativa dos encargos financeiros da TRATOLIXO, resultante da descida do custo médio da dívida, aliviando a pressão sobre os resultados da empresa e permitindo uma maior aproximação aos valores considerados em orçamento.

Assim, ao contrário do que se verificou em 2024, a tarifa aprovada para 2025 revelou-se suficiente para cobrir integralmente os encargos de financiamento, dispensando a transferência financeira de equilíbrio que, no ano anterior, se tornou necessária ao abrigo do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, em resultado de encargos financeiros excepcionalmente elevados que não haviam sido previstos aquando da definição da respectiva tarifa.

Embora inicialmente o orçamento tivesse sido definido numa óptica de resultado nulo, a actualização dos valores de contrapartida aplicáveis aos resíduos de embalagem conduziu, a pedido do concedente, à sua revisão, permitindo eliminar a transferência financeira de equilíbrio inicialmente prevista e contribuindo para um desvio favorável face ao resultado nulo inicialmente orçamentado, decorrente da conjugação dessa actualização orçamental com a impossibilidade de revisão de uma tarifa já aprovada.

O exercício de 2025 encerrou, assim, com um resultado líquido de 1,2 milhões de euros, contribuindo para o reforço da sustentabilidade económico-financeira da Empresa. O EBITDA ascendeu a 12,9 milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao registado em 2024 (13,3 milhões de euros). Importa, contudo, salientar que o EBITDA de 2024 se encontrava influenciado pela transferência financeira de equilíbrio então necessária, enquanto o EBITDA de 2025 foi integralmente gerado pela actividade operacional da Empresa, refletindo a normalização do enquadramento financeiro e uma maior sustentabilidade dos resultados operacionais.

O EBIT totalizou 4,9M€, após a dedução de gastos de depreciação e amortização no montante de 8,0M€, registando uma variação negativa de 0,6M€ face ao exercício anterior. Ainda assim, a redução significativa dos encargos financeiros, em cerca de 2,0 M€, permitiu que o resultado

operacional fosse suficiente para assegurar a cobertura integral dos gastos de financiamento, apurando-se um resultado antes de imposto positivo de 1,5M€.

A estrutura financeira em 2025 manteve indicadores de equilíbrio robustos, evidenciando uma evolução favorável face a 2024. Com efeito, no final do exercício, os capitais permanentes continuavam a financiar integralmente o activo fixo, registando-se um excedente em fundo de maneo de 16,2M€, mais 6,1M€ do que no exercício anterior.

No curto prazo, manteve-se a estabilidade do ciclo de exploração, com necessidades de fundo de maneo negativas, que em 2025 se reforçaram em 4,6M€. Em resultado desta evolução, a tesouraria líquida no final de 2025 apresentava um excedente de fundo de maneo de 28,6M€.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro 1 – Conta de Exploração e de Resultados

	2024	2025	▲	▲ %
Rendimentos de Exploração	39 898 671	45 114 402	5 215 731	13,1%
Gastos de Exploração (antes de Gastos de Depreciação e Amortização)	26 598 182	32 236 109	5 637 928	21,2%
Resultado Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA)	13 300 490	12 878 293	-422 197	-3,2%
Gastos de Depreciação e Amortização	7 872 232	8 011 387	139 155	1,8%
Resultado Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT)	5 428 258	4 866 906	-561 352	-10,3%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	255 146	408 566	153 420	60,1%
Juros e Gastos Similares Suportados	5 706 334	3 738 125	-1 968 209	-34,5%
Resultado antes Impostos	-22 930	1 537 347	1 560 278	n.a.
Imposto sobre o Rendimento	22 983	-348 042	-371 025	n.a.
Resultado Líquido	53	1 189 306	1 189 253	2263088,4%

Em 2025, o Resultado de Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA) totalizou 12,9M€, evidenciando uma evolução globalmente estável face ao exercício de 2024, embora assente numa estrutura de resultados operacionais distinta entre os dois exercícios.

No exercício de 2024, o EBITDA incorporava uma transferência financeira de equilíbrio no montante de 1,1 M€, necessária para compensar encargos financeiros excepcionalmente elevados, não reflectindo, por esse motivo, exclusivamente o desempenho operacional da Empresa. Já em 2025, o EBITDA foi integralmente gerado pela actividade operacional corrente,

sem recurso a mecanismos extraordinários de equilíbrio financeiro, traduzindo uma maior qualidade e sustentabilidade dos resultados operacionais.

Esta evolução qualitativa do EBITDA reflectiu-se directamente no resultado operacional, que, apesar de inferior ao do exercício anterior, revelou-se plenamente suficiente para assegurar a cobertura dos encargos financeiros, num contexto de acentuada redução do custo do financiamento. Assim, após a dedução dos gastos de depreciação e amortização no montante de 8,0M€, apurou-se um Resultado de Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT) de 4,9M€.

Este montante permitiu cobrir o custo líquido do financiamento, que atingiu 3,3M€, assegurando a obtenção de um resultado líquido positivo, após imposto, de 1,2M€.

A evolução do EBITDA entre os dois exercícios reflecte, assim, não uma deterioração do desempenho operacional, mas antes a normalização do seu enquadramento financeiro.

Rendimentos de Exploração

Expurgando desta análise a rubrica de serviços de construção, que em 2025 totalizou 3,2M€, e em 2024 1,3M€ – montantes que se anulam em gastos de exploração – a variação apurada no total dos rendimentos de exploração passa de um desvio de 5,2M€ (Quadro1) para 3,3M€ (quadro 2):

Quadro 2 – Rendimentos de Exploração (sem serviços de construção)

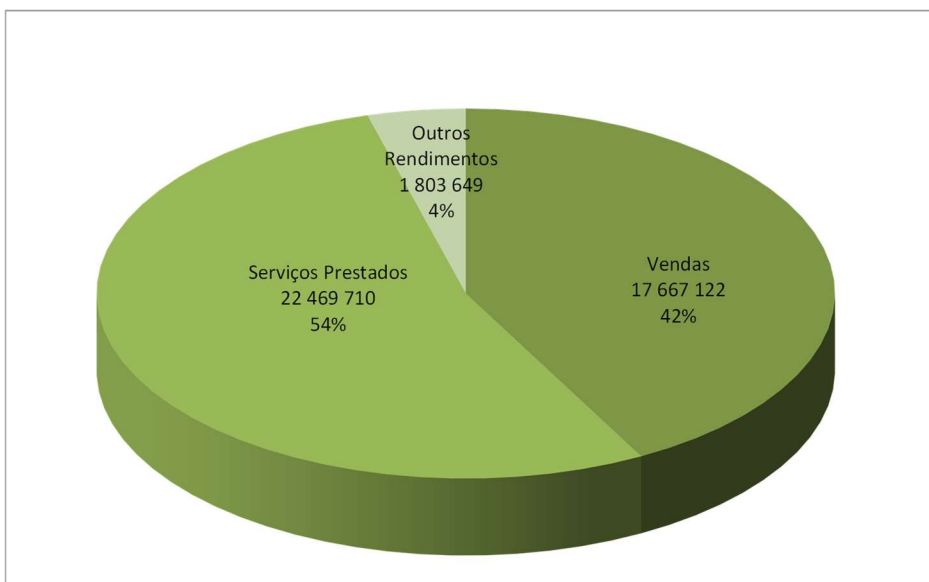
Rúbrica/Ano	Un: €			
	2024	2025	▲	▲ %
Vendas	12 201 843	17 667 122	5 465 279	44,8%
Serviços Prestados	23 198 376	22 469 710	-728 666	-3,1%
Outros Rendimentos	3 235 008	1 803 649	-1 431 359	-44,2%
Rendimentos de Exploração (s/ serv. construção)	38 635 227	41 940 481	3 305 254	8,6%

Neste quadro, que detalha os rendimentos de exploração excluindo os serviços de construção, verifica-se que a variação positiva de 3,3M€ resulta, sobretudo, do aumento das vendas, no montante de 5,5M€. A contrabalançar este valor, regista-se (i) uma redução de 1,4M€ em outros rendimentos, associada, essencialmente, à não repetição, em 2025, da transferência financeira de equilíbrio no montante de 1,1M€ realizada em 2024, conforme referido anteriormente; e (ii) uma variação negativa de 0,7M€ em serviços prestados.

A variação positiva verificada em vendas resulta, em larga medida, da actualização dos valores de contrapartida aplicáveis aos resíduos de embalagem, bem como de ganhos de eficiência dos processos de tratamento.

Em serviços prestados, embora o total de toneladas tarifadas em 2025 tenha sido superior ao registado em 2024, a diminuição de 0,7M€ explica-se, sobretudo, pela aplicação, aos “Resíduos Verdes”, de uma tarifa correspondente a 50%, enquanto medida de bonificação aos municípios, destinada a incentivar comportamentos conducentes ao cumprimento das metas aplicáveis ao sector, em linha com a Recomendação n.º 4/2023 da ERSAR relativa à formação dos tarifários do serviço de gestão de resíduos. Adicionalmente, e com o mesmo objectivo, dá-se nota que não foram facturados os quantitativos relativos à tipologia “Sacos Verdes” entrados no sistema.

Gráfico 1 – Distribuição dos Rendimentos de Exploração



Gastos de Exploração

Expurgando novamente da análise, na rubrica de fornecimentos e serviços externos, os serviços de construção, a variação de 5,6M€, evidenciada no Quadro 1 reduz para a 3,7M€, conforme apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 – Gastos de Exploração (sem serviços de construção)

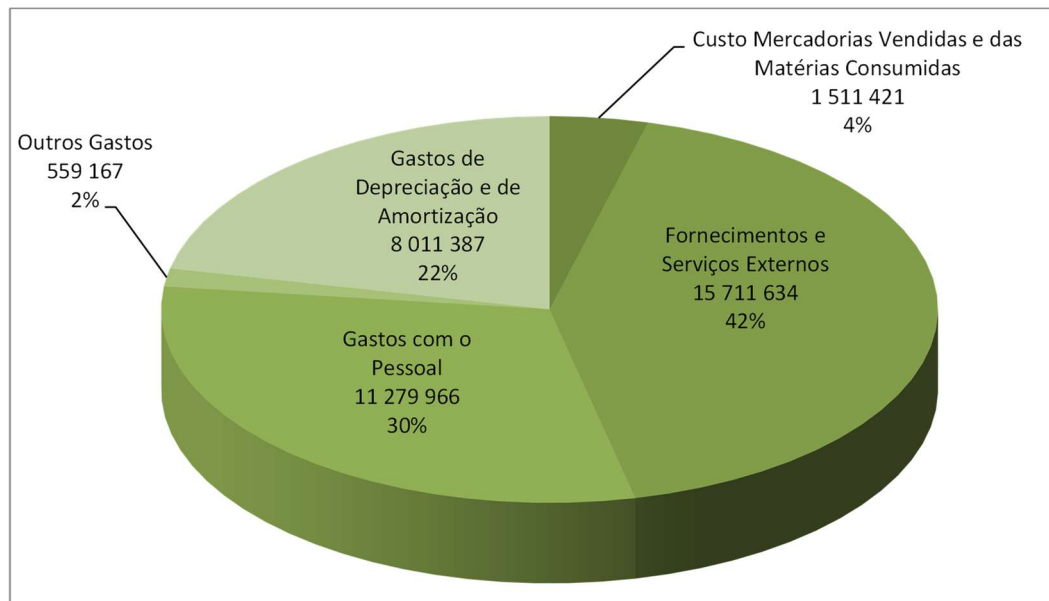
Rúbrica/Ano	Un: €			
	2024	2025	▲	▲ %
Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1 488 670	1 511 421	22 751	1,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	13 474 343	15 711 634	2 237 291	16,6%
Gastos com o Pessoal	9 643 036	11 279 966	1 636 930	17,0%
Outros Gastos	728 689	559 167	-169 521	-23,3%
Gastos de Exploração (antes de Gastos de Depreciação e Amortização)	25 334 738	29 062 189	3 727 451	14,7%
Gastos de Depreciação e de Amortização	7 872 232	8 011 387	139 155	1,8%
Total dos Gastos de Exploração (s/ serv. construção)	33 206 970	37 073 576	3 866 606	11,6%

Com efeito, desconsiderando os serviços de construção, e conforme se constata no quadro acima, os gastos de exploração antes de gastos de depreciação e amortização registaram um crescimento de 3,7M€. Deste acréscimo, destaca-se o desvio de 2,2M€ na rubrica fornecimentos e serviços externos, que explica a maior parte do aumento observado.

A subrubrica de transporte e deposição de resíduos foi a que mais contribuiu para este desvio, reflectindo o transporte e deposição de um maior número de toneladas de resíduos, bem como o recurso acrescido à subcontratação de serviços de transporte a terceiros.

Adicionalmente, contribuíram para o aumento dos fornecimentos e serviços externos os maiores custos registados em conservação e reparação de equipamentos, nomeadamente na Central de Digestão Anaeróbia, bem como em rendas e alugueres, associados, sobretudo, à entrada em funcionamento de um novo equipamento nas Células de Confinamento Técnico.

Concorreu, ainda, para a variação global dos gastos de exploração o crescimento dos gastos com o pessoal, decorrente do reforço do quadro de pessoal e das actualizações salariais ocorridas no exercício. Por sua vez, os gastos de depreciação e amortização, embora relevantes no contexto global da estrutura de custos, contribuíram para uma variação residual no exercício.

Gráfico 2 – Distribuição dos Gastos de Exploração**Gastos e Rendimentos Similares**

Em 2025, os gastos financeiros registaram uma redução muito significativa face ao exercício anterior, reflectindo a descida do custo médio da dívida, no contexto da progressiva normalização da política monetária na área do euro.

Os encargos com juros diminuíram cerca de 2,0M€ relativamente a 2024, evolução que teve um impacto determinante na formação do resultado do exercício. Registou-se, igualmente, um acréscimo dos rendimentos financeiros, decorrente da aplicação temporária de excedentes de tesouraria em depósitos a prazo, de expressão residual no contexto da variação global dos resultados financeiros.

A conjugação destes factores foi determinante para que o resultado operacional, ainda que inferior ao do exercício anterior, assegurasse a cobertura integral dos gastos de financiamento, conduzindo à obtenção de um resultado antes de imposto positivo.

ESTRUTURA PATRIMONIAL**Quadro 4 – Evolução das rubricas do Balanço**

Rúbricas/Anos			Un: €	
	2024	2025	▲	▲ %
Total do Activo	175 566 840	180 013 630	4 446 789	2,5%
Activos Fixos	148 406 769	143 089 283	-5 317 486	-3,6%
Outros Activos	7 593 188	6 597 341	-995 848	-13,1%
Soma	155 999 957	149 686 624	-6 313 333	-4,0%
Caixa e Equivalentes	19 566 883	30 327 006	10 760 123	55,0%
Total do Capital Próprio	28 050 825	30 406 281	2 355 456	8,4%
Total do Passivo	147 516 015	149 607 349	2 091 334	1,4%
Dívida Financeira	122 325 292	120 905 495	-1 419 797	-1,2%
Provisões	3 524 383	3 498 115	-26 268	-0,7%
Outros Passivos	21 666 340	25 203 739	3 537 399	16,3%

1. Activo

O total do activo, excluído de caixa e equivalentes, ascendia, em 31 de Dezembro de 2025, a 150M€, registando uma redução de 6,3M€ face a 2024. Para esta variação contribuiu, sobretudo, a diminuição dos activos fixos, no montante de 5,3M€, bem como a redução de 1,0M€ na rubrica outros activos.

Activos Fixos

O montante de 143M€ apresentado na rubrica activos fixos corresponde, na sua quase totalidade, ao valor líquido das infra-estruturas da concessão sob responsabilidade da TRATOLIXO. A variação negativa de 5,3M€ resulta, essencialmente, do efeito das amortizações do exercício de 2025, que totalizaram 8,0M€, contrabalançadas por investimento líquido em equipamentos diversos, no montante aproximado de 2,3M€, capitalizado nesta rubrica.

Outros Activos

A redução de 1,0M€ em outros activos deve-se, sobretudo, à realização de verbas a receber, designadamente: (i) a parte remanescente da transferência financeira de equilíbrio relativa a 2024, liquidada pelo accionista; e (ii) a cobrança de dívida devida pelos municípios pelo serviço prestado pela TRATOLIXO.

2. Passivo

O total do passivo regista um aumento de 2,1M€ face ao exercício anterior, evolução explicada, principalmente, pelo crescimento da rubrica de outros passivos, no montante de 3,5M€, parcialmente compensado pela redução da dívida financeira.

Dívida Financeira

Em cumprimento do contrato de financiamento em vigor, a dívida financeira reduziu 1,4M€, totalizando 121M€ no final de 2025. O financiamento contraído junto do sindicato bancário, em regime de “project finance”, teve como objectivo a construção das infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Provisões

O montante de provisões, no valor de 3,5M€, corresponde, essencialmente, à melhor estimativa, à data, das responsabilidades futuras associadas aos encargos previstos com o encerramento das Células de Confinamento Técnico, bem como com a sua monitorização e a de outras infra-estruturas de responsabilidade da empresa.

Outros Passivos

A rubrica de outros passivos, montante de 25M€, inclui, entre outros: (i) o valor a liquidar à Agência Portuguesa do Ambiente em 2026, relativo à Taxa de Gestão Resíduos (TGR) de 2025, que totalizou 10,9M€; e (ii) 5,8M€ respeitantes ao efeito fiscal dos subsídios ao investimento reconhecidos em capital próprio.

O remanescente corresponde a responsabilidades diversas perante fornecedores, Estado e outras entidades, bem como a responsabilidades com férias e subsídio de férias. Para a variação de 3,5M€ nesta rubrica contribuiu, em particular, o aumento da TGR a liquidar à APA,

que cresceu 1,6M€ face ao exercício anterior, bem como o acréscimo da dívida a fornecedores, no montante de 1,2M€.

3. Capital Próprio

O capital próprio registou um aumento de 2,4M€ em 2025, resultante: (i) do reconhecimento de 2,7M€ de subsídios comunitários atribuídos ao abrigo do POSEUR, associados à reprogramação de três investimentos; e (ii) do resultado líquido apurado no exercício, no montante de 1,2M€.

Nos termos do normativo contabilístico aplicável, os subsídios ao investimento são inicialmente reconhecidos em capital próprio, sendo posteriormente transferidos para resultados dos sucessivos exercícios, em parcelas, durante o período das correspondentes amortizações. Deste modo, a variação líquida dos subsídios ao investimento em capital próprio ascendeu a 1,1M€ no exercício.

SÍNTESE

O exercício de 2025 evidencia uma situação económico-financeira globalmente equilibrada, reflectindo a normalização do enquadramento financeiro, a estabilidade da actividade operacional e a evolução favorável da estrutura financeira da Empresa. Estes factores permitiram assegurar o equilíbrio das contas, dispensar a necessidade de transferências financeiras de equilíbrio e reforçar a capacidade financeira da TRATOLIXO no curto e médio prazo.

4. PERSPECTIVAS FUTURAS

Nos últimos anos, a TRATOLIXO procedeu a um investimento superior a 25 M€ em ampliações, requalificações e construção de novas infra-estruturas, o que lhe permitiu, a esta data, estar pela primeira vez capacitada para o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos pelos municípios da sua área de intervenção e para os desafios no tratamento dos biorresíduos, previstos até 2030.

Na gestão dos resíduos produzidos no Sistema AMTRES, o principal desafio e problema subsiste na questão da fracção resto, pois ainda que ocorra um aumento gradual das quantidades de resíduos provenientes de recolha selectiva, os processos operacionais irão sempre ter como resultado uma fracção significativa de rejeitados (mais de 200.000 t/ano) do seu tratamento.

Verificou-se neste relatório que está a ocorrer um crescimento na produção de resíduos – já observada no ano anterior – e que o comportamento das recolhas selectivas está a seguir o mesmo padrão. Porém, o crescimento destas recolhas selectivas está a ocorrer a um ritmo muito abaixo do que seria expectável, verificando-se inclusivamente no material vidro um decréscimo.

A continuar este cenário, o cumprimento das metas – que já era bastante difícil – terá um desvio ainda maior, trazendo também impactes nas vendas de produtos recicláveis e um significativo aumento da pressão sobre a infra-estrutura actualmente mais crítica, o aterro da Abrunheira.

Torna-se, portanto, essencial envidar esforços e efectivar medidas conducentes ao aumento muito urgente das recolhas selectivas para atingir metas e diminuir a fracção resto.

Qualquer que seja o conjunto de soluções tecnológicas empregues na gestão de resíduos, existirá sempre a necessidade de utilização de aterro.

Por isso, para garantir a sustentabilidade do Sistema, torna-se indispensável e urgente avançar com soluções e medidas que capacitem a empresa de condições de destino final para os resíduos, nomeadamente a ampliação do actual aterro e a construção de um novo aterro, até à construção de uma solução definitiva de valorização energética para a fracção resto.

No modelo técnico futuro patente no Plano Estratégico para a valorização da fracção resto, verifica-se que a única solução tecnicamente robusta, viável e testada à escala da TRATOLIXO é a valorização energética.

Neste sentido, a solução mais vantajosa para a empresa passa pelo encaminhamento desta fracção para a futura 4ª linha da Valorsul ou, em alternativa, capacitar a TRATOLIXO numa solução própria de valorização energética.

Atendendo ao trabalho já desenvolvido entre as partes, verifica-se que a futura 4ª linha da Valorsul poderá estar concluída em 2030/2031, não obstante a devida aprovação pelo Ministério do Ambiente até ao 1º trimestre de 2026, visando subsequentemente definir-se o modelo de governança entre as partes, ao nível da Área Metropolitana de Lisboa.

Em termos de investimentos futuros, atendendo aos objectivos significativamente ambiciosos definidos pelas autoridades nacionais na sequência do PERSU 2030, coloca-se o desafio de garantir o alinhamento das capacidades existentes nas infra-estruturas da empresa com as trajectórias de recolha selectiva dos municípios, bem como com os novos fluxos específicos de resíduos ainda a criar, evoluindo para soluções tecnológicas de futuro, promovendo a eficiência de processos e produtos, que contribuam para um modelo técnico completo e financeiramente mais sustentável, mas que se inserem na melhoria contínua da gestão operacional de resíduos da TRATOLIXO.

Desta forma, prevêem-se executar no futuro investimentos de cerca de 60 M€ (bastante abaixo da média nacional), ao nível da Ampliação da Capacidade da Central de Triagem de Trajouce; uma Unidade de Produção de CDR para aproveitamento de algumas fracções específicas dos rejeitados dos processos de triagem; e uma Unidade de Purificação de Biogás para Produção de Biometano, com recurso a financiamento dos Programas Comunitários.

Manter-se-á também a aposta em soluções de transição energética para ambos os Ecoparques.

A empresa tem vindo a implementar melhorias na óptica da eficiência energética, no seio do previsto nos PREn dos Ecoparques da TRATOLIXO.

Neste sentido, prevê-se a instalação de painéis fotovoltaicos no Ecoparque da Abrunheira, nas áreas disponíveis deste Ecoparque, com potencial poupança de consumo energético de 10% e uma estimativa de poupança financeira.

Relativamente ao Ecoparque de Trajouce, foram realizados estudos com diversas entidades no sentido de reforçar a instalação de painéis fotovoltaicos neste Ecoparque, prevendo-se a expansão da instalação destes equipamentos na cobertura da CCRV.

Numa primeira fase será efectuada uma requalificação deste edifício – sendo que o Concurso Público para contratação da empreitada em questão foi lançado no dia 30 de Janeiro de 2026 – após a qual se promoverá a execução da medida em causa.

A actuação da empresa permanecerá ligada ao objectivo de aumentar a eficiência da separação nos diversos processos, reduzindo os custos operacionais sempre que possível.

Para tal, a TRATOLIXO tem de estar devidamente preparada para receber as alterações que o mercado exige, seja a nível legal e cumprimento de metas, quer eventuais alterações nas quantidades de resíduos recepcionados, garantindo a sustentabilidade e economia circular em todos os seus processos.

A empresa pretende, por isso, continuar a inovar, implementando novas tecnologias e metodologias mais eficientes, mantendo-se como uma referência nacional e internacional na área da gestão de resíduos.

Neste sentido, irá dar continuidade à optimização das linhas de processamento e apostar na Digitalização Operacional e Integração de Dados (Indústria 4.0).

Antevê-se um ano cheio de desafios complexos no sector de gestão de resíduos, sendo que a economia circular é apontada como o ponto frágil da política ambiental do País.

Espera-se que mecanismos como o Sistema de Depósito e Reembolso (SDR), a criação da responsabilidade alargada para os fluxos emergentes e a transposição da Directiva do Direito à Reparação – um instrumento legal para redução de produção de resíduos, promovendo medidas para aumentar o tempo de vida útil de bens de consumo – sejam passos importantes para melhorar o desempenho nacional neste domínio.

A nível social, pretende-se continuar a apostar no seu Capital Humano – o bem mais precioso da empresa – e dotar a TRATOLIXO de condições modernas e adequadas às necessidades dos trabalhadores, através do Novo Edifício Social do Ecoparque da Abrunheira, entre outras medidas.

Num ano em que se antecipam riscos reais num quadro global mais fragmentado do que nunca – a nível de estabilização frágil da economia mundial, pontuada por eventos políticos de alta voltagem – resiliência e união serão palavras-chave para o sucesso.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do art.º 22º dos estatutos da TRATOLIXO, E.I.M., S.A. e do art.º 66º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do exercício de 2025, no montante 1.189.305,51€, seja aplicado da seguinte forma:

- Cobertura de resultados transitados negativos: 204.556,49€
- Reserva legal (1/10 do resultado remanescente, nos termos dos estatutos): 98.474,90€
- Reservas livres: 886.274,12€.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nuno Miguel de Oliveira Custódio

Guilherme Manuel da Silva Dórdio Rodrigues

Ana Barreto Albuquerque

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Índice das demonstrações financeiras

Balço	93
Demonstração dos resultados	94
Demonstração das alterações no capital próprio	95
Demonstração dos fluxos de caixa	95
Anexo às demonstrações financeiras	96
1 Introdução	97
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	98
3 Principais políticas contabilísticas	99
4 Fluxos de caixa	113
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	114
6 Gestão de riscos financeiros	115
7 Activos fixos tangíveis	115
8 Activos Intangíveis	116
9 Activos e passivos por Impostos Diferidos	121
10 Inventários	123
11 Clientes	124
12 Estado e outros entes públicos.....	125
13 Outras contas a receber	126
14 Diferimentos	127
15 Capital.....	127
16 Reservas.....	128
17 Outras variações de capital	128
18 Provisões	129
19 Financiamentos obtidos	130
20 Fornecedores.....	132
21 Outras contas a pagar.....	133
22 Vendas e serviços prestados	134
23 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	135
24 Fornecimentos e serviços externos	135
25 Gastos com pessoal.....	136
26 Perdas por imparidade e reversões do exercício.....	137
27 Outros rendimentos e ganhos	137

28	Subsídios ao investimento	137
29	Outros gastos e perdas.....	138
30	Juros e gastos e rendimentos similares	139
31	Imposto do exercício.....	139
32	Compromissos.....	140
33	Contingências	141
34	Informações sobre matérias ambientais	143
35	Partes relacionadas	143
36	Disposições legais	146
37	Divulgações exigidas por diplomas legais.....	148
38	Eventos subsequentes.....	148

1. Balanço

	Nota	31 de dezembro	
		2025	2024
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	24.927	26.345
Ativos intangíveis	8	142.922.515	148.075.121
Outros investimentos financeiros		52.008	50.982
Ativos por impostos diferidos	9	89.834	254.321
		143.089.283	148.406.769
Corrente			
Inventários	10	1.828.763	1.640.259
Clientes	11	3.362.074	2.934.467
Estado e outros entes públicos	12	593.902	132.854
Outros créditos a receber	13	548.836	2.846.362
Diferimentos	14	263.766	39.246
Caixa e depósitos bancários	4	30.327.006	19.566.883
		36.924.346	27.160.071
Total do Ativo		180.013.630	175.566.840
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	15	7.010.000	7.010.000
Prémio de emissão		120	120
Reservas legais	16	30.000	30.000
Resultados transitados		-204.556	-204.610
Outras variações no capital próprio	17	22.381.412	21.215.262
		29.216.975	28.050.772
Resultado líquido do período		1.189.306	53
Total do capital próprio		30.406.281	28.050.825
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18	3.498.115	3.524.383
Financiamentos obtidos	19	119.200.199	120.670.927
Passivos por impostos diferidos	9	461.890	511.309
Ajustamentos em subsídios	17	5.771.308	5.810.549
		128.931.511	130.517.169
Corrente			
Fornecedores	20	3.319.783	2.918.978
Estado e outros entes públicos	12	437.106	251.260
Financiamento obtidos	19	1.705.296	1.654.365
Outras dívidas a pagar	21	15.213.653	12.174.243
		20.675.838	16.998.846
Total do passivo		149.607.349	147.516.015
Total do capital próprio e do passivo		180.013.630	175.566.840

As notas das páginas 97 a 149 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados

	Nota	Exercício	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	22	43.310.753	36.663.663
Subsídios à exploração	-	28.750	55.774
Variação nos inventários de produção	10	(7.722)	24.912
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	(1.511.421)	(1.488.670)
Fornecimentos e serviços externos	24	(18.885.555)	(14.737.787)
Gastos com o pessoal	25	(11.279.966)	(9.643.036)
Imparidade de inventários (perdas) / reversões	10,26	69	554
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	11,26	1.411	-
Provisões (aumentos) / reduções	18	30.595	(66.742)
Aumentos/ reduções de justo valor		1.025	(878)
Outros rendimentos	27,28	1.749.520	3.132.108
Outros gastos	29	(559.167)	(639.408)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12.878.293	13.300.490
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7,8	(8.011.387)	(7.872.232)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas) / reversões		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.866.906	5.428.258
Juros e rendimentos similares obtidos	30	408.566	255.146
Juros e gastos similares suportados	30	(3.738.125)	(5.706.334)
Resultados antes de impostos		1.537.347	(22.930)
Imposto sobre o rendimento do período	31	(348.042)	22.983
Resultado líquido do exercício		1.189.306	53
Resultado por acção:			
- básico		0,85	0,00

As notas das páginas 97 a 149 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração das alterações no capital próprio

	Notas	Capital realizado	Prêmios emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações Capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2024		7.010.000	120	30.000	(204.660)	22.080.388	50	28.915.898
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	50	-	(50)	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	-	-	(50)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	(865.126)	-	(865.126)
		-	-	-	50	(865.126)	(50)	(865.126)
Resultado líquido do período							53	53
Resultado integral							53	(865.073)
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2024		7.010.000	120	30.000	(204.610)	21.215.262	53	28.050.825
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	53	-	(53)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	1.166.150	-	1.166.150
		-	-	-	53	1.166.150	(53)	1.166.150
Resultado líquido do período							1.189.306	1.189.306
Resultado integral							1.189.306	2.355.456
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2025		7.010.000	120	30.000	(204.556)	22.381.412	1.189.306	30.406.281

As notas das páginas 97 a 149 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	54 710 275	49 729 318
Pagamentos a fornecedores	(25 077 280)	(19 163 905)
Pagamentos ao pessoal	(9 316 379)	(8 351 151)
Caixa gerada pelas operações	20 316 616	22 214 261
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento	51 110	(35 297)
Outros recebimentos/ (pagamentos)	(7 409 352)	(6 085 563)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	12 958 374	16 093 402
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(72 230)	(42 121)
Ativos intangíveis	(31 745)	(59 700)
Outros ativos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	61	58
Ativos intangíveis	47 343	99 727
Subsídios ao investimento	2 690 948	939 285
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	2 634 377	937 248
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Aumentos de capital	-	-
Juros e rendimentos e similares	296 333	88 875
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(1 488 395)	(3 968 324)
Amortizações de contratos de locação financeira	-	-
Juros e gastos e similares	(3 640 566)	(5 755 855)
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	(4 832 628)	(9 635 303)
Varição de caixa e seus equivalentes	10 760 123	7 395 347
Efeitos das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	19 566 883	12 171 536
Caixa e seus equivalentes no fim do período	30 327 005	19 566 883

As notas das páginas 97 a 149 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. (referida neste documento como TRATOLIXO ou Empresa), com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana, foi constituída em 26 de Julho de 1989, tendo como objecto a gestão e exploração integrada de recolha, transporte, tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados, bem como outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos.

A TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos, com sede na Estrada 5 de Junho nº 1.

Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 20 de Fevereiro de 2026.

É a opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da TRATOLIXO, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

1.1 – Enquadramento da actividade

Entre Dezembro de 2004 e 30 de Junho de 2016, a TRATOLIXO desenvolveu a sua actividade no âmbito do contrato-programa celebrado com a AMTRES, em 29 de Dezembro de 2004, de acordo com o qual esta delegou os seus poderes na TRATOLIXO para o exercício do serviço público de gestão do sistema de tratamento dos resíduos sólidos produzidos na área dos Municípios que a integram, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, pelo prazo de 24 anos. Em 16 de Setembro de 2009, foi efectuado um aditamento ao contrato programa, com vista a incorporar as alterações introduzidas ao PERECMOS – ‘Plano Estratégico de Resíduos para os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra em 2007, de acordo com o qual a TRATOLIXO deixou de ser responsável pela definição de soluções de recolha dos resíduos sólidos, da tipologia de contentorização e definição dos circuitos.

Na sequência das alterações introduzidas em 2009 ao quadro legal e regulatório do sector das águas e resíduos em Portugal, em 20 de Novembro de 2015 a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, conforme previsto no disposto no nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de Agosto, que substituiu o contrato programa então em vigor,

passando este a produzir efeitos a partir 30 de Junho de 2016, data da emissão do visto do Tribunal de Contas, até 31 de Dezembro de 2043.

A substituição do contrato programa, pelo contrato de gestão delegada, obrigou ao alinhamento dos objectivos estratégicos da TRATOLIXO com o PERSU 2020, conforme o PAPERSU 2020 apresentado pela TRATOLIXO e aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente. Em termos gerais os contratos continuam a prever os mesmos direitos e obrigações assumidos pela TRATOLIXO e a AMTRES no contrato anterior, passando, contudo, a vigorar um regime de fixação de tarifas com carácter vinculativo para períodos de 5 anos, sujeitas a atualização com base na inflação anual e a parecer favorável da ERSAR.

Assim no âmbito dos referidos contratos, considera-se que estes atribuem à TRATOLIXO acesso às instalações existentes no Ecoparque de Trajouce (Cascais) para a prestação do serviço público, para além da obrigação de construir um novo Ecoparque na Abrunheira (Mafra) e requalificar o Ecoparque de Trajouce.

A TRATOLIXO não pode dispor livremente desses activos, para além da substituição/renovação que se demonstre necessária à prestação dos serviços. Pelos serviços prestados, conforme estipulado, a TRATOLIXO tem direito a uma retribuição que equivale à aplicação de uma tarifa por tonelada de resíduos entrada no sistema.

Assim, o contrato de gestão delegada, tal como anteriormente o contrato programa, assinado com a AMTRES, constitui, em substância, um acordo de concessão, no âmbito do qual a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela prestação de serviços de construção das infra-estruturas de suporte à actividade a desenvolver e a responsabilidade pela exploração do serviço público de tratamento de resíduos sólidos.

Neste contexto, a TRATOLIXO aplica a interpretação do normativo internacional de contabilidade para os serviços de concessão, a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas pela TRATOLIXO de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) – emitidas e em vigor a 31 de Dezembro 2025, e, supletivamente, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia, relativamente a matérias específicas da actividade da Empresa, mas omissas no SNC (“IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços). Ainda a referir, por supletividade a norma ASC 980 – Regulated

Operations, emitida pelo FASB (substitui a anterior SFAS 71- Accounting for the Effects of Certain types of regulation).

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia de 20 de Fevereiro de 2026, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime da periodização económica (acréscimo) no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas (Nota 3), foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, não tendo sido registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3 Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.4 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da TRATOLIXO.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de juros, gastos ou rendimentos similares, se relacionadas com financiamentos, ou em outros gastos ou rendimentos operacionais para todos os outros saldos/transacções.

3.2.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para os activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de uso.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

O activo fixo tangível da TRATOLIXO refere-se a “equipamento administrativo” e é depreciado pelo método da linha recta, desde a data em que encontra em condição de uso, entre 1 e 12 anos.

3.2.3 Activos Intangíveis

Os activos intangíveis registados no balanço referem-se a programas de computador e ao direito de concessão resultante da aplicação dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo os custos com direitos de propriedade intelectual e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis adquiridos numa transacção de permuta por outros activos não monetários, ou por uma combinação de activos monetários e não monetários, são reconhecidos pelo justo valor do activo recebido.

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são mensurados, pelo modelo do custo, sendo o activo escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Programas de computador

A TRATOLIXO capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e respectivos *upgrades*. Estes activos são amortizados em três anos.

Direitos de concessão

A TRATOLIXO regista como direito de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento da concessão atribuída. Tal como previsto na IFRIC 12 – ‘Acordos de concessão de serviço’, a TRATOLIXO presta o serviço de construção/aquisição das infraestruturas necessárias ao estabelecimento da concessão, que permuta pelo direito de explorar o serviço público de tratamento de resíduos sólidos dos Municípios que integram a AMTRES. Uma vez que todos os activos investidos revertem para a AMTRES no final do prazo do contrato de gestão delegada, sem direito a contraprestação, não existe qualquer valor a receber a registar.

De acordo com os contratos que regulam a concessão, todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição são considerados como parte dos custos e encargos a recuperar nas tarifas, razão pela qual a TRATOLIXO não procede ao registo de obrigações contratuais de reposição no final da concessão, por conta dos equipamentos de renovação/ substituição a

adquirir/ construir, e integra todos os montantes dos serviços de construção / aquisição no direito de concessão quando incorridos.

Assim, o valor do direito de concessão reconhecido corresponde: (i) ao valor líquido dos activos fixos tangíveis transferido para activo intangível, pela aplicação prospectiva da IFRIC 12 na data da transição para o SNC; (ii) ao valor da permuta dos serviços de construção/aquisição em equipamentos de expansão/ requalificação/renovação/ substituição efectuados após a data da transição para o SNC, com base na fase de acabamento; e (iii) às contrapartidas acordadas com os Municípios, como por exemplo a entrega de contentores e material de recolha de resíduos.

O direito de concessão (que compreende o montante classificado como direito de concessão à data da transição e os montantes subsequentes dos serviços de construção prestados em equipamentos de expansão/requalificação/renovação/substituição) é amortizado de acordo com o montante das amortizações considerado como custo elegível em cada período, para a determinação das tarifas, de forma linear e pelo termo da concessão, a terminar em 31 de Dezembro de 2043.

Relativamente às contrapartidas, estas são adicionadas directamente ao saldo do activo intangível – direito de concessão, na data em que a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela execução das mesmas, independentemente da data da sua realização.

3.2.4 Imparidade de activos

A TRATOLIXO avalia os activos fixos tangíveis e intangíveis para efeitos de imparidade sempre que existem indícios de perda de valor. Quando o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa regista a respectiva perda por imparidade.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do activo é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e, quando aplicável, da alienação do activo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

No caso do activo intangível que constitui o direito da concessão, a avaliação dos indicadores de imparidade é efectuada na revisão do modelo financeiro da concessão, e sempre que ocorram alterações nas condições da concessão não passíveis de reposição de equilíbrio pelas

tarifas ou pelas transferências financeiras. O teste de imparidade é efectuado ao nível da concessão como um todo, por esta corresponder à unidade geradora de caixa a que a TRATOLIXO gera benefícios económicos. O registo da imparidade é efectuado quando por indicação do regulador/concedente se estima que o valor não seja totalmente recuperável.

Os activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidades, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.2.5 Activos financeiros

O conselho de administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados:

- (a) Ao custo, ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor, com as alterações do justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros que constituem financiamentos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo, ou ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem contratos derivados

e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A TRATOLIXO avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a TRATOLIXO reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.2.6 Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transacção, sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura tipificadas na NCRF 27. Outras relações de cobertura económica não previstas são registadas como instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros.

Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (“fair value hedge”), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (“cash flow hedge”), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

3.2.7 Inventários

Os inventários da TRATOLIXO referem-se a:

- (i) materiais utilizados nas actividades internas de manutenção e conservação, e combustíveis para a movimentação dos equipamentos de carga e transporte;
- (ii) produtos recuperados (embalagens) ou produzidos (composto) a partir do tratamento dos resíduos recebidos;
- (iii) equipamento de protecção individual (EPIS), fardamentos e consumíveis diversos.

Os materiais são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

Os produtos são mensurados ao custo de produção ou ao preço estimado de venda. Apenas os produtos acabados, cujo custo de produção excede o valor da venda, se encontram valorizados ao preço de mercado.

Nos períodos subsequentes, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.2.8 Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos Clientes e Outras Contas a Receber são registadas sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo, subsequentemente, revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.2.9 Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na demonstração dos fluxos de caixa como Caixa e Equivalentes de Caixa.

Os fluxos de caixa respeitantes às empreitadas com empresas construtoras no âmbito de contratos de construção são, no âmbito da IFRIC 12 e de uma clarificação emitida pela IFRS Interpretation Committee, registados como um fluxo operacional na demonstração dos fluxos de caixa.

3.2.10 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no Capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no Capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.2.11 Passivos financeiros

O conselho de administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados:

- (a) Ao custo, ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar, a reconhecer em cada período, são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.12 Financiamentos obtidos

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a TRATOLIXO possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo, neste caso, classificados no passivo não corrente.

3.2.13 Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço e, que se estima, que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a sua utilização. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com o reconhecimento inicial de activos e passivos que não resultem de uma concentração de actividades e que, à data da transacção, não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a TRATOLIXO tem: (i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a TRATOLIXO divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para regularizar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Provisões para recuperação ambiental

Para fazer face às responsabilidades previstas no DL n.º 183/2009, de 10 de Agosto, no exercício de 2016 foi constituída uma provisão no valor de 2.550 mil euros, conforme custo estimado com a selagem das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, sendo que se estima o seu encerramento em 2026. Em 2022, tendo em consideração a melhor estimativa à data, procedeu-se ao reforço desta provisão em 750 mil euros, totalizando a mesma no final desse ano 3.300 mil euros, montante que em 2025 se considera adequado para os custos com a selagem deste equipamento.

Provisões para monitorização de aterro, lixeiras e células de confinamento técnico

A TRATOLIXO tem atribuída a responsabilidade de monitorização de diversas infra-estruturas e das lixeiras encerradas que integram o sistema multimunicipal objecto do contrato de gestão delegada. Esta é uma medida de protecção ambiental, exigida pelas autoridades competentes, e que pretende avaliar os impactos causados por estas infra-estruturas ao nível dos recursos naturais.

As provisões registadas resultam do plano de monitorização definido pela TRATOLIXO para o período de responsabilidade assumida (30 anos desde a data de encerramento) estando sujeitas a revisão anual consoante as acções de monitorização desenvolvidas. As provisões são mensuradas ao valor presente da estimativa efectuada descontada à taxa de juro que reflecte o risco do passivo.

3.2.15 Subsídios e apoios do Governo

A TRATOLIXO reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos similares pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente da data do seu recebimento.

Quando em período subsequente, por condicionalismos não previstos, se venha a verificar o não recebimento do valor de subsídios registado, há lugar ao desreconhecimento da parcela que não será recebida.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital” (deduzidos de um ajustamento respeitante ao imposto fiscal futuro, reconhecido por contrapartida de um passivo), sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da amortização dos activos a que estão associados. No que se refere aos subsídios associados às infra-estruturas da concessão estes são amortizados de acordo com o prazo da concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.2.16 Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a TRATOLIXO detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a TRATOLIXO não tem opção de compra no final do contrato ou, pelo período de vida útil estimado quando a TRATOLIXO tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da locação.

3.2.17 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças, entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são reconhecidas como activos ou passivos se qualificarem como tal.

3.2.18 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido, ou a receber, relativo à venda de produtos e/ou prestações de serviços no decurso da actividade da TRATOLIXO. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos ou descontos atribuídos.

O rédito da venda de produtos da TRATOLIXO corresponde à venda de resíduos de embalagem provenientes da triagem de resíduos recolhidos selectivamente, bem como, aos produtos resultantes do tratamento de resíduos indiferenciados, como sejam os recicláveis decorrentes da triagem manual da CITRS, da electricidade gerada a partir do biogás produzido nos biodigestores, e do composto produzido na Central de Digestão Anaeróbia. Acrescem, ainda, a estes produtos, os materiais recicláveis recuperados no Ecocentro provenientes das entregas de monstros pelos municípios que compõem a AMTRES.

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos fluam para a TRATOLIXO; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenha sido transferido para o comprador.

No caso da venda dos resíduos de embalagem às Entidades Gestoras do Sistema Integrado de Resíduos de Embalagem (SIGRE), Sociedade Ponto Verde; Novo Verde e Electrão o rédito é reconhecido após a entrega aos retomadores e conforme comunicação do resultado dos leilões efectuados por estas entidades aplicável à fracção não embalagem dos lotes de materiais mistos (embalagem e não embalagem).

O rédito das prestações de serviços refere-se, sobretudo, a duas actividades:

(i) Tratamento de resíduos - o rédito é reconhecido de acordo com as toneladas de resíduos entradas no sistema multimunicipal e as tarifas definidas pela AMTRES. O valor correspondente às toneladas de resíduos entradas é facturado directamente aos Municípios.

(ii) Serviços de construção de infraestruturas da concessão, reconhecidos no âmbito da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços - o rédito reconhecido corresponde ao valor de investimento concordado com a AMTRES, em termos de equipamentos a construir/ adquirir para expansão/ requalificação/ renovação/ substituição, tendo por base os custos estimados de construção/aquisição pela TRATOLIXO, os quais incluem: (a) o custo de aquisição (ex: empreitadas) e (b) os custos orgânicos, directa ou, indirectamente, relacionados com a fiscalização dos investimentos.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.3 Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a TRATOLIXO tenha uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a regularizar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A TRATOLIXO incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. No âmbito do desenvolvimento da sua actividade, a TRATOLIXO incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo da sua origem, estão a ser capitalizados (obrigação contratual de requalificação) ou reconhecidos como gasto nos resultados operacionais do exercício.

3.4 Principais estimativas e julgamentos apresentados na elaboração das demonstrações financeiras

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do conselho de administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.4.1 Provisões

A TRATOLIXO analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.4.2 Activos intangíveis

Dado o modelo de negócio da TRATOLIXO (concessão de serviço público) e a contabilização exigida pela IFRIC 12, a definição do método de amortização do activo intangível, que consubstancia o direito de concessão e outros, é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício ao longo da concessão.

Por se tratar de um direito contratual sujeito a regulação (fixação de tarifa) a amortização praticada tem que reflectir o consumo do benefício económico subjacente ao direito de explorar a concessão, o que se consubstancia no valor da amortização elegível para efeitos de determinação das tarifas. De acordo com as condições contratuais em vigor (“Contrato de gestão delegada”) enquanto o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos não for aplicável à TRATOLIXO, estas são similares às do “contrato-programa” que vigorava anteriormente e que considerava como base para a recuperação dos custos e encargos da concessão o “custo de amortização de todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição”.

Assim, a amortização do direito de concessão é efectuada de forma linear pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contemplando a vida útil efectiva dos activos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação/substituição destes activos.

Na data em que o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos tiver de ser adoptado pela TRATOLIXO, este método de amortização poderá ter de ser revisto/ alterado, o que poderá originar diferenças transitórias significativas nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, e conseqüentemente potenciais necessidades de reequilíbrio da concessão ou equilíbrio financeiro da TRATOLIXO.

3.4.3 Imparidade de activos

Os activos tangíveis e intangíveis firmes são avaliados relativamente à existência de imparidades quando existem indicadores de que os mesmos não serão recuperáveis no prazo do contrato de gestão delegada. Relativamente aos activos intangíveis em curso, o conselho de administração procede anualmente à avaliação da recuperabilidade do seu valor, com base no EVEF associado ao contrato de gestão delegada e nos pressupostos que considera mais prováveis de ocorrerem no futuro.

3.4.4 Impostos

Os montantes reconhecidos como imposto corrente, créditos de imposto e imposto diferido, que constituem a melhor estimativa do conselho de administração, têm em conta a legislação em vigor e o potencial de gerar resultados tributáveis futuros, podendo, contudo, existir correcções por parte da administração fiscal que se traduzam em alterações/ correcções a estes valores que não se encontram registados.

3.4.5 Prazo da concessão

O prazo da concessão corresponde ao período em que a TRATOLIXO prestará o serviço público. Quaisquer alterações no prazo da concessão têm impactos significativos nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, nomeadamente, nas rubricas de amortização de activos intangíveis (direito da concessão), reconhecimento de amortização do subsídio ao investimento ou no valor da tarifa a praticar (com impacto na determinação da recuperabilidade dos activos intangíveis).

Em 20 de Novembro de 2015, a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 2016, onde ficou definida a alteração do fim do prazo da concessão de 31 de Dezembro de 2028 para 31 de Dezembro de 2043.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A TRATOLIXO não possui caixa ou equivalentes de caixa para os quais existam restrições sobre a sua utilização, excepto no que respeita: (i) à conta de reserva de serviço da dívida, no

montante de 3,2 milhões de euros, que se destina ao pagamento do serviço da dívida do primeiro semestre de 2026; e (ii) aos depósitos obrigatórios constituídos como garantia aos pagamentos do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresenta os seguintes valores:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	3 250	3 250
Depósitos bancários	30 323 756	19 563 633
Caixa e depósitos bancários	<u>30 327 006</u>	<u>19 566 883</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Numerário		
- Caixa	3 250	3 250
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	7 896 899	13 540 671
- Depósitos a prazo	22 251 345	5 600 000
- Depósitos obrigatórios	175 512	422 962
	<u>30 323 756</u>	<u>19 563 633</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u>30 327 006</u>	<u>19 566 883</u>
Equivalentes de caixa (passivo)	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>30 327 006</u>	<u>19 566 883</u>

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.2 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às estimativas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.3 Erros de períodos anteriores

Não foram detectados erros com referência a períodos anteriores.

6 Gestão de riscos financeiros

A exposição da TRATOLIXO a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito.

Risco da taxa de juro

A TRATOLIXO tem contratado um financiamento remunerado a taxas de juro variáveis, o que se traduz na exposição da Empresa à flutuação das taxas de juro no mercado.

Risco de crédito

A TRATOLIXO é um sistema multimunicipal de tratamento de resíduos, que tem como clientes, quase que exclusivos, os Municípios integrados no sistema multimunicipal. Esta situação configura uma elevada concentração de risco de crédito, que é mitigada pelo facto de se tratarem de entidades do Governo local, ou seja, Estado. Os restantes clientes são a SU Electricidade, a Sociedade Ponto Verde, a Novo Verde, e outros retomadores de recicláveis, para os quais a TRATOLIXO efectua uma avaliação regular de risco de crédito.

7 Activos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
1 de janeiro		
Custo de aquisição	1.088.261	1.034.000
Depreciações acumuladas	<u>(1.061.916)</u>	<u>(1.011.154)</u>
Valor líquido	<u>26.345</u>	<u>22.845</u>
31 de dezembro		
Adições	48.732	56.097
Alienações e abates	(5.378)	(1.844)
Transferências / regularizações	151	8
Depreciação - exercício	(50.150)	(52.605)
Depreciação - alienações	5.227	1.844
Activos fixos tangíveis em curso		-
Depreciação- reg. transf. e abates		-
Valor líquido	<u>24.927</u>	<u>26.345</u>
31 de dezembro		
Custo de aquisição	1.131.766	1.088.261
Depreciações acumuladas	<u>(1.106.839)</u>	<u>(1.061.916)</u>
Valor líquido	<u>24.927</u>	<u>26.345</u>

As adições registadas nesta rubrica dizem respeito sobretudo a mobiliário, pequenos equipamentos de apoio e material informático.

8 Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a evolução registada na rubrica dos activos intangíveis, é como segue:

	Programas computador	Direito concessão	Direito concessão em curso	Total
A 1 de janeiro de 2024				
Custo de aquisição	643.220	212.361.344	8.742.971	221.747.535
Amortizações acumuladas	(636.619)	(66.395.012)	-	(67.031.631)
Valor líquido	6.601	145.966.332	8.742.971	154.715.904
31 de dezembro				
Adições	92.548	1.248.347	38.481	1.379.376
Alienações e abates	-	(266.734)	-	(266.734)
Regularizações	-	(8)	(30.960)	(30.968)
Transferências	-	8.601.414	(8.601.414)	-
Amortizações - exercício	(37.283)	(7.782.345)	-	(7.819.627)
Amortizações - reg/alienações	-	97.170	-	97.170
Valor líquido	61.866	147.864.177	149.077	148.075.121
31 de dezembro de 2024				
Custo de aquisição	735.768	221.944.363	149.077	222.829.209
Amortizações acumuladas	(673.901)	(74.080.186)	-	(74.754.088)
Valor líquido	61.866	147.864.177	149.077	148.075.121
	Programas computador	Direito concessão	Direito concessão em curso	Total
A 1 de janeiro de 2025				
Custo de aquisição	735.768	221.944.363	149.077	222.829.209
Amortizações acumuladas	(673.901)	(74.080.186)	-	(74.754.088)
Valor líquido	61.866	147.864.177	149.077	148.075.121
31 de dezembro				
Adições	25.809	2.889.238	284.683	3.199.730
Alienações e abates	-	(647.107)	-	(647.107)
Regularizações	-	(136)	-	(136)
Transferências	23.384	-	(23.384)	-
Amortizações - exercício	(47.411)	(7.913.826)	-	(7.961.237)
Amortizações - reg/alienações	-	256.145	-	256.145
Valor líquido	63.648	142.448.491	410.376	142.922.515
31 de dezembro de 2025				
Custo de aquisição	784.961	224.186.358	410.376	225.381.695
Amortizações acumuladas	(721.313)	(81.737.867)	-	(82.459.180)
Valor líquido	63.648	142.448.491	410.376	142.922.515

Direito de concessão e Direito de concessão em curso

As adições directas registadas em 2025 no direito da concessão referem-se essencialmente a: (i) ETAR em Trajouce, no montante de 855 mil euros; (ii) duas viaturas eléctricas pesadas, com um custo de aquisição de 627 mil euros; (iii) dois braços robóticos no valor de 523 mil euros ; (iv) um tractor de rastos e uma pá carregadora, cujo custo de aquisição foi de 194 mil euros; (v) empreitadas de requalificação e melhoria, cujo custo total ascendeu a aproximadamente 361 mil euros e (vi) e um equipamento para aumento de potência e distribuição de energia, adquirido por cerca de 76,8 mil euros.

Os valores incluídos na rubrica de “Direito de concessão em curso” referem-se às seguintes obras:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Edifício Social e Armazém Abrunheira	304.288	77.773
Empreitada da desenfumagem da CDA	31.920	31.920
Empreitada da desenfumagem na CT Trajouce	24.976	16.000
Aquisição e implementação de website	-	23.384
Empreitada para instalação de um soprador no Ecoparque da Abrunheira.	12.046	-
Empreitada Reabilitação do Edifício Compostagem do Ecoparque de Trajouce	18.960	-
Aquisição de 9 terminais de assiduidade com reconhecimento facial.	13.094	-
Projecto de execução para Reengenharia das CCT do Ecoparque da Abrunheira	159	-
Volteador de Contentores Móvel	4.933	-
	<u>410.376</u>	<u>149.077</u>

As amortizações dos activos intangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados, pela sua totalidade.

Projectos de Pesquisa e Desenvolvimento

O aparecimento da Inteligência Artificial (IA) surge como uma poderosa ferramenta na otimização, processamento e gestão de resíduos, aumentando a eficiência, a precisão e a sustentabilidade dos processos.

Nessa perspetiva, a TRATOLIXO avançou em 2025 com a implementação ativa de soluções de IA na sua unidade de Tratamento Mecânico (TM) com a acomodação de 2 braços robóticos e aspirador de filme plástico munidos de IA, maximizando assim a eficiência operacional e a recuperação de materiais.

A linha de processamento de Resíduos Urbanos (RU) do TM passou por importantes adaptações para acolher a instalação destes equipamentos. Os robots foram implementados

com o objetivo de recuperar material valorizável ainda presente no fluxo rejeitado, como garrafas PET, ECAL, PEAD, latas de alumínio etc. O aspirador de filme plástico permitiu obter resultados notáveis na recuperação deste material alcançando uma pureza elevada que nos permitiu cumprir plenamente as especificações técnicas. A recuperação filme plástico proveniente do resíduo indiferenciado quadruplicou, demonstrando o enorme impacto na eficiência do processo e representando um avanço significativo na valorização dos materiais.

No decorrer do ano de 2025 deu-se continuidade ao Projecto “Mafra Reciclar a Valer +: Rua-a-Rua”, que resultou da 1ª edição do programa de inovação colaborativa “Re-Source” promovido pela SPV e gerido pela consultora de inovação colaborativa Beta-i. Este projecto desenvolve-se no domínio de processos que permitem potenciar a triagem e reciclagem das embalagens de plástico, de metal e de vidro, através duma solução tecnológica inovadora a qual, com a instalação de um dispositivo de leitura na boca dos ecopontos amarelo e verde, permite adoptar um sistema de incentivo para o cidadão. O projecto é desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal de Maфра, a TRATOLIXO, a Tetra Pak, a Associação dos Industriais de Vidro de Embalagem (AIVE), da Ambiplastic e da Candam. No âmbito deste Projecto, a TRATOLIXO é responsável por realizar as necessárias caracterizações dos resíduos recebidos no decorrer deste projecto, que pretende igualmente contribuir para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias em matéria de gestão de resíduos, em conformidade com o PERSU 2030.

Tendo como objectivo a análise de viabilidade de manutenção na esfera municipal do futuro Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) de embalagens de bebidas não reutilizáveis de plástico, metal ou vidro, em 2025 o município de Maфра deu continuidade ao seu projecto desenvolvido neste âmbito: o Projecto Maфра Reciclar a Valer +, inicialmente co-financiado pelos EEAGrants. O projecto MAFRA Reciclar a Valer +, promovido pela Câmara Municipal de Maфра, tem como parceiros a TRATOLIXO, a Novo Verde, a Electrão, o Instituto Superior Técnico e a 3drivers e tem como objectivo criar um laboratório vivo de sistemas de incentivo, que permita testar diferentes soluções tecnológicas e monitorizar os seus resultados, contribuindo para aumentar o conhecimento sobre estes sistemas e promover a sua eficácia e eficiência económica no sentido de preparar a implementação do sistema de depósito. O projecto engloba a recolha de embalagens de PET e metal através do sistema de incentivo de embalagens (máquinas de reverse vending), que decorre em diferentes pontos do Município de Maфра, como escolas e superfícies comerciais. O Projecto teve seguimento em 2025 testando diferentes soluções tecnológicas e logísticas, monitorizando os resultados e contribuindo para o aumento do conhecimento sobre estes sistemas, promovendo assim a sua eficiência e eficácia.

Também de modo a fomentar o incremento das recolhas selectivas e desvio de resíduos de aterro, mas numa óptica igualmente direccionada para a temática da Sustentabilidade, a empresa manteve em 2025 a participação nos Projectos “Blue Circular Postbranding”, “Green Cork” e “Reciclagem de Cápsulas de Café”.

O Projecto Blue Circular Postbranding Project visa a recolha e encaminhamento para reciclagem de redes de pesca do porto da Ericeira. O Blue Circular Post Branding Project, é um projecto da UNIDCOM/IADE em parceria com o projecto “A Pesca por um Mar sem lixo”, promovido pelo Ministério do Mar e desenvolvido pela Docapesca / Associação Portuguesa do Lixo Marinho (APLM). Os objectivos do projecto baseiam-se na transmissão da ideia de que, ao abrigo de um processo transparente, há vida no plástico recolhido dos oceanos, (re)transformando-o em novos produtos. No porto de pesca da Ericeira a comunidade piscatória é convidada a colocar, quer as redes e os artefactos de pesca, quer o lixo marinho recolhido a bordo das suas embarcações em Ecopontos Marítimos criados para o efeito. Este projecto conta com diversos parceiros nomeadamente: Universidade Europeia/IADE, TRATOLIXO, VEOLIA e AMBIBERICA. Os dois primeiros parceiros fazem o armazenamento e o transporte e a AMBIBERICA é a entidade final, responsável pela reciclagem deste material. Em 2025 continuámos a receber redes de pesca que são destinadas para reciclagem.

O Projecto “Green Cork”, da Quercus, tem como objetivos principais recolher rolhas e financiar a plantação de árvores autóctones através do Floresta Comum. O Green Cork é um projeto que funciona em ciclo, da árvore vem a cortiça, a reciclagem dá novos usos à cortiça que antes estava na rolha, e ainda permite que se plantem novas árvores. Foram recebidas na TRATOLIXO cerca de 2 t de rolhas de cortiça para reciclagem, cuja recolha dedicada – para além do município de Cascais – foi expandida ao município de Oeiras, por via da instalação dos ecocentros móveis.

O Projecto de Reciclagem de Cápsulas de Café encontra-se implementado nos 4 municípios que, através dos ecocentros móveis permitiu o incremento dos quantitativos de cápsulas de café recebidos para reciclagem. No âmbito deste projecto, em 2025 foram enviadas para reciclagem 21 840 kg de cápsulas.

Foi também, no âmbito dos testes de reciclabilidade de diversas embalagens biodegradáveis em ambiente industrial, assinou um protocolo de cooperação com o Pólo de Inovação em Engenharia e Polímeros (PIEP). O PIEP é associação de direito privado sem fins lucrativos, de matriz tecnológica e científica, com um modelo de gestão empresarial, que está sediada na Universidade do Minho, e possui como áreas de actuação as temáticas da transição climática, materiais avançados, ecodesign, manufactura avançada, soluções de compósitos, digitalização e qualidade e segurança. Esta associação encontra-se a desenvolver o Projecto “Olive Pit

Cutlery” ao abrigo do PRR, que visa desenvolver um material a aplicar em formas de sapato, que tem por base uma mistura de polímero com caroço de azeitona triturado e aditivos para promover a sua compostabilidade. A TRATOLIXO, no âmbito do protocolo celebrado, realizou em 2025 ensaios de compostabilidade de algumas amostras nas suas instalações da Abrunheira.

9 Activos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Demonstração dos resultados		
Imposto diferido	(115.067)	36.245
imposto Corrente (nota 31)	<u>(232.975)</u>	<u>(13.262)</u>
	<u>(348.042)</u>	<u>22.983</u>

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(164.487)	(16.196)
Passivos por impostos diferidos	<u>49.420</u>	<u>52.441</u>
	<u>(115.067)</u>	<u>36.245</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

Activos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões de monitorização	Provisão de selagem das CCT	Prejuízos fiscais	Justo valor Fundo Comp. Trabalho	Total
A 1 de janeiro de 2024	12.790	257.727	-	-	270.517
Reversão por resultados	(1.368)	(93.545)	-	-	(94.914)
Constituição por resultados	2.275		76.253	189	78.717
Movimento do período	907	(93.545)	76.253	189	(16.196)
A 31 de dezembro de 2024	13.697	164.182	76.253	189	254.321

	Provisões de monitorização	Provisão de selagem das CCT	Prejuízos fiscais	Justo valor Fundo Comp. Trabalho	Total
A 1 de janeiro de 2025	13.697	164.182	76.253	189	254.321
Transferência IRC a deduzir	-	-	-	-	-
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-	-
Reversão por resultados	(1.571)	(82.091)	(76.253)	(189)	(160.104)
Alteração de taxa de imposto	(564)	(3.818)	-	-	(4.382)
Constituição por resultados	-	-	-	-	-
Movimento do período	(2.135)	(85.909)	(76.253)	(189)	(164.487)
A 31 de dezembro de 2025	11.561	78.273	-	-	89.834

O imposto diferido activo diz respeito: (i) às provisões de monitorização das infra-estruturas que existem nos municípios do sistema concessionado à TRATOLIXO; (ii) à provisão da selagem das células de confinamento técnico da Abrunheira (ver nota 18); (iii) aos prejuízos fiscais apurados nos anos anteriores e utilizados neste exercício, que ascenderam ao valor de 381 mil euros; (iv) e ao justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho.

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Selagem CCT	Justo valor Fundo Compensação Trabalho	Total
A 1 de janeiro de 2024	(23)	(563.231)	(497)	(563.751)
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-	-
Reversão por resultados	2	51.942	497	52.441
Movimentos do período	2	51.942	497	52.441
A 31 de dezembro de 2024	(21)	(511.288)	0	(511.309)
	Reavaliação normativo anterior	Selagem CCT	Justo valor Fundo Compensação Trabalho	Total
A 1 de janeiro de 2025	(21)	(511.288)	0	(511.309)
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	(21)	(21)
Alteração de taxa de imposto	-	22.529	-	22.529
Reversão por resultados	2	26.910	-	26.912
Movimentos do período	2	49.439	(21)	49.420
A 31 de dezembro de 2025	(19)	(461.849)	(21)	(461.890)

O imposto diferido passivo diz respeito (i) às reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior, resultam da actualização do valor dos activos, efectuada no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde são definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflecte a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efectuada; (ii) dispêndios que se estimam com a selagem capitalizados nas células de confinamento técnico da Abrunheira (iii) e ao justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho.

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Gasóleo	45.664	38.214
Arame	108.077	72.463
EPI's e Fardamentos	76.040	87.199
Outros consumíveis	1.467.728	1.303.477
Produtos acabados	143.852	151.574
Adiantamentos por conta de compras	-	-
Imparidade de inventários	(12.599)	(12.668)
Total inventários	<u>1.828.763</u>	<u>1.640.259</u>

Varição dos inventários de produção **(7.722)** **24.912**

O custo dos inventários reconhecido em 2025, incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” (ver nota 23), refere-se ao consumo de arame e gasóleo.

Os EPIs, Fardamentos e Outros consumíveis estão a ser registados na rubrica de inventários. O consumo de EPIs e fardamentos é reconhecido como gasto com o pessoal, enquanto o consumo de outros consumíveis é reconhecido na rubrica de fornecimentos e serviços externos (ver nota 24), maioritariamente em conservação e reparação.

Imparidade de Inventários

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A 1 de janeiro	12.668	13.221
Reforço	-	-
Utilizações	-	-
Reversão	(69)	(554)
A 31 de dezembro	<u>12.599</u>	<u>12.668</u>

A reversão ocorreu devido à necessidade de utilizar consumíveis que estavam há muito tempo sem requisição, mas cuja utilização se revelou necessária.

11 Clientes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Não		Total	Não		Total
	Corrente	corrente		Corrente	corrente	
Cientes - grupo i)	744 767	-	744 767	690 683	-	690 683
Cientes - outros ii)	2 617 307	-	2 617 307	2 243 784	-	2 243 784
Cientes de cobrança duvidosa	265 954	-	265 954	278 933	-	278 933
	<u>3 628 028</u>	<u>-</u>	<u>3 628 028</u>	<u>3 213 400</u>	<u>-</u>	<u>3 213 400</u>
Imparidade de clientes	(265 954)		(265 954)	(278 933)		(278 933)
Total Clientes	<u>3 362 074</u>	<u>-</u>	<u>3 362 074</u>	<u>2 934 467</u>	<u>-</u>	<u>2 934 467</u>

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se, essencialmente, aos saldos a receber dos municípios por conta do serviço de tratamento de resíduos prestados no âmbito do contrato de gestão delegada.

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da venda de produtos recicláveis e da prestação de serviços de recepção e tratamento de resíduos provenientes de particulares.

Imparidade de clientes

	2025	2024
A 1 de janeiro	278 933	278 933
Aumentos	-	-
Utilizações	11 568	-
Reduções	1 411	-
A 31 de dezembro	<u>265 954</u>	<u>278 933</u>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	244	131 269	54 033	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	87 389	-	66 765
Retenção a não residentes	-	1 022	-	-
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	593 658	-	78 821	-
Contribuições p ^a segurança social / C.G.A.	-	217 426	-	184 495
	593 902	437 106	132 854	251 260
Saldo corrente	593 902	437 106	132 854	251 260
Saldo não corrente	-	-	-	-
	593 902	437 106	132 854	251 260

O montante de 593.658 euros refere-se ao valor de IVA a recuperar à data de 31 de Dezembro de 2025.

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31/12/2025	31/12/2024
Pagamentos por conta	-	13 101
Retenções na fonte	101 706	54 194
Estimativa de IRC	(232 975)	(13 262)
Total	(131 269)	54 033

13 Outras contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	75 339	-	75 339	31 803	-	31 803
Imparidade outros devedores	-	-	-	-	-	-
	75 339	-	75 339	31 803	-	31 803
Accionista						
Transf. financeira equilíbrio i)	-	-	-	758 613	-	758 613
Devedores por acréscimo rendimento						
Juros credores	66 775	-	66 775	53 320	-	53 320
Faturação a emitir ii)	382 212	-	382 212	1 978 115	-	1 978 115
Adiantamentos a fornecedores	24 511	-	24 511	24 511	-	24 511
Outras contas a receber	548 836	-	548 835	2 846 362	-	2 846 361

i) Em 2024, nos termos do art.º 40º, da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, com vista ao equilíbrio das contas, registou-se o valor a receber do único acionista, a AMTRES, pelo montante de 1,1 milhões de euros (ver nota 27). O valor em saldo, em 31/12/2024 referia-se à verba por receber nessa data, montante que foi integralmente recebido em 2025.

ii) Este saldo refere-se, na sua maior parte, à energia vendida à SU Electricidade referente ao mês de Dezembro de 2025 e a facturar em 2026, e, ainda à facturação que ocorrerá em 2026 referente aos valores de contrapartida a aplicar às quantidades de resíduos de embalagens contida nos resíduos provenientes da recolha indiferenciada (valorização orgânica), em 2025.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a TRATOLIXO tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Seguros	263 766	286
Outros serviços	-	38 960
Subsídios à exploração	-	-
Gastos a reconhecer	<u>263 766</u>	<u>39 246</u>

Os gastos a reconhecer dizem, sobretudo, respeito a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

15 Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o capital social da TRATOLIXO, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.402.000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	<u>Número de acções</u>	<u>Capital Social</u>
Capital Social	<u>1.402.000</u>	<u>7.010.000</u>

16 Reservas

A rubrica de Capital próprio - Reservas legais, não registou movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, mantendo-se em 30.000 euros.

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital social.

17 Outras variações de capital

A rubrica Outras variações no capital próprio corresponde a subsídios ao investimento, os quais são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo depois reconhecidos em resultados como rendimentos numa base sistemática de forma a balanceá-los com os gastos a que dizem respeito.

Nesta rubrica encontram-se reconhecidos os subsídios seguintes:

- (i) Subsídio atribuído pelo Fundo Coesão à TRATOLIXO para o projecto de “construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos”;
- (ii) Subsídio do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ECAL proveniente da recolha selectiva;
- (iii) Subsídio do POSEUR respeitante à empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do Ecoparque de Trajouce;
- (iv) Subsídio do Fundo Ambiental para a aquisição de três viaturas eléctricas e três subsídios do Fundo de Eficiência Energética direccionados para a CDA;
- (v) Subsídio do POSEUR referente à Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico à recolha selectiva de biorresíduos;
- (vi) Subsídio do POSEUR para uma Central de Compostagem de Resíduos Verdes oriundos da recolha selectiva. Esta operação inclui a aquisição de equipamentos móveis associados às etapas pelas quais os resíduos verdes passam desde que são recepcionados na Estação de Compostagem até à saída do composto;
- vii) Subsídio do POSEUR para a nova portaria operacional do ecoparque de Trajouce;
- viii) Subsídio do POSEUR para Ampliação da capacidade da CDA à recolha selectiva de biorresíduos (RUB).

	Subsídios ao Investimento	Ajustamento efeito fiscal futuro	Total
1 de janeiro de 2024	28.490.824	(6.410.436)	22.080.388
Adições	11.159	(2.511)	8.649
Regularização por resultados exercício	(1.476.172)	332.138	(1.144.034)
Alteração da taxa de imposto	-	270.259	270.259
31 de dezembro de 2024	27.025.811	(5.810.549)	21.215.262
Adições	2.733.224	(587.643)	2.145.581
Regularização por resultados exercício	(1.564.040)	336.291	(1.227.749)
Alienações / Diminuições	(42.276)	9.089	(33.187)
Alteração da taxa de imposto	-	281.505	281.505
31 de dezembro de 2025	28.152.719	(5.771.307)	22.381.412

18 Provisões

A evolução registada na rubrica das Provisões em 2025 e 2024 é como segue:

	Provisões monitorização	Provisões selagem	Outras Provisões	Total
A 1 de janeiro de 2024	140.863	3.300.000	11.900	3.452.763
Dotação	32.903	-	55.500	88.403
Utilização	(7.284)	-	-	(7.284)
Redução	-	-	(9.500)	(9.500)
A 31 de dezembro de 2024	166.483	3.300.000	57.900	3.524.383
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	166.483	3.300.000	57.900	3.524.383
	166.483	3.300.000	57.900	3.524.383

	<u>Provisões monitorização</u>	<u>Provisões selagem</u>	<u>Outras Provisões</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2025	166.483	3.300.000	57.900	3.524.383
Dotação	-	-	-	-
Utilização	(10.368)	-	-	(10.368)
Redução	-	-	(15.900)	(15.900)
A 31 de dezembro de 2025	156.115	3.300.000	42.000	3.498.115
Saldo corrente	-	-	-	-
Saldo não corrente	156.115	3.300.000	42.000	3.498.115
	156.115	3.300.000	42.000	3.498.115

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a TRATOLIXO apresentava as seguintes provisões:

18.1 - Provisões monitorização: dizem respeito à melhor estimativa à data, da responsabilidade futura, atribuída à TRATOLIXO, para a monitorização das células de confinamento técnico, do aterro de Trajouce e de duas lixeiras que existem nos municípios integrados no sistema.

18.2 - Provisão para a selagem das células de confinamento técnico (CCT) da Abrunheira. Nos termos do DL nº 183/2009, de 10 de Agosto, registou-se a responsabilidade futura com a selagem das CCT, no montante de 3.300 mil euros, que corresponde ao custo estimado com o seu encerramento em 2026, tendo em conta a tecnologia existente à data.

18.3 - Outras provisões: provisão para um processo de contraordenação da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).

19 Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Empréstimos bancários	1 488 395	119 513 992	121 002 387	1 488 395	121 002 388	122 490 783
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
	1 488 395	119 513 992	121 002 387	1 488 395	121 002 388	122 490 783
Loações financeiras	-	-	-	-	-	-
Juros e encargos a pagar - especialização	216 901	-	216 901	165 969	-	165 969
Custos incrementais	-	(313 794)	(313 794)	-	(331 460)	(331 460)
	1 705 296	119 200 199	120 905 495	1 654 364	120 670 927	122 325 291

A rubrica de empréstimos bancários refere-se ao financiamento obtido, em 17 de Agosto de 2005, junto do sindicato bancário formado pelo BPI, BES/Novo Banco, BCP, CGD e Caixa BI, em regime de “project finance”, para a construção de infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Em 29 de Junho de 2015, decorrente das negociações com as entidades bancárias, firmaram-se os novos Contratos Financeiros. Nesta data, foi celebrado entre a TRATOLIXO e os Bancos um “Contrato de Reestruturação, Aditamento e Consolidação”, mediante o qual se procedeu à consolidação e reestruturação das dívidas assumidas pela TRATOLIXO ao abrigo de diversos Contratos Financeiros, sendo ademais concedida pelos Bancos à TRATOLIXO uma nova linha de financiamento, que tinha como finalidade financiar o pagamento de juros e o pagamento do imposto do selo relativo a tais juros, até 31/12/2017.

Em 15 de Dezembro de 2023, face à subida abrupta das taxas de juro, e na sequência das reuniões havidas com o sindicato bancário, firmou-se um novo aditamento ao contrato de financiamento que altera a definição de Margem, passando a constar: “*Margem*” significa (i) a partir do Período de Contagem de Juros que termina a 15 de Dezembro de 2025 (inclusivamente), 0,45%, e (ii) a partir do Período de Contagem de Juros que se inicia a 16 de Dezembro de 2025 e até à Data de vencimento, 1,685%”. (A definição de Margem que antes constava era a seguinte: “*Margem*” significa 1,35%).

De acordo com os termos acordados o financiamento apresenta a seguinte maturidade:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Até 1 ano	1 488 395	1 488 395
Entre 1 e 5 anos	33 486 153	28 277 318
Mais de 5 anos	86 027 840	92 725 070
	<u>121 002 387</u>	<u>122 490 783</u>

No que diz respeito aos juros e encargos a pagar, procedeu-se à respectiva especialização atingindo os mesmos, a 31 de Dezembro de 2025, o total de 217 mil euros.

Como forma de garantir o cumprimento integral e atempado de todas as obrigações garantidas emergentes do Contrato de Financiamento, a TRATOLIXO concordou em constituir a favor dos bancos que formam o sindicato bancário: (i) Penhor financeiro de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os saldos a crédito das contas do projecto; (ii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os direitos da TRATOLIXO resultantes de contratos, acordos ou garantias; (iii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis desonerados susceptíveis de penhor; (iv) Penhor de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis empenhados; (v) Hipoteca de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os terrenos de que é titular,

bem como sobre todas as partes integrantes, acessões, benfeitorias, obras e construções edificadas

Todos os financiamentos estão negociados em euros e a condições de mercado, pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do justo valor.

Nos termos contratualmente previstos a TRATOLIXO liquidou no decorrer de 2025 o valor de 5,1 milhões de euros relativos ao serviço da dívida.

Locações financeiras

A Empresa não celebrou contratos de locação financeira durante o exercício de 2025.

20 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos fornecedores quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores - Grupo	-	-
Fornecedores - Terceiros	3 319 783	2 918 978
Total saldo fornecedores - correntes	3 319 783	2 918 978
Total saldo fornecedores - não correntes	-	-
TOTAL GERAL	3 319 783	2 918 978

Os saldos mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
MWM Energy España, SA	64 060	298 217
Valorsul, S.A.,	(5 615)	196 602
Cimertex - Soc. Máquinas e Equipamentos, S.A.	146 079	110 307
Iberdrola	-	211 411
SGR Sociedade Gestora de Resíduos, S.A.	14 222	52 866
RSTJ - Resitejo	177 632	69 777
Strong Charon, Soluções de segurança, S.A.	98 166	78 329
Maquinter de Portugal, Lda	59 065	68 736
Meteoro, S.A.	59 378	79 862
Endesa, S.A.	278 742	171
Metalomecânica 3 Triângulos, Lda	82 473	120 660
Transportes Libertário	400 084	178 536
Sinal Cabo Sistemas de comunicação, s.A.	90 197	75 361
Hugomaquina, Lda	5 986	56 910
Siemens, S.A.	6 475	55 647
Lubrifuel - Distribuição Combustíveis, Lda	140 309	114 804
A Temporária - Empresa Trabalho Temporário, Lda	84 671	64 902
Instalminho - Canalizações e Instalações Electricas, Lda	32 910	54 371
Climex, S.A.	73 854	76 493
Alpine Metal Tech Germany GMBH	-	94 571
Bianna Recycling Portugal	77 886	2 359
Fidelidade Companhia Seguros	186 865	-
Techking Pneus	53 425	49 355
Ibermetais	83 975	-
W.R.Berkley Europe AG, Sucursal em Espanha	71 982	-
Outros (saldos < 50.000 euros)	1 036 963	808 729
	3 319 783	2 918 978

21 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da rubrica Outras contas a pagar é como segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais	995 884	-	995 884	229 827	-	229 827
Outros credores						
Credores diversos i)	11 957 497	-	11 957 497	10 092 025	-	10 092 025
Acréscimos de gastos						
Férias e sub. férias	1 467 810	-	1 467 810	1 437 712	-	1 437 712
Outros ii)	792 462	-	792 462	414 680	-	414 680
Outras contas a pagar	15 213 653	-	15 213 653	12 174 243	-	12 174 243

i) Credores diversos – deste saldo, 10,9 milhões de euros refere-se ao valor da Taxa de Gestão de Resíduos a liquidar à Agência Portuguesa do Ambiente em 2026. O restante valor, 1,1 milhões de euros, refere-se, sobretudo, a cauções de fornecedores e à verba a receber do

Município de Cascais, no montante de 600 mil de euros, decorrente da emissão, no final de 2025, de nota de crédito referente a bonificação dos sacos verdes e dos resíduos verdes.

ii) Acréscimos de gastos - Outros – deste saldo, 500 mil euros dizem respeito aos custos estimados com o tratamento de resíduos que deram entrada nas instalações da Empresa e que ainda não foram encaminhadas para destino final; encontram-se, ainda, registados nesta rubrica outros acréscimos de gastos, nomeadamente, electricidade consumida em 2025 cuja facturação ocorrerá em 2026.

22 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido em 2025 e 2024 na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

		<u>2025</u>	<u>2024</u>
Vendas de Produtos			
Composto		149 934	116 716
Recicláveis	i)	14 680 854	9 335 056
Electricidade		2 836 334	2 750 070
Sub-total		<u>17 667 122</u>	<u>12 201 843</u>
Prestação de Serviços			
Tratamento de resíduos	ii)	22 316 090	23 198 376
Outras prestações de serviços		153 620	-
Serviços de construção	iii)	3 173 921	1 263 444
Sub-total		<u>25 643 631</u>	<u>24 461 820</u>
Vendas e prestações de serviços		<u>43 310 753</u>	<u>36 663 663</u>

i) A variação registada no rédito em 2025, é, sobretudo, consequência da actualização dos valores de contrapartida aplicados aos resíduos de embalagem, bem como a ganhos de eficiência dos processos de tratamento;

ii) Em tratamento de resíduos, embora o total de toneladas tarifadas em 2025 tenha sido superior ao registado em 2024, a variação registada no rédito explica-se, sobretudo, pela aplicação, aos “Resíduos Verdes”, de uma tarifa correspondente a 50%, enquanto medida de bonificação aos municípios, destinada a incentivar comportamentos conducentes ao cumprimento das metas aplicáveis ao sector, em linha com a Recomendação n.º 4/2023 da ERSAR relativa à formação dos tarifários do serviço de gestão de resíduos;

iii) A variação no rédito deve-se ao facto de os investimentos realizados em 2025 terem sido superiores aos realizados em 2024:

Resumo das principais obras de construção/aquisição de infra-estruturas para o sistema multimunicipal, no âmbito do contrato de gestão delegada:

Descrição	Rédito 2025	Rédito 2024
Equipamento Carga e Transporte	858.610	179.117
Empreitadas de reabilitação /conservação	234.772	317.200
Adaptação da central de Tratamento Mecânico	-	83.785
Equipamento Industrial	672.485	362.936
Ampliação da capacidade de processamento de RUB - CDA	-	59.880
Edifício Social e Armazém Abrunheira	226.514	-
Nova Etar de Trajouce	854.728	-
Equipamento aumento de potência e distribuição de energia	76.780	-
Outros (< 50.000 €)	250.031	260.526
	3.173.921	1.263.444

23 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2025 e 2024 é como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2025	2024
Inventários iniciais	110.677	143.764
Compras	1.554.485	1.455.582
Regularização de existências	-	-
Inventário finais	153.741	110.677
Custos no exercício	1.511.421	1.488.670

Os valores incluídos nesta rubrica correspondem:

- (i) Aos gastos com gasóleo adquirido para consumo de máquinas pesadas utilizadas nas operações de tratamento e transporte de resíduos;
- (ii) Aos consumos de arame utilizado para fazer os fardos dos resíduos.

24 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2025	2024
Subcontratos	i)	7 917 267	4 693 886
Transporte e deposição RSU		3 914 429	2 819 933
Serviços de construção		3 173 921	1 263 444
Outros		828 917	610 509
Trabalhos especializados		1 461 473	1 326 711
Conservação e reparação	ii)	4 621 302	4 169 337
Eletricidade		1 446 995	1 544 759
Vigilância e Segurança		525 299	417 500
Rendas	iii)	1 025 977	723 152
Seguros		452 651	460 784
Água		326 757	213 439
Limpeza, higiene e conforto		249 188	237 775
Outros fluidos		337 478	395 216
Ferramentas e utensílios		131 547	140 459
Honorários		120 308	119 206
Outros (< 100.000 euros)		269 314	295 563
Fornecimentos e serviços externos		18 885 555	14 737 787

i) Subcontratos: deste saldo a) 3.174 mil euros refere-se à construção da infra-estrutura da concessão a cargo da TRATOLIXO (2024: 1.263 mil euros); e b) 3.914 mil euros refere-se ao transporte e deposição de resíduos (2024: 2.819 mil euros)

ii) Conservação e reparação: a variação que se verifica relativamente a 2024 deve-se, sobretudo, a gastos mais elevados em equipamentos na CDA.

iii) Rendas: a variação relativa ao ano anterior deve-se, na sua maior parte, a um novo equipamento que se encontra a operar nas Células de Confinamento Técnico.

25 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2025 e 2024, foram como segue:

	2025	2024
Remunerações		
Orgãos sociais	129 273	105 172
Pessoal	8 267 217	7 081 077
	8 396 490	7 186 249
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	1 804 434	1 592 291
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	186 976	188 907
Gastos de acção social	148 554	126 969
Fardamentos e EPI's	268 145	247 402
Outros	475 368	301 218
Sub-total	2 883 477	2 456 787
Gastos com pessoal	11 279 966	9 643 036

O número médio de trabalhadores em 2025 foi de 297.

26 Perdas por imparidade e reversões do exercício

A decomposição da rubrica Perdas por imparidade e reversões do exercício, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, é conforme segue:

Perdas por imparidade e reversões	2025	2024
Perdas por imparidade de clientes	-	-
Perdas por imparidade em inventários	-	-
Outros	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Reversões de perdas por imparidade de clientes	1 411	-
Reversões de perdas por imparidade em inventários	69	554
Outros	-	-
Reversões de perdas por imparidade	1 480	554
Perdas por imparidade e reversões	1 480	554

27 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

Outros rendimentos	2025	2024
Imputação do subsídio (ver nota 17)	1 564 040	1 476 172
Rendimentos suplementares	11 712	11 205
Transferência de equilíbrio	i) -	1 118 516
Outros	173 768	526 215
	1 749 520	3 132 108

i) Ao abrigo do art.º 40º, da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da actividade local e das participações locais, em 2024 registou-se nesta rubrica a transferência financeira de equilíbrio a que o acionista se encontrava vinculado com vista ao equilíbrio dos resultados desse exercício, situação que não se verificou necessária em 2025.

28 Subsídios ao investimento

O rédito relativo a subsídios ao investimento, reconhecido pela TRATOLIXO, em 31 de Dezembro de 2025 é detalhado conforme se segue:

Designação das entidades concedentes	Data da celebração /decisão	Objeto / finalidade	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rébito Período	Rébito Acumulado
Fundo de Coesão	2004-12-23	Construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos	18.426.885 €	18.426.885 €	- €	571.346 €	8.142.660 €
POSEUR	2016-06-24	Construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha selectiva	7.633.946 €	7.633.946 €	- €	319.585 €	1.881.411 €
POSEUR	2018-10-02	Empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do ecoparque de Trajouce	273.363 €	273.363 €	- €	10.935 €	76.542 €
Fundo Ambiental	2017-09-22	Financiamento dois veículos 100% elétricos	20.000 €	20.000 €	- €	741 €	6.666 €
Fundo Eficiência Energética	2017-07-18	Financiamento de Permutador de Calor para aproveitamento de circuito de água quente dos motogeradores da Central de Digestão Anaeróbia	65.415 €	65.415 €	- €	2.516 €	20.127 €
Fundo Eficiência Energética	2017-07-18	Financiamento para colocação de telhas translúcidas	3.744 €	3.744 €	- €	144 €	1.152 €
Fundo Eficiência Energética	2018-11-14	Financiamento de um veículo 100% elétrico	2.250 €	2.250 €	- €	87 €	692 €
POSEUR	2019-12-30	Financiamento para adaptação das unidades de tratamento mecânico e de tratamento biológico à recolha seletiva de bioresíduos e da nova portaria operacional	8.413.007 €	8.413.007 €	- €	421.987 €	817.233 €
POSEUR	2020-05-21	Financiamento para uma central de compostagem para resíduos verdes oriundos da recolha seletiva	5.139.608 €	5.139.608 €	- 0 €	236.700 €	879.015 €
TOTAL			39.982.116 €	39.982.117 €	- 0 €	1.564.040 €	11.829.396 €

Os subsídios ao investimento, associados com activos, são reconhecidos na demonstração dos resultados na mesma cadência das amortizações do investimento a que respeitem.

29 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

Detalhe de outros gastos	2025	2024
Quotizações	27 675	25 775
Impostos	18 084	16 634
Donativos	8 124	9 558
Perdas em inventários	30 345	21 353
Alienação e abates de ativos (i)	344 663	90 658
Outros	130 276	475 431
	559 167	639 408

(i) No decorrer de 2025 procedeu-se à alienação parcial de uma ETAR de Trajouce que se encontrava inoperacional.

30 Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2025 e 2024 é como segue:

		<u>2025</u>	<u>2024</u>
Juros e gastos similares			
Juros suportados	i)	3 652 784	5 622 501
Outros gastos e perdas de financiamento		<u>85 341</u>	<u>83 833</u>
		<u>3 738 125</u>	<u>5 706 334</u>
Juros e rendimentos similares			
Juros obtidos	ii)	408 566	255 146
Outros rendimentos similares		<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>408 566</u>	<u>255 146</u>

i) Os juros suportados referem-se aos gastos incorridos com os juros do financiamento conforme previsto no Contrato de Financiamento.

A variação que se verifica em relação a 2024 resulta da descida do custo médio da dívida, em linha com a trajetória de redução das taxas de juro directoras do BCE. Com efeito, em cada exercício em observação, verificou-se que no primeiro semestre a taxa de juro passou de 3,945% para 2,656% e no segundo semestre de 3,743% para 2,052%.

ii) Os juros obtidos são decorrentes de aplicações temporárias de excedentes de tesouraria em depósitos a prazo.

31 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto s/ rendimento corrente	(232.975)	(13.262)
Imposto s/ rendimento diferido	<u>(115.067)</u>	<u>36.245</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>(348.042)</u>	<u>22.983</u>

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

RECONCILIAÇÃO TAXA EFECTIVA IMPOSTO	2025
Resultado antes de Imposto	1.537.347
Taxa de IRC	20,0%
	307.469
Gastos não dedutíveis	105.215
Rendimentos não tributáveis	(134.075)
Dif. temporárias imposto diferido	115.067
Prejuízos fiscais	(76.636)
Derrama municipal e estadual	20.896
Tributação autónoma	10.105
	348.042
Imposto s/ rendimento corrente	232.975
Imposto s/ rendimento diferido	115.067
	348.042
Taxa efectiva de imposto	22,6%

A taxa de imposto aplicada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2025	2024
Taxa de imposto	20,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	21,50%	22,50%

A taxa de IRC a aplicar em 2026, sobre o exercício de 2025, é de 19% ao invés dos 20%.

32 Compromissos

Os compromissos assumidos pela TRATOLIXO, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, são como segue:

Compromissos com locações operacionais

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2024:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento transporte	15.685	22.220	-
Equipamento informático	98.532	52.582	-
Equipamento industrial	649.010	501.051	-
	763.227	575.854	-

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2025:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento transporte	16.407	6.836	-
Equipamento informático	1.499	8.994	-
Equipamento industrial	932.217	996.480	-
	950.123	1.012.311	-

33 Contingências

A TRATOLIXO tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2025	2024
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos de Lisboa e do Oeste., S.A	Garantir o pagamento da receção e tratamento de resíduos, conforme contrato.	25/08/2003	412 500	412 500
BP Portugal - Comércio de Combustíveis Lubrificantes, SA	Caucionar os pagamentos ao abrigo do cartão frota	02/06/2009	-	2 000
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o integral das obrigações relativas ao processo de encerramento e ao controlo e manutenção pós-encerramento do Aterro Sanitário de Trajouce.	29/12/2016	82 890	82 890
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira	29/12/2016	1 633 942	1 633 942
			2 129 332	2 131 332

Activos e Outros Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2025, encontra-se em curso uma Acção Administrativa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, relativo ao seguinte processo:

A TO e a AMBITERMO, empresas do Consórcio que executou a “Empreitada de Conclusão do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira” vieram impugnar as multas que a TRATOLIXO decidiu aplicar por violação dos prazos contratuais, no valor de € 585.163,52.

A TRATOLIXO veio contestar no sentido da manutenção da aplicação parcial das multas, no valor de € 355.042,98, bem como, em sede de pedido reconvenicional, veio pedir que a TO e AMBITERMO fossem condenadas a indemnizar a TRATOLIXO pelo montante global de € 1.127.714,81, devido ao atraso na execução da empreitada.

A TO e a AMBITERMO contestaram este último pedido reconvenicional.

Em 29.05.2018, a Tomás de Oliveira, S.A. e a Ambitermo vieram apresentar em juízo um articulado superveniente no processo contendo uma ampliação do pedido inicialmente formulado, no qual vieram reclamar da TRATOLIXO indemnização por alegado reequilíbrio financeiro quanto às condições de execução da Empreitada, que judicialmente computaram em € 1.126.535,00, sendo o montante de € 192.979,41, relativo ao pagamento do montante de trabalhos a mais, dos quais a TRATOLIXO, de acordo com o Parecer da Fiscalização reconhece serem devidos apenas € 129.149,04, € 783.556,06, relativos à alegada indemnização para reposição do equilíbrio financeiro da empreitada e € 150.000,00, relativos a alegados danos não patrimoniais ou patrimoniais indirectos.

Este pedido, de forma mais genérica, já tinha sido reclamado extrajudicialmente, por valor um pouco superior, como consta da informação por N. prestada aos auditores no exercício de 2017 e terá em vista obter um acordo no processo.

O pedido de ampliação em causa relativo à indemnização por reequilíbrio financeiro do contrato e respectivos fundamentos foi objecto de contestação, tendo o processo terminado a fase dos articulados.

Realizou-se em 2023 a audiência preliminar e foi proferido a emissão de Despacho Saneador, no âmbito do qual a Juíza veio a indeferir o requerimento, de 29.05.2018, de aumento do pedido da Tomás de Oliveira, S.A. e a Ambitermo em mais € 1.126.535,00 (suprarreferido), conforme foi pela TRATOLIXO requerido na sua resposta.

Vieram a Tomás de Oliveira, S.A. e a Ambitermo apresentar recurso desta decisão em 19.06.2023, com efeito suspensivo, para o Tribunal Central Administrativo Sul, tendo vindo o mesmo, em 09.05.2024 a proferido Acórdão pelo TCA Sul que concedeu provimento ao recurso do Consórcio Empreiteiro e admitiu o pedido de reequilíbrio financeiro de € 1.126.535,00.

Em 07.11.2024 foi proferido Despacho a ampliar os temas de prova e a relegar o conhecimento da caducidade do pedido de reequilíbrio para a decisão final.

As partes requereram o alargamento do objecto da perícia à matéria do reequilíbrio financeiro.

Aguarda-se despacho relativo à perícia e designação de data para realização de audiência de julgamento.

É opinião do Gabinete Jurídico da TRATOLIXO que nesta fase, e perante a complexidade probatória e jurídica do processo, é impossível tecer qualquer comentário previsional.

34 Informações sobre matérias ambientais

A TRATOLIXO presta um serviço público aos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra no âmbito da gestão de resíduos, actividade esta que contempla outras responsabilidades acessórias no domínio do ambiente. No âmbito dos serviços prestados, a empresa consome recursos e matérias-primas, gera emissões e efluentes e tem impactes ambientais na ocupação dos solos associados à deposição de resíduos em destino final. Assim, a TRATOLIXO desenvolve um profundo trabalho de monitorização e acompanhamento constante da sua actividade processual, o que lhe permite ter um papel interventivo e de melhoria contínua do seu desempenho organizacional e ambiental, devidamente divulgado no seu Relatório de Sustentabilidade.

A TRATOLIXO não adopta uma posição passiva perante os diplomas legais vigentes tendo por princípio contribuir de uma forma proactiva, junto das respectivas entidades responsáveis, remetendo o seu entendimento sempre que solicitado ou entendido como pertinente. Destaca-se, em 2025 a participação no grupo de trabalho para a gestão de resíduos e emergência de aterros, criado pelo Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, o Secretário de Estado do Ambiente e a Secretária de Estado da Energia, com a missão de desenvolver o Plano de Emergência de Aterros e a estratégia a médio prazo no que diz respeito à gestão dos resíduos urbanos e não urbanos e que culminou com o Plano de Acção Terra – Transformação Eficiente de Resíduos em Recursos Ambientais.

Assim, e conforme anteriormente referido, a TRATOLIXO não se limita ao mero cumprimento da legislação ambiental que lhe é aplicável, envidando esforços contínuos na procura de soluções que minimizem os impactes da sua actividade, sendo exemplos disso a valorização energética do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia - que se tem vindo a tornar expressiva e a superar as perspectivas iniciais – e a reutilização, como água de processo, da água tratada resultante do processo de tratamento das águas residuais geradas no Ecoparque da Abrunheira.

35 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2025, a TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES.

35.1 Remuneração dos membros dos órgãos sociais

O Conselho de Administração da TRATOLIXO foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de

Dezembro de 2025, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO ascenderam a 129.273 euros (2024: 105.172 euros).

35.2 Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionista:

AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

Relacionadas com a accionista:

Concelho de Cascais

Concelho de Mafra

Concelho de Oeiras

Concelho de Sintra

(b) transacções e saldos pendentes

i) Accionistas e as suas partes relacionadas:

Durante o exercício, a TRATOLIXO efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Transacções

Serviços prestados	2025	2024
AMTRES	-	88
Câmara Municipal de Cascais	8 657 085	9 032 489
Câmara Municipal de Mafra	4 258 762	3 898 211
Câmara Municipal de Oeiras	5 064 355	4 969 928
Câmara Municipal de Sintra	13 904 317	13 166 109
	31 884 519	31 066 825

Transferência Financeira (art.º 40º, Lei 50/2012, 31 de Agosto)

Reequilíbrio financeiro (Nota 27)	2025	2024
AMTRES	-	1 118 516
	-	1 118 516

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2025 e 2024, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

<u>Saldos devedores</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
AMTRES	44	44
Câmara Municipal de Cascais	-	3 156
Câmara Municipal de Mafra	212 981	1 863
Câmara Municipal de Oeiras	208 489	681 753
Câmara Municipal de Sintra	323 253	3 867
Clientes (Nota 11)	<u>744 767</u>	<u>690 683</u>
<u>Saldos credores</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Câmara Municipal de Cascais	559 728	-
Outros credores (Nota 21)	<u>559 728</u>	<u>-</u>
<u>Acréscimos Rendimentos</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
AMTRES	-	-
Câmara Municipal de Cascais	-	134 385
Câmara Municipal de Mafra	-	236 275
Câmara Municipal de Oeiras	-	293 739
Câmara Municipal de Sintra	-	290 399
Outras contas a receber (Nota 13)	<u>-</u>	<u>954 798</u>
<u>Acréscimos Gastos</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
AMTRES	-	-
Câmara Municipal de Cascais	1 396	-
Câmara Municipal de Mafra	682	-
Câmara Municipal de Oeiras	859	-
Câmara Municipal de Sintra	2 360	-
Outras contas a pagar (Nota 21)	<u>5 297</u>	<u>-</u>

Fluxos de Caixa

No final do exercício de 2025 e 2024, os fluxos de caixa resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

<u>Recebimentos</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Câmara Municipal de Cascais	9 883 272	10 180 953
Câmara Municipal de Mafra	4 550 713	4 568 351
Câmara Municipal de Oeiras	6 153 703	5 572 104
Câmara Municipal de Sintra	14 729 514	15 775 496
	<u>35 317 202</u>	<u>36 096 904</u>

36 Disposições legais

Principais diplomas legais aplicáveis ou que têm implicações no âmbito da actividade / natureza da TRATOLIXO, publicados em 2025:

Regulamento (UE) 2025/40 de 19 de Dezembro de 2024

Relativo a embalagens e resíduos de embalagens, que altera o Regulamento (UE) 2019/1020 e a Directiva (UE) 2019/904 e que revoga a Directiva 94/62/CE.

Declaração de Retificação n.º 6/2025/1 de 24 de Janeiro

Rectifica o Decreto-Lei n.º 99/2024 de 3 de Dezembro, que altera o quadro regulatório aplicável às energias renováveis.

Portaria n.º 98/2025/1 de 12 de Março

Primeira alteração ao Regulamento do Controlo Metrológico Legal dos Instrumentos de Medição.

Regulamento de Execução (UE) 2025/627 de 28 de Março de 2025

Estabelece os requisitos mínimos relativos aos certificados de pessoas singulares e as condições para o reconhecimento mútuo desses certificados no respeitante à instalação, manutenção ou assistência técnica, reparação ou desactivação de comutadores eléctricos fixos que contenham gases fluorados com efeito de estufa e à recuperação de gases fluorados com efeito de estufa de comutadores eléctricos fixos que os contenham.

Retificação do Regulamento (UE) 2024/573 de 7 de Fevereiro de 2024 de 24 de Março de 2025

Relativo aos gases com efeito de estufa, que altera a Directiva (UE) 2019/1937 e que revoga o Regulamento (UE) n.º 517/2014.

Regulamento Delegado (UE) 2025/1222 de 2 de Abril de 2025

Altera o Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante à classificação e rotulagem harmonizadas de determinadas substâncias.

Decreto-Lei n.º 72/2025 de 6 de Maio

Completa a transposição da Directiva (UE) 2022/431, relativa à protecção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho e altera o Decreto-Lei n.º 301/2000 de 18 de Novembro.

Despacho n.º 5401/2025 de 12 de Maio

Aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2025.

Decreto-Lei n.º 81/2025 de 22 de Maio

Altera o Regime Geral da Gestão de Resíduos, completando a transposição da Directiva (UE) 2018/851.

Portaria n.º 271/2025/1 de 24 de Julho

Transpõe para a ordem jurídica interna as últimas versões dos anexos da Directiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Setembro de 2008, alterados pela Directiva Delegada (UE) 2025/149 da Comissão, de 15 de Novembro de 2024, relativos ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.

Regulamento n.º 976/2025 de 7 de Agosto

Aprova o Regulamento do Sistema de Aprovação Nacional dos Produtos em Contacto com a Água Destinada ao Consumo Humano.

Decreto-Lei n.º 89/2025 de 12 de Agosto

Altera o Decreto-Lei n.º 127/2013 de 30 de Agosto, que estabelece o regime jurídico de emissões industriais, completando a transposição da Directiva (UE) n.º 2010/75/UE, relativa às emissões industriais.

Directiva n.º 9/2025 de 11 de Setembro

Aprova o Manual de Procedimentos da Gestão Global do Sistema do sector eléctrico.

Regulamento n.º 1085/2025 de 24 de setembro

Aprova o Regulamento do Mecanismo de Alocação e de Compensação no Âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos do Fluxo Específico de Embalagens e Resíduos de Embalagens.

Despacho n.º 11386/2025 de 26 de Setembro

Publica a segunda alteração ao despacho anual do Fundo Ambiental para o ano de 2025

Despacho n.º 14805-B/2025 de 12 de Dezembro

Procede à Terceira alteração ao despacho anual do Fundo Ambiental para o ano de 2025.

Decreto-Lei n.º 139-A/2025 de 30 de Dezembro

Altera o Decreto-Lei n.º 152-D/2017 de 11 de Dezembro, na sua redacção actual, que unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor.

Despacho n.º 15554-A/2025 de 31 de Dezembro

Fixa, para os anos de 2026 a 2030, o valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) a aplicar aos Municípios.

37 Divulgações exigidas por diplomas legais

Os honorários do fiscal único no período de 2025 foram de 15.000 euros (2024: 13.500 euros). Em 2025 verificou-se um adicional de 1.500 euros referente à emissão de um relatório de garantia razoável de fiabilidade do fiscal único sobre o valor dos rácios apurados nos termos do contrato de financiamento.

38 Eventos subsequentes

Não existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de Janeiro de 2026, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da TRATOLIXO e que, de acordo com a NCRF 24, devessem ser objecto de registo contabilístico ou de divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Trajouce, 20 de Fevereiro de 2026

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Ana Filipa Lanternas

Nuno Miguel de Oliveira Custódio

Guilherme Manuel da Silva Dórdio Rodrigues

Ana Barreto Albuquerque

7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. – Empresa Intermunicipal, S.A. (TRATOLIXO ou Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 180.013.630 euros e um total de capital próprio de 30.406.281 euros, incluindo um resultado líquido de 1.189.306 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **TRATOLIXO** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da **TRATOLIXO** nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme nota 3.4.2 do anexo às demonstrações financeiras “Ativos Intangíveis”, a amortização do direito de concessão é efetuada de forma linear pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contemplando a vida útil efetiva dos ativos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação/substituição destes ativos.

De acordo com a nota 13 do anexo às demonstrações financeiras “Outras Contas a Receber”, em 2024, nos termos do art.º 40º, da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, com vista ao equilíbrio das contas, registou-se o valor a receber do único acionista, a AMTRES, pelo montante de 1,1 milhões de euros (ver nota 27). O valor em saldo, em 31/12/2024 referia-se à verba por receber nessa data, montante que foi integralmente recebido em 2025.



APPM - CALADO, MACHADO, FERREIRA, FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
RUA ANTÓNIO QUADROS, Nº9 - G- ESC. 7 - 1600-875 LISBOA | TEL.:217 106 050 | FAX: 217 106 059 | EMAIL: geral.lisboa@appmsroc.pt
Inscrição na OROC N.º 223 | Registo na CMVM N.º 20161517 | NIPC: 508 625 777 | CAPITAL SOCIAL € 20.000

1



A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilístico;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material



relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 04 de março de 2026

**APPM – CALADO, MACHADO, FERREIRA,
FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:

Ana Calado Pinto
(ROC nº 1103 e CMVM N°20160715)

8. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Introdução

Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único, com mandato de 2022 a 2025, elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da **TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. – Empresa Intermunicipal, S.A. (TRATOLIXO)**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, nos termos do número 1 do artigo 54.º, por remissão do art.º 67º, do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE) - aprovado pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual - “as empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas...” no Capítulo II daquele regime.

O mesmo RJSPE estabelece, no número 2 do citado artigo 54.º, que “...compete aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento da exigência prevista no número anterior”.

Em cumprimento do determinado na lei, o Conselho de Administração da TRATOLIXO, E.I.M remeteu, em 4 de março de 2026, para parecer do órgão de fiscalização que assume as funções de Fiscal Único, o Relatório de Gestão e Contas ratificado e o Relatório de Governo Societário (RGS), respetivamente, este último, versão simplificada e adaptada do modelo previsto pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) aprovado em reunião de Conselho de 20 de fevereiro.

Em dezembro de 2024 a Tratolixo procedeu à 2ª Revisão/Alteração do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas, 1ª Revisão/Alteração do Código de Conduta e 11ª Revisão Regras da Qualidade, Ambiente e Segurança.

Atividade Fiscalizadora

Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, com reuniões com os Serviços e Conselho de Administração, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes da Empresa.

O Fiscal Único recebeu do Conselho de Administração todos os esclarecimentos e informações solicitados.

O Fiscal Único emitiu, durante 2025, Parecer aos Instrumentos Previsionais e Parecer semestral sobre a situação económico financeira.

No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão, apresentado pelo Conselho de Administração e completado o exame das contas com vista à sua certificação legal.

As contas lidas em conjunto com o conteúdo da Certificação Legal de Contas, com o qual se concorda, proporcionam uma adequada compreensão da situação financeira e resultados da entidade.





O Fiscal Único concorda com as conclusões da Certificação Legal de Contas não modificada que apresenta duas ênfases.

Adicionalmente, dando cumprimento ao n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Fiscal Único é de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos maioritariamente exigíveis à TRATOLIXO, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada. Não obstante, recomendamos a adoção do modelo da UTAM disponível em cada ano, mesmo tendo aquela entidade informado que não abarca o acompanhamento das empresas locais.

Parecer

Face ao que antecede, e apreciado o Relatório de Gestão e Contas e o Relatório do Governo Societário da TRATOLIXO, tendo presente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2025, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove o Relatório do Governo Societário de 2025;
- c) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único regista ainda com apreço a colaboração prestada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, pelos responsáveis pelas Direções e Serviços e pelos colaboradores da TRATOLIXO, EIM, que teve necessidade de contactar no exercício das suas funções.

Lisboa, 04 de março de 2026

**APPM – CALADO, MACHADO, FERREIRA,
FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:**

Ana Calado Pinto
(ROC nº 1103 e CMVM N.º20160715)

FICHA TÉCNICA

ELABORAÇÃO

Patrícia Gomes – Direcção de Planeamento Estratégico

Cristiana Santos – Direcção de Planeamento Estratégico

Filipa Lanternas – Direcção Financeira